LUMEN FLUENS

Lux intus, flumen extra

LUMEN FLUENS E HEGEL

ONDE NOS TOCAMOS, ONDE NOS SEPARAMOS · ESTUDO COMPARADO VII

versão 1.1 · com as decisões do fundador de 17 de outubro de 2026

Sumário

GÊNERO: ESTUDO COMPARADO · NÍVEL: AVANÇADO · PARTE DO CÂNON: TODO O CÂNON, EM DIÁLOGO EXTERNO — EM ESPECIAL FLUMEN, MUTATIO, LUX, A VIGÍLIA E AS ÁGUAS COMUNS

> Princípio da série — Comparar não é competir. Cada estudo honra a doutrina visitada apresentando-a em sua melhor forma, e só então marca as fronteiras. Uma filosofia que precisa diminuir as outras para existir não confia na própria luz.

Prólogo — O estado da questão e o método

Como ler este estudo
O que mudou desde a primeira versão
Decisões do fundador (versão 1.1, 17 de outubro de 2026)

1. Hegel em sua melhor forma

1.1 Um sistema em círculo
1.2 Três lados e uma negação que determina
1.3 O duplo sentido de Aufheben
1.4 O todo, o sujeito, o resultado
1.5 Do reconhecimento ao além
1.6 A bela alma e o perdão
1.7 A queda no conceito do espírito
1.8 Liberdade, pessoa e valor
1.9 A história como progresso na consciência da liberdade
1.10 A religião consumada e a passagem ao conceito
1.11 O que um leitor do Lumen Fluens deve levar daqui

2. Onde nos tocamos

2.1 O rio e o espírito
2.2 A mudança como caminho
2.3 O método: a doutrina que cresce pelas objeções
2.4 As Águas Comuns e a vida ética
2.5 O eterno dança no tempo

3. Onde nos separamos

3.1 A luz: dado ou resultado
3.2 A noite: a Vigília contra a teodiceia
3.3 A luz sem nome: contra a hierarquia das religiões
3.4 A Bússola antes da coruja

4. Hegel diante das casas que já visitamos

4.1 Budismo
4.2 Estoicismo
4.3 Cristianismo

4.4 Vedanta
4.5 Existencialismo
4.6 Taoísmo
4.7 O padrão

5. Prévias: autores que virão

5.1 Kierkegaard
5.2 Marx
5.3 Nietzsche
5.4 Hannah Arendt
5.5 Levinas
5.6 Paul Ricoeur
5.7 Martin Buber
5.8 Síntese das prévias

6. Síntese, fórmula e questões abertas

6.1 O que o estudo encontrou
6.2 A fórmula
6.3 Questões abertas
6.4 A lamparina

Aparato — Fontes citadas por capítulo · Bibliografia · Conferências pendentes · Painel de verificação

Prólogo — O estado da questão e o método

Os seis estudos anteriores visitaram doutrinas de vida: caminhos que prescrevem uma prática e prometem uma sabedoria. Hegel não é isso. Não ensina a sentar, a respirar nem a rezar; não tem regra de vida. É o filósofo do processo — o pensador para quem a verdade não está em nenhum ponto, mas no percurso inteiro, e para quem a história não é o palco onde o espírito aparece, mas o próprio modo como o espírito existe. Por que, então, trazê-lo à série?

Porque o Lumen Fluens, lido de fora, parece hegeliano. Um rio que atravessa gerações e civilizações; a mudança elevada a vocação; um eterno que "dança no tempo"; uma doutrina que cresce pelas objeções que leva a sério e incorpora o que a contradisse — tudo isso tem o perfil de uma filosofia da história e do devir. Um leitor formado em Hegel poderia perguntar, com razão, se o cânon não é um hegelianismo que ignora o próprio nome. A pergunta merece resposta, e a resposta é não. Mas o não só se torna claro quando se diz exatamente onde Hegel entra — porque é na fronteira do que ele não pode entrar que o cânon mostra a sua espinha dorsal.

A resposta curta, que o estudo inteiro desdobra: Hegel entra pelo rio e pelo método, e bate em duas portas fechadas, a da luz e a da noite. Entra pelo rio, porque ninguém levou tão longe quanto ele a evidência do Flumen, a de que somos herdeiros e ancestrais. Entra pelo método, porque a doutrina do Lumen Fluens cresceu, na passagem da primeira versão do cânon à versão 1.2, exatamente como Hegel descreve o crescimento de uma verdade: por uma objeção levada a sério, que disse o que faltava. Bate na porta da luz, porque para ele o valor da pessoa só se efetiva

quando é sabido e formado, e para o cânon a luz é dada antes de qualquer percurso e apenas se revela. E bate na porta da noite, porque ele reconcilia o espírito pensante com o mal, e a Vigília não reconcilia: vela. O estudo propõe uma fórmula, e o fundador decide se a adota: o Lumen Fluens aceita a dialética como método de crescimento doutrinal e a recusa como teodiceia.

Como ler este estudo

Três vozes atravessam o texto e permanecem separadas. **Hegel diz** o que está nos seus textos, citado e localizado: a *Fenomenologia do Espírito* pelos parágrafos da numeração de Miller, a *Filosofia do Direito* pelos seus parágrafos, a *Ciência da Lógica* e a *Enciclopédia* por livro e parágrafo, as *Lições* por parte e edição. **A tradição lê** o que um intérprete nomeado faz do texto: Kojève, Taylor, Pinkard, Honneth, Kierkegaard, Adorno. **O cânon responde** com as palavras do cânon v1.2, do Tratado da Luz Interior ou da Disputatio sobre o mal, sempre pelo nome do elemento: Lux, Flumen, Bússola, Abrigo, Vigília, Águas Comuns. O que passa dessas três vozes é do estudo, e vem marcado como tal: [leitura do estudo], [inferência do estudo], [hipótese do estudo]. O estudo propõe; não decide. Só o fundador altera a doutrina.

As citações trazem marcadores de verificação. Uma citação sem marcador foi conferida no original; [V-en], [V-es] e [V-pt] dizem que a página conferida é de uma tradução inglesa, espanhola ou portuguesa; [V via secundária] diz que o texto foi lido por intermédio de outro autor; [paráfrase] diz que o sentido é fiel, mas as palavras não são as do autor; [localização a confirmar] e [página a confirmar] dizem o que falta conferir. Preferimos uma lacuna marcada a uma citação falsa. As traduções do alemão são de trabalho, feitas para este estudo, e estão por conferir contra as edições brasileiras de referência; a primeira ocorrência em cada capítulo leva [tradução do estudo]. As lições e os adendos de Hegel são compilações póstumas, de autoridade menor que as obras que ele publicou, e o texto diz isso sempre que os cita.

O estudo segue a regra da série: comparar não é competir. Hegel é exposto primeiro em sua melhor forma, pelos textos e sem pressa de objetar (capítulo 1); só depois se procura onde o cânon já anda ao seu lado (capítulo 2) e onde se separa dele (capítulo 3). Hegel conheceu cinco das seis casas que a série já visitou, e o capítulo 4 ouve o que ele disse de cada uma, o que a crítica moderna corrige e como isso ajuda ou atrapalha o cânon a vê-las. O capítulo 5 abre as portas que a leitura de Hegel abre: sete autores que a série ainda não visitou, em esboço. O capítulo 6 reúne a síntese, a fórmula e as doze questões que o estudo deixa abertas. Seguem as fontes por capítulo, a bibliografia e o painel de verificação.

O que mudou desde a primeira versão

Este estudo substitui uma versão curta, de outubro de 2026, escrita em uma só mão e sem pesquisa de fontes. A pesquisa corrigiu-a em pontos que convém declarar, porque a honestidade é o método. A frase sobre o "caminho do desespero" é do parágrafo 78 da Introdução à *Fenomenologia*, não do 80; a tese sobre a queda está no terceiro adendo ao §24 da *Enciclopédia*, não no segundo. A *Schlachtbank* é banco de abate, matadouro; não há açougueiro no texto. A fórmula "tese, antítese, síntese" não é de Hegel, e *Aufheben* tem, nas palavras dele, dois sentidos, conservar e fazer cessar; "elevar" é glosa dos intérpretes. O §669 — "as feridas do espírito curam-se sem deixar cicatrizes" — trata de culpa e perdão entre agentes morais e não é palavra sobre vítimas nem sobre o mal que ninguém causou; a primeira versão o usava contra a Vigília, e isso

deslocava o escopo. A teodiceia de Hegel reconcilia o espírito pensante com o mal; a primeira versão dizia que "o sacrifício é redimido pelo resultado", e o texto não diz tanto: a crítica exata é que a vítima não entra na conta. O "tribunal do mundo" julga povos, não o caso individual, e Hegel nega que seja o mero juízo do poder. "Pessoa" tem em Hegel dois registros, e não é apenas a determinação mais pobre do espírito. A fronteira com a Lux não passa entre ter valor e não tê-lo — Hegel afirma o valor infinito do homem —, mas entre o valor efetivo e sabido e o valor revelado. E a primeira versão atribuía a Hegel uma exigência de "traduzir" a Antífona em conceito que ele nunca formulou; o estudo a retira. O que a primeira versão acertou — o rio, o método, a Vigília contra a teodiceia — está aqui, com as fontes que faltavam.

Decisões do fundador (versão 1.1, 17 de outubro de 2026)

O fundador leu a versão 1.0 deste estudo e respondeu ao que ela lhe perguntava. As decisões abaixo valem como palavra dele, não do estudo. O corpo do texto mantém a forma em que as questões foram postas, como história do método, e remete a esta seção nos lugares em que as pôs.

1. **A fórmula** (6.2) está adotada: o Lumen Fluens aceita a dialética como método de crescimento doutrinal e a recusa como teodiceia.
2. **A segunda pergunta da série** (6.2) está adotada, com a resposta. Ao lado de "o que há no fundo da pessoa?", a série pergunta "o que há no fundo da noite?" — e o Lumen Fluens responde: uma luz acesa dentro da noite, que não precisa do fim para valer.
3. **Questão (a)**: a Lux vem antes do Abrigo. A luz é dada antes de qualquer relação; o olhar do outro não a fabrica, mas pode ser o primeiro a vê-la — o Abrigo pode revelar uma luz encoberta.
4. **Questão (b)**: a mão que retoma, na Regra da Misericórdia, é o rio — o Flumen —, não o Abrigo. A retomada é pertencimento, e não depende de outra pessoa.
5. **Questão (c)**: a imagem do lobo suporta a irreflexão. Lobo é quem inflige o mal, com ou sem intenção; a irreflexão não é noite.
6. **Questão (d)**: o léxico de luz e templo é mantido. A objeção de Adorno fica registrada como ouvida; a Vigília não promete o que ele recusa — sentido ou redenção da dor.
7. **Vocabulário**: o nome do Pilar III é feminino — *a* Mutatio, como *a* Lux.

As questões (e) a (l) continuam abertas, nos termos de 6.3. Nenhuma das decisões altera o texto do Cânon v1.2: elas fixam como o cânon deve ser lido nos pontos em que o estudo perguntou.

1. Hegel em sua melhor forma

Este capítulo expõe Hegel como ele pediria para ser lido: pelos textos, na ordem em que o pensamento se move, sem pressa de objetar. A comparação com o cânon virá nos capítulos 2 e 3. Valem as três vozes do estudo: *Hegel diz*, quando há passagem citada e localizada; *a tradição lê*, quando um intérprete nomeado dá sentido ao texto; o cânon só será ouvido na última seção, para apontar onde falará, salvo um aviso de vocabulário em 1.5. Adendos (*Zusätze*) e lições (*Vorlesungen*) são compilações póstumas, de autoridade menor, e serão assinalados. As traduções

para o português são de trabalho e estão marcadas para conferência com as edições brasileiras (ver as Fontes ao fim do capítulo).

1.1 Um sistema em círculo

Hegel chama de Ideia a unidade do pensar com o real e a expõe em três ciências. Na *Enciclopédia das Ciências Filosóficas* (§18), a Ideia é o pensar idêntico a si e, ao mesmo tempo, a atividade de contrapor-se a si mesma, "para ser para si", e de estar, nesse outro, "apenas junto de si" [tradução do estudo]. A Lógica a considera em si e para si: as formas do pensar puro, do ser à essência e ao conceito. A Natureza é a Ideia em seu ser-outro; o §244 diz que ela se solta, livremente, "como natureza". O espírito é a Ideia que volta a si desse ser-outro (§385). Desdobra-se em três: o espírito subjetivo, o ser humano singular com sua alma, sua consciência e seu querer; o objetivo, que reúne o direito, a moralidade, a vida ética (*Sittlichkeit*: a liberdade já feita costume e instituição, na família, na sociedade civil e no Estado) e a história universal; e o absoluto, em que o espírito se sabe pela arte, que é intuição, pela religião, que é representação — o pensar por imagens e narrativas —, e pela filosofia, que é conceito — o mesmo conteúdo, pensado como pensamento.

A ordem é de conceito, não de tempo: "para nós, o espírito tem a natureza por pressuposto; dela é a verdade e, com isso, o absolutamente primeiro" (§381). O último na exposição é o primeiro em verdade. Daí o círculo, imagem que o Prefácio da *Fenomenologia do Espírito* (§§17–18) dá ao verdadeiro: "o círculo que pressupõe seu fim como seu propósito e o tem por começo". A *Fenomenologia* (1807) fica à parte: é o caminho que leva a consciência comum ao ponto de vista da ciência.

1.2 Três lados e uma negação que determina

Hegel não ensina a dialética em três passos. A *Enciclopédia* (§79) diz que o lógico tem, quanto à forma, três lados: o abstrato ou do entendimento, o dialético ou negativo-racional, o especulativo ou positivo-racional. São lados de todo conceito, não etapas de um percurso, e o especulativo, escreve o §82, "apreende a unidade das determinações em sua oposição". A fórmula "tese–antítese–síntese", que se costuma atribuir a Hegel, não está nessas páginas: vem de Chalybäus (1837) [fonte secundária; localização a confirmar].

O que move o pensamento é a negação determinada. Diz a Introdução da *Fenomenologia* (§79): "Quando, ao contrário, o resultado é apreendido como é em verdade, como negação determinada, nasce imediatamente uma nova forma." O ceticismo vê no resultado só o nada vazio; para Hegel o nada é sempre nada *de algo*, e por isso tem conteúdo e gera o passo seguinte. Daí a *Fenomenologia* poder ser vista como "o caminho da dúvida, ou, mais propriamente, como o caminho do desespero" (§78): a consciência perde, figura após figura, o que tomava por real, e Hegel lê essa perda como realização do conceito. Na Lógica, o começo é "Ser, ser puro — sem nenhuma determinação ulterior", indistinto do nada puro: "Sua verdade é, pois, esse movimento do desaparecer imediato de um no outro: o devir" (Livro I, cap. 1).

1.3 O duplo sentido de *Aufheben*

Aufheben, o verbo em que a dialética se resume, tem dois sentidos declarados. A palavra serve ao mesmo tempo para guardar uma coisa e para pô-la de lado. O botão que cessa no desabrochar da flor, e que a flor, no entanto, guarda (ver 1.4), é o exemplo mais simples. Na *Ciência da Lógica* (Livro I, cap. 1, Observação), Hegel escreve que a palavra tem, na língua, "o duplo sentido de conservar, manter, e ao mesmo tempo de fazer cessar, pôr um fim". O terceiro termo que se costuma acrescentar, "elevar", é acréscimo dos intérpretes: Hegel só fala em levantar ao lembrar o latim *tollere*, cujo duplo sentido, diz ele, "não vai tão longe; a determinação afirmativa vai apenas até o levantar (*Emporheben*)". A fórmula "negar–conservar–elevar" é da tradição. Em português, os tradutores vertem a palavra por "suprassumir" ou "superar" [localização a confirmar].

1.4 O todo, o sujeito, o resultado

O Prefácio da *Fenomenologia* dá ao sistema a sua divisa. Tudo depende, diz Hegel (§§17–18), de "apreender e exprimir o verdadeiro não como substância, mas também, e na mesma medida, como sujeito". O absoluto não é coisa imóvel; é "o vir-a-ser de si mesmo", e "sujeito" nomeia esse movimento, não o ser humano singular que pensa. Daí a frase-emblema: "O verdadeiro é o todo. Mas o todo é apenas a essência que se completa por meio de seu desenvolvimento. Do absoluto deve-se dizer que é essencialmente resultado, que só no fim é o que é em verdade" (§20).

Convém medir seu alcance. A frase fala do absoluto como processo, cujo começo é só o universal; não diz, por si mesma, que o valor de uma pessoa seja conquistado. E vem com uma exigência de seriedade: segundo Hegel, a ideia decai em edificação — o discurso que consola sem ter feito o caminho — "quando lhe faltam a seriedade, a dor, a paciência e o trabalho do negativo" (§19) [paráfrase]. Por isso, afirma o §39, "a verdade não é uma moeda cunhada que se possa receber pronta e embolsar".

A imagem do desenvolvimento está no §2, a propósito de sistemas rivais: "O botão desaparece no desabrochar da flor [...]. Mas sua natureza fluida faz delas, ao mesmo tempo, momentos da unidade orgânica, na qual não só não se contradizem, como uma é tão necessária quanto a outra." O que parece refutação é desenvolvimento da verdade. A tradição se divide quanto ao sujeito desse desenvolvimento: para Charles Taylor, o espírito é uma realidade metafísica; para Terry Pinkard, cujo livro traz no subtítulo a sua tese, a sociabilidade da razão, é uma realidade social; para Robert Pippin, a leitura é pós-kantiana. Este estudo se atém ao texto.

1.5 Do reconhecimento ao além

A *Fenomenologia* conta a formação da consciência, e um de seus nós decisivos é o reconhecimento. Hegel escreve (§178) que a autoconsciência "é em si e para si na medida em que, e porque, é em si e para si para um outro; isto é, só é como algo reconhecido". Ela não existe antes para ser depois reconhecida: é no reconhecimento. O §179 já traz o germe da fórmula de liberdade que virá (ver 1.8), pois a autoconsciência se vê "a si mesma no outro". Alexandre Kojève, em leitura influente e contestada, faz do desejo de reconhecimento o motor da história; Jean Hyppolite, seu contrapeso, é útil sobretudo para a consciência infeliz e a bela alma.

Na luta de vida e morte que abre o encontro, quem recua diante do risco — "o indivíduo que não arriscou a vida", diz Hegel (§§187–188) — "pode, sem dúvida, ser reconhecido como pessoa; mas não alcançou a verdade desse ser-reconhecido como autoconsciência independente". Aviso de vocabulário, válido para o estudo inteiro: esse "indivíduo" (*Individuum*) designa o ser humano singular como possível pessoa [leitura do estudo]; não é o "indivíduo" que o cânon define pelo que separa. Matar o outro destruiria o próprio reconhecimento, e a luta termina em servidão. Mas, segundo Hegel, é o servo quem chega a si: "sentiu o medo da morte, o senhor absoluto", e o trabalho, em suas palavras, "é desejo refreado, desaparecimento retido; ou seja, ele forma" (§§194–196). De formar vem a *Bildung*, palavra que diz ao mesmo tempo formação, educação e cultura: o que o trabalho e a disciplina fazem de um ser humano. Sem o medo, diz ele, o fazer seria vaidade (§196) [paráfrase].

Segue-se a liberdade que se retira para o pensar: o estoicismo (§§198–200), que se quer livre "tanto no trono quanto nas cadeias". Nasce, nota Hegel, numa época de medo e servidão universais, mas também de formação universal (§199) [paráfrase], e a objeção que lhe faz é a falta de conteúdo: "A liberdade no pensamento [...] é, portanto, só o conceito da liberdade, não a liberdade viva mesma".

O ceticismo "é a realização daquilo de que o estoicismo era só o conceito", mas oscila entre os polos. A duplicação de senhor e servo passa então para dentro de um só eu, e nasce a consciência infeliz, "consciência de si como essência duplicada, apenas contraditória" (§§202–206). O que ela busca está além: "o além inalcançável, que foge no ato de ser agarrado — ou melhor, já fugiu" (§217). A saída passa por renúncia e mediação e chega à Razão, quando "o imutável já não é um extremo para ele, mas está reconciliado com ele" (§231).

1.6 A bela alma e o perdão

Na seção sobre a consciência moral, a bela alma, o mal e o seu perdão (VI.C.c), Hegel retrata a pureza que não age. A bela alma, diz o §658, "para guardar a pureza de seu coração, foge ao contato com a realidade"; lhe falta a força da exteriorização (*Entäußerung*: pôr-se para fora de si, no ato e na obra) [paráfrase], e por isso "vai-se extinguindo em si mesma e se esvai como vapor sem forma que se dissolve no ar". O alvo, pelo que o texto mostra, é a pureza que foge da efetividade (*Wirklichkeit*: não o que simplesmente acontece, mas o que realiza o seu conceito; ver 3.4), não a interioridade como tal. Seu par é o juiz, que condena o agir alheio sem agir. À confissão do mal — "Sou eu" — "não se segue essa retribuição da mesma confissão", e ele é "o coração duro, que é para si e rechaça a continuidade com o outro" (§§666–667). Hegel não absolve o agir; faz da dureza do julgar um obstáculo ao reconhecimento.

Contra essa dureza, o perdão é reconhecimento mútuo pela palavra, e com ele vem a frase sobre as feridas: "As feridas do espírito curam-se sem deixar cicatrizes; o ato não é o imperecível, mas é retomado pelo espírito em si" (§669). É preciso fixar o escopo. A ferida de que o texto fala é a que agentes morais causam ao agir e ao julgar, culpa e dureza, e a cura é obra do reconhecimento mútuo (§670): "A palavra da reconciliação é o espírito existente [...] um reconhecer recíproco, que é o espírito absoluto". O §669 não fala de vítimas, nem de dano que ninguém causou: a reconciliação, aqui, é entre agentes e feita por eles. O "Sim reconciliador [...] é o Deus que aparece em meio a eles" (§§670–671), leitura teológica do próprio Hegel; e é por esse perdão, já espírito absoluto em figura, que a *Fenomenologia* passa à religião.

1.7 A queda no conceito do espírito

Hegel tem uma tese sobre a queda, e é preciso atribuí-la a ele. Na *Enciclopédia* (§24, Adendo 3), ao ler Gênesis 3, Hegel escreve que a unidade que contemplamos nas crianças como natural "deve ser o resultado do trabalho e da formação do espírito". E acrescenta: "Em verdade, está no conceito do espírito que o homem seja mau por natureza, e não se deve imaginar que isso pudesse ser de outro modo." Segundo Hegel, portanto, a cisão pertence ao conceito do espírito, e o seu "mal" é o mal do espírito: a subjetividade que só se sabe e só se quer em sua particularidade, com exclusão do universal; as coisas naturais, observa, não fazem mal [paráfrase]. Nas *Lições sobre a Filosofia da Religião*, ele lê no conhecimento "a fonte de todo mal" e afirma: "aqui está a fonte do mal, mas também o ponto em que a reconciliação tem sua última fonte" (ed. Marheineke, 1840, II, pp. 264–265). Não é observação de passagem, e sim peça do sistema; o capítulo 3 a retomará em 3.2, sempre sob o nome de quem a escreveu.

1.8 Liberdade, pessoa e valor

Toda essa dialética aponta para uma ideia de liberdade. Hegel a formula na *Enciclopédia* (§24, Adendo 2): "a liberdade é justamente isto: estar junto de si em seu outro, depender de si, ser o determinante de si mesmo". Nas *Linhas fundamentais da filosofia do direito* (§7, Adendo), a ilustração é a amizade e o amor, em que alguém "limita-se de bom grado em relação a um outro, sabendo-se, nessa limitação, como si mesmo". O mesmo Adendo à *Enciclopédia* diz também que a liberdade só existe onde não há, para mim, um outro que eu não seja eu mesmo [paráfrase]. Se o outro permanece outro nessa fórmula, é a pergunta de 2.4.

"Pessoa" aparece em dois registros. No direito abstrato é a capacidade formal de ter direitos, e o mandamento do direito é: "seja uma pessoa e respeite os outros como pessoas" (§36). Mas o Adendo ao §35 reúne os dois registros numa só frase: "O mais alto do homem é ser pessoa; e, no entanto, a mera abstração 'pessoa' é, já na expressão, algo desprezível." Reduzir a pessoa, em Hegel, à mais pobre das determinações seria ficar com metade do texto. Na Lógica, a negação da negação, que não é artifício de dupla negativa mas a negatividade voltada sobre si, é "o momento mais íntimo e mais objetivo da vida e do espírito, pelo qual um sujeito, pessoa, livre é" (Doutrina do Conceito, Ideia absoluta).

Quanto ao valor do homem, Hegel o afirma sem rodeios: no cristianismo, lê ele, o homem "é fim em si, tem em si mesmo valor infinito e a destinação à eternidade" (*Lições sobre a Filosofia da História*). E diz, no §209, Observação: "O homem vale assim porque é homem, não porque é judeu, católico, protestante, alemão, italiano etc." O mesmo §209 liga esse valer à formação (*Bildung*) [paráfrase]. Valor afirmado e formação: entre esses dois fios se examinará, em 3.1, a questão do valor.

1.9 A história como progresso na consciência da liberdade

A filosofia da história aplica esse pensamento. Hegel a abre com um pressuposto que declara como tal: "O único pensamento que a filosofia traz consigo é o simples pensamento da razão: que a razão governa o mundo e que, portanto, também na história as coisas se passaram racionalmente" (*Filosofia da História*, Introdução). A filosofia o demonstra pelo conhecimento especulativo: o pensamento é resultado do sistema, não constatação empírica [paráfrase]. A

fórmula-síntese vem adiante: “A história universal é o progresso na consciência da liberdade — um progresso que temos que reconhecer em sua necessidade.” O verbo decisivo é *saber*: “os orientais souberam apenas que um é livre; os gregos e romanos, que alguns são; nós sabemos que todos os homens em si, o homem como homem, são livres”. O que muda de uma época a outra é o que se sabe da liberdade.

Hegel não esconde os sacrifícios. Chama de astúcia da razão “o fato de ela deixar as paixões atuarem por ela”. E, ao considerar a história como “matadouro” (*Schlachtbank*), em que “a felicidade dos povos, a sabedoria dos Estados e a virtude dos indivíduos foram sacrificadas”, pergunta “a quem, a que fim último foram feitos esses imensos sacrifícios”. Concede que o sentimento pode subir “à mais profunda e desamparada tristeza, a que nenhum resultado reconciliador faz contrapeso”, e diz que a essência dessas reflexões é “comprazer-se, *trübselig* [taciturna], nas sublimidades vazias e infecundas daquele resultado negativo”. À sua resposta dá o nome de teodiceia: “Nossa consideração é, nesse sentido, uma teodiceia, uma justificação de Deus.” Quem se reconcilia, segundo ele, é “o espírito pensante”. O que essa teodiceia faz, e o que deixa de fazer, é o centro do capítulo 3 (ver 3.2).

1.10 A religião consumada e a passagem ao conceito

Ao cume do espírito absoluto pertence a passagem da representação (*Vorstellung*; ver 1.1) ao conceito (*Begriff*). Hegel sustenta que o conteúdo da filosofia e o da religião é o mesmo (*Enciclopédia*, §573, Observação); a diferença está na forma. Nas *Lições sobre a Filosofia da Religião*: “A filosofia consiste em transformar em forma de conceito o que está em forma de representação; o conteúdo é o mesmo, deve ser o mesmo, a verdade” (ed. Marheineke, 1832, I, p. 80). A *Enciclopédia* (§564, Observação) polemiza ainda contra a tese de que o homem não poderia conhecer Deus. É tudo o que as passagens estudadas dizem sobre a relação entre as duas formas; qualquer consequência para a prática religiosa seria inferência do estudo, e como tal será marcada.

A religião consumada (*vollendete*, absoluta) é, para Hegel, a cristã: “esta é a religião cristã”, escreve, e “que o espírito [...] percorra seu caminho na religião é necessário no conceito de espírito” (*Lições*). As que a precedem formam, na edição de Marheineke (1832), uma ordem de graus do conceito de religião: as da natureza (China, budismo, hinduísmo), uma transição (Pérsia, Egito), as da individualidade espiritual (judaica, grega, romana) e, por fim, a absoluta [ordem de 1832; cursos posteriores a confirmar]. A ordem é de Hegel e vai toda para um fim: a religião cristã, onde, para ele, o conceito de religião se completa. O texto fala em percurso (*Bahn*), não em escada [paráfrase; localização a confirmar].

Para Hegel, no centro da religião consumada está a morte de Deus: “Deus morreu, Deus está morto: este é o pensamento mais terrível, que tudo o que é eterno, tudo o que é verdadeiro não é, que a negação mesma está em Deus”. Mas, ainda segundo ele, “o curso não fica aqui”: sobrevém a inversão, e esse processo é “apenas a morte da morte” (ed. Marheineke, 1840, II, pp. 300–301).

1.11 O que um leitor do Lumen Fluens deve levar daqui

O que o leitor do Lumen Fluens deve levar daqui cabe em quatro cuidados. Primeiro, a dialética de Hegel não é a tríade que se lhe atribui: é negação determinada, e um *Aufheben* que guarda e

faz cessar ao mesmo tempo. Segundo, o §669 trata de culpa e perdão entre agentes, e não é palavra sobre vítimas nem sobre o mal que ninguém causou. Terceiro, a queda no conceito do espírito, a teodiceia e a "morte da morte" são teses de Hegel, e aqui entram sempre atribuídas a ele. Quarto, o vocabulário: "pessoa" tem em Hegel dois registros, e o "indivíduo" de certas frases designa a pessoa, não o indivíduo do cânon (ver 1.5).

Aqui, Hegel foi apenas exposto. O que vem agora é do cânon, em duas partes: o capítulo 2 procura onde ele caminha ao lado de Hegel; o 3, onde se separa.

2. Onde nos tocamos

O capítulo anterior ouviu Hegel sem objetar. Este procura o que, no cânon, já anda ao lado dele, e encontra bastante: cinco pontos de contato, cada um nascido de um elemento do cânon. O rio, que é herança (2.1); a mudança, que é caminho (2.2); a doutrina que cresce pelas objeções (2.3); a casa e as águas de que ninguém é dono (2.4); o templo que dança (2.5). Em quase todos sobra, ao fim, uma pergunta pequena, que o capítulo 3 tornará grande.

2.1 O rio e o espírito

O Pilar II diz que ninguém começa do zero: somos herdeiros de gerações e civilizações inteiras, e ancestrais de quem virá. A virtude é a humildade grata, reconhecer-se pequeno no rio, mas parte dele; a prática é uma pergunta feita antes das decisões importantes — o que recebi que me trouxe até aqui, o que deixo para quem vem depois. Poucos filósofos levaram essa evidência tão longe quanto Hegel, e o fizeram por um conceito que o cânon não tem: *Geist*, o espírito como sujeito da história. (A palavra "espírito" aparece no cânon, mas em outro uso.)

O espírito, aqui, não é a alma de cada um, nem um Deus posto fora do mundo. No Prefácio da *Fenomenologia do Espírito*, Hegel pede que o verdadeiro seja apreendido e exprimido "não como substância, mas também, e na mesma medida, como sujeito" (§§17–18; *nicht als Substanz, sondern ebensosehr als Subjekt*) [tradução do estudo], e esse sujeito é um movimento, o vir-a-ser de si mesmo, não o ser humano singular que pensa (ver 1.4). No sistema, o espírito tem três figuras (*Enciclopédia das Ciências Filosóficas*, §385; ver 1.1): o subjetivo, que é a alma e a consciência de cada singular; o objetivo, que é o espírito feito instituição; o absoluto, que é o espírito sabendo-se na arte, na religião e na filosofia. É no espírito objetivo que o Flumen se reconhece: a língua, as leis e os costumes em que cada um nasce não são cenário, mas o modo como o espírito existe. E a história, diz Hegel, "é o progresso na consciência da liberdade" (*Lições sobre a Filosofia da História*, Introdução).

A tradição se divide quanto ao que o espírito é (ver 1.4): uma realidade metafísica, para Charles Taylor; a sociabilidade da razão, para Terry Pinkard. O Flumen não precisa arbitrar entre os dois: afirma a herança e nada diz sobre quem seja o herdeiro último. Poderíamos chamar de consciência histórica o que a prática do Flumen exercita; o cânon a chama humildade grata.

A pequena diferença está na atitude que cada um pede diante do rio. O Flumen pede inventário e gratidão: o que recebi, o que deixo. Hegel pede inteligência: que se reconheça na história uma direção e uma necessidade (ver 1.9). Que o rio tenha direção e necessidade é tese dele; nos

Pilares, o cânon não a formula. O capítulo 3 medirá, em 3.2 e 3.4, o que custa essa tese. A evidência, porém, é comum: o rio é maior que o navegante, e o navegante é feito de rio.

2.2 A mudança como caminho

O Pilar III afirma que a mudança não é acidente a suportar, mas mensagem a carregar: quem resiste ao fluxo é arrastado, quem o porta, navega. A virtude é a disponibilidade, prontidão interior para o novo, sem apego ansioso ao que passa. O ancestral comum tem nome, e o Tratado da Luz Interior já o pronunciou: Heráclito, para quem um princípio racional comum atravessa todas as coisas em fluxo.

Hegel o confirma por dois caminhos. Na *Ciência da Lógica* (Livro I, cap. 1; ver 1.2), o ser puro, o começo mais pobre do pensamento, se mostra indistinto do nada — "o ser puro e o nada puro são, portanto, o mesmo" —, e a verdade dos dois é o devir (*Werden*). "Nada" é aí categoria lógica, não cosmologia. Nas *Lições sobre a História da Filosofia*, ao chegar ao efésio, Hegel exclama: "Aqui vemos terra firme; não há proposição de Heráclito que eu não tenha incorporado à minha Lógica." Recorda ainda, pela voz de Platão, que Heráclito "compara as coisas à correnteza de um rio — que não se pode entrar duas vezes na mesma corrente". E dos estoicos, herdeiros da física heraclítica, afirma: "Assim, Heráclito e o estoicismo apreenderam corretamente o processo eterno e universal da natureza." O rio que o Estudo II leu em Marco Aurélio e o rio do cânon têm, pois, o mesmo avô, e Hegel o reconhece.

Dizer, por isso, que Hegel é o filósofo do devir é verdadeiro com uma reserva, e a reserva é de peso. Hegel faz a ponte com Heráclito; Kierkegaard a contesta. Numa nota do *Pós-escrito conclusivo não científico às Migalhas filosóficas*, publicado sob o pseudônimo de Johannes Climacus, depois de lembrar que se paralelizou a doutrina de Hegel com a de Heráclito, a de que tudo flui e nada permanece, o autor escreve: "Isso é um mal-entendido, pois tudo o que em Hegel se diz de processo e devir é ilusório. Por isso falta ao Sistema uma Ética." A censura toca o lugar do singular no sistema e voltará em 4.5 e no capítulo 5; aqui basta registrar que o ancestral comum, para um leitor atento de Hegel, não é consenso.

O toque está em não tratar o devir como defeito do mundo: para Hegel ele é a verdade do ser e do nada; para o Pilar III, a mudança é vocação. A diferença, que o capítulo 3 abrirá em 3.1, aparece na gramática do próprio Pilar: portar pressupõe um portador. No cânon a mudança é confiada a alguém, e esse alguém carrega uma luz que o cânon diz atemporal; em Hegel, o sujeito é o próprio movimento (ver 2.1).

2.3 O método: a doutrina que cresce pelas objeções

Este é o ponto em que o cânon mais se parece, no movimento, com o que Hegel descreve. A semelhança se mede sem supor dependência. A forma da Disputatio é escolástica — *videtur quod non*, *sed contra*, *respondeo* —, a forma de Tomás de Aquino, a quem o Tratado recorre. O que a singulariza é o uso da objeção. Na disputa de escola costuma-se responder ao argumento contrário e manter a tese; aqui a objeção achou uma falta, e a Disputatio "prefere declarar a lacuna a fechá-la por conta própria". A Vigília, incorporada ao cânon na versão 1.2, veio depois, e a nota da edição publica o texto da Disputatio íntegro "como testemunho do método: a doutrina cresce pelas objeções que leva a sério". Só o fundador altera a doutrina, ao passo que, em Hegel,

as determinações finitas se superam por si mesmas (*das eigene Sichaufheben*, *Enciclopédia* §81): é diferença de autoria, que não apaga a semelhança de movimento.

Hegel dá a essa experiência um nome e uma lógica. A dialética, em sua letra, não é a tríade de tese, antítese e síntese que os manuais repetem (ver 1.2). São os três lados de todo conceito: o do entendimento, que fixa; o dialético, ou negativo-racional; o especulativo, ou positivo-racional, que "apreende a unidade das determinações em sua oposição" (*Enciclopédia*, §§79–82). A força do lado dialético vem do modo como o resultado é tomado. Quando "o resultado é apreendido como é em verdade, como negação determinada, nasce imediatamente uma nova forma" (*Fenomenologia*, Introdução, §79; ver 1.2): o nada que sai de uma refutação não é nada vazio, mas nada *de algo*, e por isso tem conteúdo e indica o passo seguinte. Lidas com Hegel, as objeções da Disputatio são negações determinadas neste sentido. Não dizem que a doutrina é falsa; dizem o que lhe falta — uma gramática para quem sofre o mal sem tê-lo escolhido, um princípio de justiça distinto da Regra da Misericórdia —, e por isso já apontam o que virá.

Sobre o que sucedeu à doutrina, Hegel tem uma palavra, e é dele: *Aufheben*, conservar e fazer cessar ao mesmo tempo (*Ciência da Lógica*, Livro I, cap. 1, Observação; ver 1.3). Lido com Hegel, o duplo sentido descreve bem o que ocorreu. Conservou-se tudo: os quatro Pilares seguem de pé, a Bússola segue vetando, e a própria Disputatio foi publicada íntegra. Fez-se cessar, em parte, o que era falta: o silêncio do cânon diante do mal sofrido e do mal infligido. À primeira falta, a gramática para quem sofre o mal sem tê-lo escolhido, a Vigília respondeu: diz "como permanecemos quando a noite chega sem ser escolhida". À segunda, o princípio de justiça, deu o nome: diante do lobo, "resiste-se, e deve-se justiça, porque há uma luz devida ao outro", sem o desenvolver. Que justiça seja essa continua sendo a questão aberta (g), matéria de tratado futuro. O Pilar I permanece fundamento e já não é a única palavra do cânon sobre o sofrimento.

Hegel faz ainda uma exigência, vizinha de uma advertência da Disputatio, sem ser a mesma. A de Hegel diz respeito ao pensar: sem "a seriedade, a dor, a paciência e o trabalho do negativo", nota ele (*Fenomenologia*, Prefácio, §19), a ideia decai em edificação (ver 1.4) [paráfrase]. A da Disputatio diz respeito ao consolo: dizer que a luz continua lá pode ser o atalho que pula o luto, o "cala-boca diante da dor alheia".

A semelhança de método tem um limite, e é a Vigília que o torna visível. O negativo de que cresce a doutrina é a falha de um texto diante de uma objeção; a Vigília, por sua vez, vela a noite, mal que ninguém causou, e manda resistir ao lobo, mal que alguém inflige. Que a falta do cânon tenha sido fecunda não torna fecundo o mal que a objeção descrevia, seja noite, seja lobo. É no deslize de um negativo para o outro, do pensamento para o mundo, que o capítulo 3 procurará o ponto em que o método de Hegel se faz teodiceia; se de fato se faz, é a pergunta de 3.2. Tese deste estudo, proposta ao fundador, a quem cabe a doutrina: a dialética serve para fazer a doutrina crescer; não serve para justificar a noite nem o lobo.

2.4 As Águas Comuns e a vida ética

As Águas Comuns dizem que ninguém navega um rio privado e que a luz é pessoal, nunca individual: o indivíduo se define pelo que o separa, a pessoa, pelo que a abre. O Abrigo, *Sis alteri domus*, acrescenta o que se oferece a quem chega: braços, casa, confidência. Hegel alcança uma vizinhança dessas ideias por outro caminho.

Em Hegel, a vida ética reúne família, sociedade civil e Estado (ver 1.1): instituições em que, lê o estudo, alguém se reconhece como membro de algo que não inventou e que o excede. O que o cânon pede como manutenção das águas — a palavra verdadeira posta em circulação, a confiança honrada, a vez respeitada — seria, na linguagem de Hegel, obra da vida ética [leitura do estudo]. A liberdade, nessa altura, deixa de ser ausência de laços: "a liberdade é justamente isto: estar junto de si em seu outro, depender de si, ser o determinante de si mesmo" (*Enciclopédia*, §24, Adendo 2). E, no amor e na amizade, alguém se limita de bom grado em relação a um outro e se sabe, nessa limitação, como si mesmo (*Filosofia do Direito*, §7, Adendo; ver 1.8). É a fórmula hegeliana mais próxima do Abrigo e das Águas Comuns juntos [leitura do estudo]. No mesmo Adendo à *Enciclopédia*, Hegel diz também que a liberdade só existe onde não há outro para mim que eu mesmo não seja [paráfrase]. Se o outro permanece outro nessa fórmula, é a pergunta que o capítulo 3 abrirá.

Duas frases do mesmo livro poderiam estar nas margens do rio. "O mandamento do direito é, portanto: seja uma pessoa e respeite os outros como pessoas" (§36); e o homem "vale assim porque é homem, não porque é judeu, católico, protestante, alemão, italiano etc." (§209, Observação). Hegel afirma o valor do homem sem condição de credo ou de origem, e em outro lugar o chama de infinito (ver 1.8). O que ele faz depender do saber e da formação (*Bildung*) [paráfrase] é a efetividade desse valor (ver 1.6), não o valor mesmo. O toque com o Pilar I é, portanto, maior do que se costuma conceder: a fronteira, como mostrará 3.1, não passa entre "valor" e "sem valor". Hegel faz às religiões, na Introdução às *Lições sobre a História da Filosofia*, uma pergunta vizinha da que atravessa a série ("o que há no fundo da pessoa?"): que valor tem o ser humano singular em si? Dela tira uma graduação que o cânon não herda (ver 3.3).

O reconhecimento é o outro ponto de contato. "A autoconsciência é em si e para si na medida em que, e porque, é em si e para si para um outro; isto é, só é como algo reconhecido" (*Fenomenologia*, §178; ver 1.5). Lido com Hegel, o Abrigo pode ser descrito como prática do reconhecimento, embora o cânon não use a palavra: ser casa é receber o outro como alguém que importa. A tradição fez dessa passagem uma teoria social, e vale ouvi-la em sua melhor forma.

Para Taylor, "nossa identidade é em parte moldada pelo reconhecimento ou por sua falta, muitas vezes pelo reconhecimento errôneo (*misrecognition*) por parte dos outros" (*The Politics of Recognition*, p. 25), e, ainda segundo ele, Hegel "toma como fundamental que só podemos florescer na medida em que somos reconhecidos" (p. 50). Honneth distingue três formas de reconhecimento — amor, direito, estima social [paráfrase] — e só a terceira vem ligada à segurança de possuir capacidades reconhecidas como "valiosas" (*La lucha por el reconocimiento*, ed. esp., p. 158) [V-es]; o estudo proporá, em 3.1, que as duas primeiras não dependem de desempenho. Ricoeur, por fim, liga o reconhecimento à gratidão: "minha gratidão não se dirige àqueles que, de um modo ou de outro, reconheceram minha identidade ao me reconhecer?" (*Caminos del reconocimiento*, ed. esp., p. 13) [V-es]. A pergunta de Ricoeur é vizinha do Flumen, cuja virtude é a humildade grata, e do fecho do Examinar, a gratidão a alguém do passado que tornou o dia possível: a ponte mais limpa entre a linhagem hegeliana e o cânon [leitura do estudo].

A letra, porém, pede uma ressalva. O §178 diz que a autoconsciência só é como reconhecida, no reconhecimento e não antes dele. O gesto do Abrigo é parecido — oferecer casa, estender os

braços —, mas resta a pergunta sobre o que o olhar faz: constitui a luz de quem chega, ou a encontra? É a primeira fronteira, e o capítulo 3 a traçará.

2.5 O eterno dança no tempo

O cânon se sustenta em duas imagens: o templo, que é o estável, o sagrado, o concreto, e a dança, que é o movimento, a celebração e o devir. O eterno dança no tempo. O Pilar IV acrescenta que a transcendência passa pela matéria: o corpo, o lugar, o ritmo — os "tijolos do templo" — não são obstáculos ao espírito, são seu instrumento, e a virtude é a presença, estar inteiro onde o corpo está.

Hegel combateu o além vazio. A figura da consciência infeliz, vista em 1.5, busca "o além inalcançável, que foge no ato de ser agarrado — ou melhor, já fugiu" (*Fenomenologia*, §217), e a saída passa por renúncia e mediação (§231). A lição vale também para a interioridade que se basta, a liberdade só pensada do estoico (ver 1.5 e 3.4). Hegel, contudo, é justo com ela: "é preciso reconhecer a grandeza desse princípio" (*História da Filosofia*, estoicos). O Estudo II já dissera, à sua maneira: cidadela interior, não; casa de portas abertas.

Contra o além, o espírito só é real exteriorizando-se. A Ideia é, escreve Hegel, "a atividade de contrapor-se a si mesma, para ser para si, e de estar, nesse outro, apenas junto de si" (*Enciclopédia*, §18; ver 1.1), e chega a "soltar-se livremente de si, como natureza" (§244). E, a propósito da religião: "Um espírito que não é manifesto não é espírito" (*Lições sobre a Filosofia da Religião*, III) — tese de Hegel sobre a religião, que o cânon, por independência confessional, nem adota nem refuta. *Offenbar* é falso amigo de "revela-se": diz um espírito que se mostra inteiro, sem núcleo oculto, enquanto o "revela-se" da Lux supõe uma luz que já está lá (ver 3.1). O Corpus fala, aqui, quase a mesma língua: se os tijolos do templo são instrumento do espírito, um espírito sem tijolos não teria onde dançar [leitura do estudo].

A tradição leu na consciência infeliz a cristandade medieval (Jean Wahl; Jean Hyppolite). O §217 não nomeia as Cruzadas; a *Filosofia da História*, em vocabulário vizinho, diz: "A cristandade encontrou o túmulo vazio, mas não a ligação do mundano e do eterno". Quem lê isso como crítica ao cristianismo erra de endereço: Hegel se declara luterano — "eu o sou e quero continuar sendo" (*História da Filosofia*, Introdução) —, e o cânon não toma partido. O que importa é a ligação do mundano e do eterno, o nome hegeliano mais próximo do que o cânon chama dança [leitura do estudo].

O toque é próximo: Hegel combate o além que não entra no mundo e a interioridade que não age; o cânon diz, por seu lado, que a transcendência passa pela matéria (Corpus) e que a luz é para aquecer (Abrigo). A diferença, pequena e funda, está em que o cânon guarda duas imagens, o templo e a dança, onde Hegel descreve um espírito que só é real ao sair de si e que, no outro, está "apenas junto de si". O cânon deixa o eterno ser eterno, e o convida a dançar [leitura do estudo]. Saber se, na fórmula de Hegel, o outro continua outro é a pergunta que 2.4 deixou, e que o capítulo seguinte vai traçar como fronteira.

3. Onde nos separamos

Os dois capítulos anteriores deram a Hegel o que lhe é devido: o expuseram pelos textos e mostraram onde o cânon já anda ao seu lado. Este marca as fronteiras, e marcá-las não é erguer muros; é dizer com exatidão de que lado assenta cada casa. São quatro. A primeira passa pela luz: o valor da pessoa, que Hegel afirma, só se efetiva, para ele, quando é sabido e formado, e para o cânon é dado e apenas se revela (3.1). A segunda passa pela noite, e é o coração do estudo: onde a teodiceia reconcilia, a Vigília vela, e distingue da noite o lobo, diante do qual se resiste e se deve justiça (3.2). A terceira passa pelo nome que a Luz recebe, ou não recebe (3.3). A quarta passa pela decisão: a Bússola pergunta diante do caminho, antes de percorrê-lo, e a coruja de Minerva — a compreensão que, segundo Hegel, só chega ao entardecer — levanta voo depois (3.4). Em cada fronteira as três vozes permanecem separadas: o que Hegel diz, o que a tradição lê, o que o cânon responde.

3.1 A luz: dado ou resultado

Há um modo cômodo de traçar esta fronteira, e é inexato: dizer que, para Hegel, nada vale por ser dado e tudo vale por ter-se tornado, e que o cânon diz o inverso. Não é assim. Hegel afirma o valor da pessoa sem rodeios (ver 1.8). Lendo o cristianismo, escreve que o homem "é fim em si, tem em si mesmo valor infinito e a destinação à eternidade" (*Lições sobre a Filosofia da História*) [tradução do estudo]; e, nas *Linhas fundamentais da filosofia do direito*, que "o homem vale assim porque é homem, não porque é judeu, católico, protestante, alemão, italiano etc." (§209, Observação). A frase que se costuma tomar por tese de Hegel nesse ponto — "do absoluto deve-se dizer que é essencialmente resultado, que só no fim é o que é em verdade" (*Fenomenologia do Espírito*, Prefácio, §20) — fala do absoluto como processo e não decide, por si, o valor de ninguém (ver 1.4). A fronteira, se existe, não separa valor de ausência de valor.

Passa por onde o próprio Hegel põe o acento. O que progride, na Introdução à *Filosofia da História*, é um saber: "nós sabemos que todos os homens em si, o homem como homem, são livres" (ver 1.9). Que todos sejam livres em si não é conquista, mas o saber disso é. O §209 diz o mesmo de outro modo: o homem vale porque é homem, e esse valer pertence à formação (*Bildung*) [paráfrase]. Valor infinito, portanto, mas efetivo (*wirklich*; ver 1.6) apenas onde foi sabido e formado.

Há ainda o texto mais áspero, que deve ser citado com o seu contrapeso: "O que o sujeito é, é a série de suas ações. Se estas são uma série de produções sem valor, a subjetividade do querer é igualmente sem valor" (*Filosofia do Direito*, §124). Fala do querer moral, não da pessoa inteira, mas é a frase de Hegel mais próxima da ferida que o Pilar I existe para curar. O mesmo §124, porém, faz do direito da liberdade subjetiva o ponto de virada entre a Antiguidade e a modernidade [paráfrase] e diz que "esse direito, em sua infinitude, foi enunciado no cristianismo".

O cânon responde pelo Pilar I e pelo Tratado da Luz Interior. O Pilar diz que o valor de cada pessoa é intrínseco, anterior a qualquer conquista ou circunstância, e que a luz não se acende — ela se revela. O Tratado explica o verbo: "Acender supõe ausência prévia, um vazio que precisa ser preenchido por mérito, esforço ou reconhecimento externo. Revelar supõe presença anterior a qualquer olhar — inclusive ao olhar de quem a possui." O reconhecimento externo vem, pois, nomeado entre as coisas de que a luz não precisa.

Daí a fórmula desta fronteira, mais exata que a oposição entre dado e resultado: **efetivo e sabido**, de um lado; **revelado**, do outro. Em Hegel o percurso é o lugar em que o valor se realiza; no cânon, o lugar em que se vê.

Aqui está o falso amigo de que 2.5 deu notícia: *offenbar*, o termo de Hegel mais próximo de "revelado", diz outra coisa. "Um espírito que não é manifesto não é espírito" (*Lições sobre a Filosofia da Religião*, parte III): a manifestação é o ser do espírito, sem núcleo oculto. O "revela-se" da Lux supõe uma luz que já está.

Costuma-se dizer que a pessoa é, para Hegel, a determinação mais pobre do espírito, e pôr o cânon, que com a mesma palavra nomeia a plenitude, na outra ponta da escala. É meia verdade: no texto de Hegel a palavra já reúne as duas pontas, o "mais alto" e o "algo desprezível" (Adendo ao §35; ver 1.8). A *Fenomenologia* também a usa em dois tons: o "indivíduo que não arriscou a vida" pode ser reconhecido como pessoa, mas não alcançou a verdade desse ser-reconhecido (§187; vocabulário: ver 1.5). O cânon toma a pessoa pelo lado do mais alto e lhe dá a plenitude: "um centro de interioridade e liberdade, irredutível a qualquer medida externa" (Tratado); "a luz é pessoal, nunca individual" (Águas Comuns). O desencontro não está na palavra, mas no que se faz com o que ela guarda: em Hegel, o estatuto de pessoa pode ser conferido sem a verdade do ser-reconhecido, que se ganha; no cânon, a pessoa é inteira antes que alguém a confira.

O mesmo vale para o reconhecimento. Para Hegel, a autoconsciência é no reconhecimento, não antes dele (§178; ver 1.5). Taylor, que o continua em "The Politics of Recognition", sustenta que "nossa identidade é em parte moldada pelo reconhecimento" (p. 25) e lê em Hegel a tese de que só podemos florescer "na medida em que somos reconhecidos" (p. 50; ver 2.4). Honneth faz dela uma teoria de como alguém chega a relacionar-se consigo mesmo: "os sujeitos só podem chegar a uma autorrelação prática se aprendem a conceber-se a partir da perspectiva normativa de seus parceiros de interação" (*La lucha por el reconocimiento*, ed. esp., p. 114) [V-es]. O cânon responde pelo Abrigo, que dá braços, casa e confidência, e pelo Tratado, que já sabia a luz capaz de ficar encoberta "por medo, por hábito, por adaptação às expectativas alheias". O Abrigo pode ser lido como prática do reconhecimento [leitura do estudo]; resta saber o que o gesto faz. Para Hegel o reconhecimento constitui a autoconsciência. Que o olhar do outro não fabrica a luz, o Tratado já o diz: revelar supõe presença "anterior a qualquer olhar". Se esse olhar pode revelar a luz que está encoberta, o cânon não diz: é a questão aberta (a), formulada no fim desta seção.

Propõe-se aqui, como hipótese do estudo e não como doutrina, uma fórmula que talvez diga com mais justiça onde passa a linha. Taylor distingue dignidade e identidade: a primeira funda-se num potencial — "esse potencial, e não o que a pessoa fez dele, é o que garante que cada pessoa mereça respeito" (p. 41) —; a segunda é moldada pelo reconhecimento (p. 25). O Tratado dá apoio parcial: da prática do exame diz que "não é condição de existência da luz, mas condição de sua visibilidade para quem a carrega"; estender essa condição de visibilidade ao olhar do outro é passo do estudo. A hipótese é esta: Lux = dignidade; reconhecimento = identidade e visibilidade [hipótese do estudo]. Lida assim, a linhagem de Hegel e de Honneth trata da segunda, e o que o Tratado recusa é que o reconhecimento constitua o valor.

Honneth, que 2.4 já ouviu, ajuda com as suas três formas de reconhecimento, amor, direito e estima social [paráfrase]. A ferida do Tratado, o valor medido pelo desempenho, seria a patologia da terceira; as duas primeiras não dependem de desempenho. Honneth ficaria mais perto da Lux do que se supõe; resta a diferença: para ele a autorrelação só se adquire pela perspectiva alheia

(p. 114); para o cânon o valor precede, e que a visibilidade dependa do outro é parte da hipótese. A hipótese é do estudo, não de Hegel, de Taylor ou do cânon; só o fundador decide se a adota.

Seria cômodo concluir que a filosofia do século XX apoia, em bloco, a ordem do cânon — primeiro a luz, depois o Abrigo. Não apoia: cada voz sustenta uma metade. Scheler fala mais claro da primeira. A pessoa do direito do Estado, escreve, não é "criada com base numa constituição, mas no máximo reconhecida por ela", e "nenhuma 'entrega' a um tal portador de valor confere à pessoa, só então, um valor que ela não possuísse antes" (*Formalismus*, pp. 386, n. 1, e 524): *anerkannt*, e não *geschaffen*, é par vizinho do que o Tratado chama visibilidade e existência. Mas Scheler lê Hegel de fora: nele a pessoa seria "ponto de passagem indiferente de uma atividade racional impessoal" (p. 386), carga que o valor infinito do homem e a culpa imputada ao sujeito singular (*Filosofia do Direito*, §139) contestam. E a mesma página 524 chega à *Person der Personen, d. i. Gottes*, a pessoa das pessoas, isto é, Deus [paráfrase]: material confessional, registrado sem ser adotado.

Mounier e Maritain sustentam a outra metade. Para Mounier, "o tu, que implica o nós, é anterior ao eu ou, ao menos, o acompanha" (*Personalism*, p. 20) [V-en]. Maritain, o paralelo mais próximo das Águas Comuns, vê na individualidade "a estreiteza do ego" (*The Person and the Common Good*, cap. III) [V-en], mas no quadro da filosofia de Tomás de Aquino, que recusa tratar indivíduo e pessoa como duas realidades.

Buber traz as duas coisas. "O Tu vem ao meu encontro por graça: buscando, não se o encontra" tem a forma de "a luz não se acende — ela se revela", dita do outro; "No princípio é a relação" põe a relação antes do eu (*Ich und Du*, pp. 18 e 25).

Levinas dá, em *Totality and Infinity*, a letra mais favorável à ordem do cânon: "O recolhimento numa casa aberta ao Outro — a hospitalidade — é o fato concreto e inicial do recolhimento e da separação humanos" (ed. ing., p. 172) [V-en], a casa antes do encontro. Mas contesta que o outro seja, "como Hegel gostaria de dizer", a negação do mesmo (p. 305) [V-en]. Hegel escreve, no Adendo ao §24 da *Enciclopédia das Ciências Filosóficas*, que a liberdade só existe onde nenhum outro é para mim que eu mesmo não seja [paráfrase]: se isso faz do outro um momento do mesmo — pergunta que 2.4 e 2.5 deixaram —, a tradição se divide, e o estudo não decide. Mounier, Maritain, Buber e Levinas entram aqui como material filosófico; suas raízes confessionais não são adotadas.

Ricoeur segura as duas pontas, e por isso não resolve a ordem. Além da pergunta sobre a gratidão, que 2.4 já ouviu, ele imagina, para o agente a quem se perdoa, uma palavra libertadora cuja fórmula seria "vales mais que teus atos" (*La memoria, la historia, el olvido*, ed. esp., p. 643) [V-es]: valor além dos atos, mas valor dito por alguém.

O estudo registra aqui uma pergunta que o cânon ainda não decidiu. O cânon expõe a luz primeiro e o Abrigo depois: os Pilares dizem quem somos; o Abrigo, o que oferecemos a quem chega; "A Bússola protege a minha luz; o Abrigo a oferece." Se o tu é anterior ao eu, ou se no princípio é a relação, essa ordem se inverte, ou ao menos se complica. Questão aberta (a): a Lux vem antes do Abrigo, ou a relação vem primeiro? Há uma atenuação possível, a testar: a Lux responde *quanto vale* a pessoa; Mounier e Buber, *como o eu se faz eu*; e o Flumen já diz que ninguém começa do zero. Fica, contudo, sem resposta a pergunta mais fina: a luz encoberta pode ser revelada pelo olhar de outro? Ao fundador cabe dizer se o Abrigo é o lugar onde o Tu pode vir, como em Buber, ou o que a Lux já oferece antes de qualquer encontro.

A primeira fronteira falava do que a pessoa vale e de como esse valor se sabe. A segunda põe a pessoa diante do que ela não escolheu.

3.2 A noite: a Vigília contra a teodiceia

Hegel não ignorou o mal. Deu à sua consideração da história o nome de teodiceia (ver 1.9), e o propósito, escreve, é que "o mal [*Übel*] no mundo fosse concebido e o espírito pensante reconciliado com o mal [*Böse*]", reconciliação que "só se alcança pelo conhecimento do afirmativo, em que aquele negativo desaparece como subordinado e superado" (*Lições sobre a Filosofia da História*, Introdução). Quem se reconcilia é o espírito pensante e, segundo Hegel, a condição é saber que o fim foi realizado e que o mal não prevaleceu ao lado dele. Hegel distingue essa reconciliação da resignação — ela tampouco "se contenta com o desespero frio" (Prefácio da *Filosofia do Direito*) —, mas não promete compensação a ninguém: ao terminar, confessa ter renunciado ao atrativo de "descrever mais de perto o interesse de seu destino em dor e alegria". Dizer que, para Hegel, o sacrifício é redimido pelo resultado é dizer mais do que o texto diz; a crítica exata é outra: a vítima não entra na conta.

Convém ter diante dos olhos o que o cânon distingue, porque tudo o que segue depende disso. Diz a Vigília: "A noite é o mal que ninguém causou — diante dela, vela-se. O lobo é o mal que alguém inflige — diante dele não se vela: resiste-se, e deve-se justiça, porque há uma luz devida ao outro." E ela promete "presença, não vitória". Com essa lente se lê o que Hegel diz do mal, e o que deixa de dizer.

Hegel concede mais ao luto do que se costuma supor. No parágrafo do matadouro (ver 1.9) — *Schlachtbank*, banco de abate, sem açougueiro nomeado —, admite uma tristeza "a que nenhum resultado reconciliador faz contrapeso". Mas censura o que fica: o comprazer-se, taciturna (*trübselig*) [tradução do estudo], nas "sublimidades vazias e infecundas" do resultado negativo. E, depois de dizer que Deus morreu — "a dor mais alta, o sentimento da perfeita ausência de salvação" —, escreve, logo adiante: "Mas o curso não fica aqui, sobrevém a inversão" (*Lições sobre a Filosofia da Religião*, 1840, II, pp. 300–301; ver 1.10). O luto é concedido; a permanência nele, não. Quem lê a Vigília como permanência encontra aqui a objeção pronta. O cânon responde pela Disputatio, que já temia o atalho que "pula o luto em vez de sustentá-lo", e pela Vigília, que não contempla o escuro: "cria dentro dele um círculo de claridade onde se pode estar".

A passagem de Hegel mais próxima da Vigília está no Prefácio da *Fenomenologia* (§32). A vida do espírito "não é a que se esquiva da morte e se mantém pura da devastação; é a que a suporta e nela se conserva", e o espírito é esse poder "apenas ao olhar o negativo nos olhos, ao demorar-se junto dele". Até aqui é quase a Vigília. Mas a frase continua: "Esse demorar-se é a força mágica que o converte em ser." Duas ressalvas de justiça. A "morte" do trecho nomeia, no contexto, a irrealidade (*Unwirklichkeit*) do que o entendimento separa [paráfrase], e não o luto de ninguém. E não basta dizer que Hegel vela para converter: o demorar-se do §32 é o poder do espírito que pensa, e o demorar-se que se compraz no resultado negativo é o que ele próprio censura no parágrafo do matadouro. O gesto é o mesmo — ficar, não fugir —, e o fim é outro. Segundo Hegel, o demorar-se é força que converte; na Vigília é presença para quem está no escuro, sem promessa sobre o que o escuro virá a ser. A mesma vigília, com dois fins; e o fim muda tudo.

A raiz da diferença é teológica, e o cânon, por independência confessional, não a resolve: o estudo a descreve. É a mesma raiz da tese sobre a queda (ver 1.7): segundo Hegel, a cisão

pertence ao conceito do espírito, e o ponto em que está "a fonte do mal" é também aquele em que "a reconciliação tem sua última fonte". Hegel diz, em *Fé e Saber* (1802), que é preciso restabelecer "a Sexta-feira Santa especulativa, que antes era histórica, [...] em toda a verdade e dureza de sua ausência de Deus", e que só dessa dureza "a totalidade suprema [...] pode e deve ressurgir na mais serena liberdade de sua figura". A dor infinita deve ser designada "puramente como momento, mas também não como mais do que momento da ideia suprema" [localização a confirmar]. Nas *Lições sobre a Filosofia da Religião* a figura se completa: Deus, escreve Hegel, "se conserva nesse processo, e este é apenas a morte da morte" (ver 1.10), e a dor do mundo foi, nas palavras dele, "a condição, a preparação do lado subjetivo para a consciência do espírito livre" (1840, II, pp. 301 e 192) [localização a confirmar]. Segundo Hegel, portanto, o negativo é "momento". Que o "pode e deve" diga a necessidade da virada é leitura do estudo, não palavra de Hegel.

O cânon responde pela Vigília, com uma imagem que é do estudo e não da doutrina: uma sexta-feira à noite sem garantia de manhã. A doutrina não escreve a manhã, pois a luz "não promete o amanhecer nem finge que não é noite"; também não a nega. Não há, no cânon, nenhuma cláusula que diga que a noite é necessária, que a perda prepara um bem maior, que a dor será compreendida de um ponto mais alto. Quem crê poderá ler uma manhã na fé que professa, quem não crê não a lerá, e a filosofia não decide por ninguém; a Vigília não depende de nenhuma das duas leituras. Por isso não é desespero, pois a luz está acesa: é fidelidade.

Seria um erro opor ao "as feridas do espírito curam-se sem deixar cicatrizes" (*Fenomenologia*, §669) a ideia de que, no Lumen Fluens, as feridas deixam cicatriz, como se Hegel falasse do mal que ninguém causou. Não fala (ver 1.6). A ferida do §669 é a que agentes morais causam ao agir e ao julgar, a culpa e a dureza do juiz; a cura é obra do reconhecimento mútuo, a "palavra da reconciliação" do §670. Usá-lo contra a noite desloca o escopo. O cânon, aliás, não diz que as feridas deixam cicatriz: a Disputatio escreve que "o dano é real" e recusa que o mal seja o juiz último do valor humano. O vizinho natural do §669 é a Regra da Misericórdia, que é reflexiva — falhar na regra não apaga a luz; o rio "a retoma" —, e não a Vigília.

Hegel diz pouco da vítima. Nas passagens lidas para este estudo, a única inocente nomeada é uma flor, e de passagem: a figura histórico-mundial "tem que pisar muita flor inocente", conduta que "se sujeita à censura moral". Os indivíduos "são sacrificados e abandonados", embora haja "algo neles mesmos eterno e divino", que os faz fins em si; a felicidade de cada um é entregue ao reino da contingência [paráfrase]. Os termos de Hegel não coincidem com os do cânon. O perecer da história é, por palavra dele, obra não só da natureza mas da vontade dos homens [paráfrase], o que na língua da Vigília pertence em boa parte ao lobo; a doença e a morte, parentes mais próximos da noite, entram no sistema, segundo Hegel, como passagem ao espírito (*Enciclopédia*, §375; Adendo ao §376 [paráfrase]). A reconciliação do espírito pensante com o mal inclui, na língua da Vigília, em boa parte o que ela manda resistir [leitura do estudo].

A tradição leu essa ausência como o ponto cego do sistema. Adorno diz que "a necessidade de dar voz ao sofrimento é a condição de toda verdade" (*Negative Dialektik*, p. 29) [V via secundária] e escreve que o sentimento "se insurge [...] contra o fato de que se espreme do destino das vítimas um sentido, por mais exaurido que seja" (p. 352). Na Tese IX, de Benjamin, o anjo da história "gostaria de deter-se para acordar os mortos e juntar os fragmentos" [V via secundária]; a tese não nomeia Hegel, e a leitura contra a *Filosofia da História* é de intérpretes. Levinas

escreve que “a justificação da dor do próximo é, certamente, a fonte de toda imoralidade” (“O sofrimento inútil”, em *Entre nós*) [V-pt].

Ricoeur traça uma divisão vizinha, em outro eixo: para a ação, o mal “tem que ser combatido”; diante do sofrimento, a pergunta passa de “Por quê?” a “Por que eu?” (*El mal*, ed. esp., pp. 60 e 62) [V-es]. E adverte que o mal cometido e o padecido se entrelaçam [V via secundária]. Questão aberta (l): onde passa a fronteira entre noite e lobo quando o mal padecido é em parte cometido? Metz e Neiman apontaram a mesma lacuna [V via secundária; localização a confirmar]. São leituras, não Hegel; convergem, porém, no que o texto confirma.

Duas vozes de raiz confessional entram aqui como material, não como doutrina: o cânon não as adota; o estudo as nomeia porque iluminam o intervalo e a Vigília. A primeira é a teologia do Sábado Santo, o dia entre a sexta e a manhã. Balthasar o pensa como o estar morto de Cristo, solidariedade com os mortos dentro do mistério pascal (*Mysterium Paschale*, 1970) [paráfrase; localização a confirmar]. O contraponto é Hegel contra essa teologia, não contra o cânon.

A segunda é Simone Weil, no ensaio “L’amour de Dieu et le malheur”. A desgraça, escreve, é “antes de tudo anônima”: “priva aqueles que atinge de sua personalidade e faz deles coisas”, e “nunca mais crerão que são alguém”. O livro de Jó é, para ela, “uma pura maravilha de verdade e de autenticidade”, e “é preciso que a alma continue a amar no vazio”: sem explicação, permanência sem vitória, embora o texto prossiga com uma visita de Deus, que a Vigília não promete. Nesses dois movimentos Weil é aliada da Vigília; no terceiro, não: os que chamamos criminosos “não são senão telhas soltas de um telhado pelo vento”, e os horrores “encerram uma beleza”. Isso dissolve o lobo na noite, o que o cânon chama abdicação, e se aproxima de dizer que o horror é necessário, o que a Vigília, ao prometer presença e não vitória, não diz. Citá-la sem esse limite seria citação seletiva.

E há o lobo. Hegel diz que a história universal é o “tribunal do mundo” (*Filosofia do Direito*, §340), e daí é fácil concluir que ele entrega a justiça ao desfecho. É preciso corrigir, em favor de Hegel, três coisas. Primeiro: a história universal, escreve, “não é o mero juízo de seu poder, isto é, a necessidade abstrata e sem razão de um destino cego” (§342); culpa e inocência, felicidade e infelicidade, dos Estados e dos indivíduos, “têm, na esfera da efetividade consciente, seu significado e valor determinados, e nela encontram seu juízo e sua justiça, imperfeita porém. A história universal cai fora desses pontos de vista” (§345). Segundo: o tribunal do mundo julga povos; o caso individual tem o seu foro, que “cabe a um poder público, o tribunal” (§219). Terceiro: no plano do agente, Hegel rejeita que o fim santifique os meios — “o fim santo nada mais é do que a opinião subjetiva sobre o que seja bom e melhor” (§140, Observação) — e imputa ao sujeito singular, “sem restrição”, a culpa de seu mal (§139).

O custo está em outros parágrafos (§§347–351). No plano dos povos, diante do portador da época, “os espíritos dos outros povos são sem direito” (*rechtlos*, §347); a fundação de Estados pode valer como *Heroenrecht*, direito dos heróis (§350) [paráfrase]; os “bárbaros” têm direito desigual (§351) [paráfrase]. São os parágrafos mais contrários ao que o cânon diz do lobo. O cânon responde pela Vigília: diante do lobo “não se vela: resiste-se, e deve-se justiça, porque há uma luz devida ao outro”. Não há foro do desfecho, nem para os povos: a luz devida ao outro é devida agora [leitura do estudo].

Neste ponto, em leitura do estudo, a Vigília fica ao lado dos leitores que recusaram a reconciliação depois das catástrofes que a história não redimiu, e a companhia mais exata é a de

Adorno. Ele inverte a frase do Prefácio da *Fenomenologia* — "o verdadeiro é o todo" — em "o todo é o falso" (*Minima Moralia*, §29) [V-en]. E escreve que Hitler impôs aos homens "um novo imperativo categórico: organizar seu pensar e agir de modo que Auschwitz não se repita, que nada semelhante aconteça" (*Negative Dialektik*, p. 356). O imperativo corresponde ao "resiste-se" do lobo; a Vigília partilha a recusa, sem adotar o autor.

Adorno é aliado com espinhos: "nenhuma palavra tingida de elevação, nem mesmo a teológica, tem direito, sem se transformar, depois de Auschwitz" (p. 358), e o cânon fala em luz e em templo — questão aberta (d), a decidir pelo fundador. E no §33 de *Minima Moralia* confessa um impasse: não seria carrasco a preço algum, mas não quereria deter quem quisesse vingar atrocidades passadas, "uma resposta insatisfatória e contraditória de ponta a ponta" [V-en]. Vingar perpetua o horror e poupar deixa o mal impune [paráfrase]. A Vigília diz que ao lobo se deve justiça e não diz que justiça é essa; a Regra da Misericórdia trata de quem falha na regra, não de poupar os autores do mal. Questão aberta (g): a justiça devida diante do lobo, e distinta da vingança. A nota da edição da Disputatio dá as duas lacunas por respondidas pela Vigília; em leitura do estudo, a Vigília respondeu à primeira (a Bússola sem formulação para o mal sofrido) e nomeou a segunda, "deve-se justiça", sem a desenvolver. Que justiça seja essa, e como se distingue da vingança, o texto do cânon não formula: é matéria, como a própria Disputatio previa, de "um tratado dedicado".

Chega-se, assim, à tese do estudo. Hegel olhou o mal de frente, concedeu o luto, rejeitou o fim santo, manteve a culpa do sujeito singular e a justiça no foro em que cabe; este estudo o reconhece. A Vigília não dá o passo seguinte: promete presença, não vitória. O passo seguinte seria que o negativo, olhado de frente, fosse convertido; que o curso, como diz Hegel, "não fica aqui"; que a dor do mundo fosse lida como "condição" e "preparação". São passos de Hegel, e só dele. A dialética como método é a descoberta de que uma doutrina cresce pelas objeções que leva a sério (2.3): o negativo de que ela cresce é a falha de um texto diante de uma objeção, e não a noite diante de quem a atravessa. Como teodiceia, a dialética lê a noite a partir do fim; a Vigília a lê a partir de quem está nela. Daí a fórmula do estudo, que só o fundador pode adotar: aceitar a dialética como método de crescimento doutrinal e recusá-la como teodiceia.

E daí a pergunta que o estudo propõe ao fundador como segunda face da série, que até aqui indagava o que há no fundo da pessoa: o que há no fundo da noite? Segundo Hegel, uma razão com a qual o espírito pensante pode reconciliar-se. O cânon não descreve um fundo da noite: promete presença, e "ninguém ficará sem luz dentro da noite". A resposta que o estudo propõe é uma luz acesa dentro da noite, que não precisa do fim para valer.

3.3 A luz sem nome: contra a hierarquia das religiões

Duas fronteiras estão traçadas, a da luz e a da noite. A terceira passa pelo nome. Hegel ordena as religiões, e a medida que um texto seu deixa ver, e que o estudo toma por régua, é o valor que cada uma reconhece à pessoa; o cânon, por independência confessional, não as ordena.

Na Introdução às *Lições sobre a História da Filosofia*, Hegel escreve: "Nas religiões orientais a relação principal é esta: só a única substância, como tal, é o verdadeiro, e o indivíduo não tem valor em si [...]. Na religião grega e na cristã, ao contrário, o sujeito se sabe livre e deve assim ser conservado" (*keinen Wert in sich*). O *Individuum* que ali tem ou não tem valor designa o ser humano singular, a pessoa no sentido do cânon (ver 1.5). O "indivíduo" das Águas Comuns, que se

define pelo que o separa, tem parentesco com o que Hegel nomeia, em outras páginas, *ausschließende Einzelheit*, a singularidade que exclui (ver 4.1) [leitura do estudo]. Lida assim, a régua faz uma pergunta vizinha da pergunta da série, o que há no fundo da pessoa, e por isso merece ser pesada, não apenas recusada.

A resposta, porém, é a de um percurso. O que a história vai conquistando é o saber do valor da pessoa: segundo Hegel, esse saber vai de "um é livre" a "alguns são" e a "todos os homens em si" (*Lições sobre a Filosofia da História*, Introdução; ver 1.9). O verbo é saber, e é nele que a régua se apoia (ver 3.1).

A ordem das religiões segue o mesmo movimento. Nas *Lições sobre a Filosofia da Religião* de 1832 ela vai da natureza à individualidade espiritual, e daí à religião "consumada", a cristã (a lista está em 1.10; cursos posteriores alteram a ordem [localização a confirmar]). A ordem é de Hegel e vai toda para um fim, pois cada religião é um grau do conceito de religião; o texto, porém, fala em percurso, não em "escada" [paráfrase; localização a confirmar]. No cume dessa ordem pensa-se uma passagem, a da representação ao conceito, que o próprio Hegel formula como mudança de forma com o mesmo conteúdo (ver 1.10). É tese geral, sobre as formas do espírito absoluto. Nenhuma das passagens lidas sobre ela fala de oração ou de liturgia; qualquer consequência para a prática seria inferência do estudo, e como tal será marcada.

Hegel fala também de duas luzes. A religião persa, que ele chama de religião do Bem (*Religion des Guten*), é a "religião da luz". Diz Hegel: "O Bem ainda é o Bem em geral [...] o Bem que ainda tem existência de modo natural; é isso, em geral, o que se chama religião da luz" (*Lições sobre a Filosofia da Religião*, 1832, I) [página a confirmar]. E, na resenha de 1827 ao ensaio de Humboldt sobre o *Bhagavad-Gita*, aparece a prece de um brâmane ao sol, "a luz misteriosa [...] que habita em mim" (*Das geheimnisvolle Licht [...], das in mir wohnt*) [tradução do estudo]. A religião persa da luz é o Bem ainda abstrato e natural, ainda não espírito [leitura do estudo]; a prece do brâmane pertence a outra casa e ao seu léxico (ver 4.4). O cânon fala de luz interior e pessoal, não de luz natural nem de uma religião da luz, e por isso o estudo não toma nenhuma das duas como apoio. Se alguma delas é a Luz sob outro nome, o cânon não decide: o nome fica com cada um.

Os intérpretes modernos perguntam quanto da hierarquia vem do esquema de Hegel e quanto das fontes que ele tinha. Hegel dependia de relatos de segunda mão: o enviado Turner, Rémusat, Colebrooke. Roger-Pol Droit mostrou que o século XIX europeu viu no budismo um "culto do nada" que projetava o próprio niilismo (*Le culte du néant*, 1997) [V via secundária]. Deyve dos Santos conclui que Hegel lê mal a doutrina e as práticas budistas por usar fontes de sua época (*Revista Dialectus*, 2014) [V via secundária]. Para Kwok Kui Wong, o juízo baixo sobre Laozi viria da visão desenvolvimentista de Hegel (*Philosophy East and West*, 2011) [V via secundária]. Os detalhes estão em 4.1 e 4.6.

O cânon, por sua vez, não gradua casas, e a razão está escrita nele: "Lumen Fluens não pertence a nenhuma religião oficial — e não exclui nenhuma. Para quem crê, a Luz tem nome próprio: para o cristão, é o próprio Deus. Para quem não crê, é a consciência mais funda, o verdadeiro em si. A filosofia não decide isso por ninguém; exige apenas fidelidade à luz, seja qual for o nome que cada um lhe dê" (Independência confessional). Graduar as casas seria decidir qual dos nomes diz mais da Luz, e decidir é justamente o que a filosofia não faz. Por isso o estudo não discute se o cume da ordem de Hegel está bem posto: discuti-lo seria tomar partido, e o cânon não toma.

Há uma segunda razão, de estrutura. A régua mede o que cada casa *sabe* do valor da pessoa; a Lux, "anterior a qualquer conquista ou circunstância", não espera por esse saber. Quem habita uma casa que, na letra de Hegel, não reconhece esse valor não tem por isso menos luz. Pensar o contrário reintroduziria pelo avesso o desempenho que o Pilar I existe para curar: cada luz, diz o Tratado da Luz Interior, é "não relativa, não comparativa, não sujeita a ranking". Hegel gradua porque a sua resposta é um percurso; a série visita casas porque a sua resposta é uma luz (ver 4.7). E "uma filosofia que precisa diminuir as outras para existir não confia na própria luz" (Princípio da série).

Quanto à passagem da representação ao conceito, o cânon não a adota e este estudo não a julga. Adotá-la, porém, equivaleria, por inferência do estudo, a dizer que o nome que o crente dá à Luz e a consciência mais funda de quem não crê exprimem um mesmo conteúdo em duas formas, uma delas mais adequada. Seria tomar partido entre os nomes da Luz, e a independência confessional deixa o nome a cada um. A Antífona é aquilo que o cânon deliberadamente não explica, e o estudo também não.

Fica uma questão aberta (h), e ela é do estudo, não de Hegel. Nas casas orientais Hegel declara indeterminado o mais alto e vê nisso o nada, e devolve a acusação à Europa: o "Deus não pode ser conhecido" dos modernos é, diz ele, "apenas uma expressão mais branda" de "Deus é o nada" (ver 4.7). O cânon, por sua vez, deixa a Luz sem nome. Alcançaria essa reserva a acusação de que o indeterminado é nada? Contra a acusação: sem nome não é sem determinação, pois a luz do cânon é "pessoal, atemporal e irredutível" (fecho das fichas I–VI) e tem prática, Acender, Portar, Examinar. A favor dela: essas determinações vêm da vida e dos Pilares, não do conceito, e quem leia o cânon com a régua da *Lógica* pode ver, no que se deixa sem decidir, uma determinação que falta. Se uma luz sem nome pode ser determinada pela vida sem o ser pelo conceito, fica por responder.

3.4 A Bússola antes da coruja

A quarta fronteira passa pela hora da decisão. A Bússola veta antes de se percorrer o caminho, e a filosofia, diz Hegel, só chega ao entardecer.

"O que é racional é efetivo; e o que é efetivo é racional" (Prefácio da *Filosofia do Direito*). A frase não canoniza o que existe. *Wirklich*, efetivo (ver 1.6), é termo técnico, e a *Enciclopédia* (§6, Observação) separa a efetividade enfática da existência ao acaso: "Na vida comum, chama-se de efetividade, ao acaso, por exemplo, toda ideia súbita, o erro, o mal [...]" [tradução do estudo]. O mal, nesse registro, não é efetivo; Hegel merece ser lido assim. A frase pertence a uma posição maior, a de que "a razão governa o mundo e [...] também na história as coisas se passaram racionalmente" (*Lições sobre a Filosofia da História*, Introdução). E pertence a uma tarefa: "Reconhecer a razão como a rosa na cruz do presente [...] essa visão racional é a reconciliação com a efetividade", que "tampouco se contenta com o desespero frio" (Prefácio; ver 3.2). Para Hegel, portanto, reconciliar-se é conhecer, e não resignar-se. E conhece-se tarde: a filosofia chega "sempre tarde demais" para "ensinar como o mundo deve ser", pois "a coruja de Minerva só começa seu voo com o cair do crepúsculo". O Prefácio fala do ofício da filosofia; não diz o que cada um deve decidir amanhã [leitura do estudo].

O mesmo Hegel, porém, pressiona o que o cânon chama Bússola. O estoicismo, escreve na *Fenomenologia* (§200), "ficou, por isso, em apuros quando lhe perguntaram [...] pelo critério da

verdade": suas palavras, verdadeiro, bom, sabedoria, virtude, são gerais e elevadoras, mas sem desdobramento, e "logo começam a entediar". É a objeção de 1.5 vista pelo outro lado: a liberdade que só se pensa é "só o conceito da liberdade", sem conteúdo que a oriente. Nas *Lições sobre a História da Filosofia* a objeção ganha nome técnico. A impressão cognitiva, "o célebre critério de verdade dos estoicos", é "muito formal"; o critério deles "é o princípio de contradição"; e, na ética, conclui Hegel: "Não se pode estabelecer um critério último e decisivo do que seja bom". Ele acrescenta, contudo: "Ainda que essa independência e liberdade seja apenas formal, é preciso reconhecer a grandeza desse princípio."

Dois leitores modernos ajudam a pesar a objeção. Pierre Hadot reabilitou, por implicação, o "parenético" que Hegel desdenhava: o que lhe parecia sermão era exercício espiritual (*Exercícios espirituais e filosofia antiga*, 2014) [inferência do estudo; página a confirmar]. Long e Sedley lembram que a Stoa respondia à pergunta pelo critério com a impressão cognitiva, que o próprio Hegel nomeia (*The Hellenistic Philosophers*, 1987) [localização a confirmar]. Entre o §200 e as *Lições* a crítica passa da falta de critério à sua forma, de "em apuros" a "formal" [leitura do estudo]. É a esse segundo golpe que a Bússola está exposta.

A resposta do cânon começa pela letra da Bússola, que "não escolhe os caminhos por ninguém; ela apenas veta os que exigiriam apagar a luz para percorrê-los". A objeção de Hegel atinge o que o estoico pretendia ser, um critério de verdade. Em formulação do estudo, a Bússola é veto de fidelidade, não critério de verdade. Não pergunta o que é verdadeiro nem o que é bom: pergunta se a luz está lá e se se pode estar lá inteiro, sem se trair, e o cânon diz por quê: "Porque eu sem a minha luz sou uma mentira." Assim lida, é formal, e a forma é do ofício: um veto que obrigue sem condição não pode depender de uma doutrina do bem.

Mas, se a Bússola fosse toda a ética do cânon, a objeção valeria por inteiro. Não é. Ela é o primeiro dos quatro elementos erguidos sobre os Pilares, e o cânon o diz: "A Bússola protege a minha luz; o Abrigo a oferece." O conteúdo positivo vem de fora do veto, e de três lugares. Do Abrigo, com os seus "braços onde o cansado descansa, casa para quem está cansado de estar só". Das Águas Comuns, onde "tudo isso é manutenção das águas": a palavra verdadeira posta em circulação, a confiança honrada, a vez respeitada, o espaço comum cuidado. E da Vigília, que diante do lobo manda resistir e deve justiça (que justiça seja essa continua em aberto: questão (g), em 3.2).

A Disputatio, aliás, já reconhecera por conta própria que a Bússola, sozinha, não cobre o mal sofrido: ela "não possui ainda uma cláusula equivalente" para quem não escolheu o caminho, e a lacuna pedia "um princípio distinto do veto" (*ad secundum*). A Vigília veio responder a essa lacuna.

Resta saber se isso basta, e a pergunta fica declarada como questão aberta (i), do estudo e não de Hegel. Hegel registra que, na ética estoica, decide o sujeito a partir de si, como última instância, a consciência moral (*Gewissen*) [paráfrase]; a pergunta "a luz está lá?" também é feita pelo próprio sujeito. No cânon, o conteúdo vem do Abrigo, que nomeia gestos (braços, casa, confidência), e das Águas Comuns, que nomeiam bens, não instituições; juntos, põem o outro e o comum na vida de quem pergunta. Mas se isso tira da Bússola o seu último juiz solitário, o estudo não o decide.

Duas figuras do capítulo 1 voltam aqui (ver 1.6). A bela alma foge ao contato com a realidade para guardar a pureza do coração; seu par, o juiz, é "o coração duro, que é para si e rechaça a continuidade com o outro" (*Fenomenologia*, §§658 e 666–667). E há a passagem do matadouro (ver 1.9), em que Hegel diz que o perecer é obra não só da natureza, mas da vontade dos homens

[paráfrase]. Ali chama de egoísmo (*Selbstsucht*) o recuo de quem "está na margem tranquila" (*Lições sobre a Filosofia da História*, Introdução).

A resposta vem da Margem: "Retirar-se não é represar: quem atraca não desvia o rio — guarda a lamparina do vento." E acrescenta: "A margem também é rio; o silêncio à beira d'água também é presença." Distingue o retiro do abuso por duas marcas: "o retiro é discreto, e guarda a luz para devolvê-la ao fluxo". O estudo lê as duas marcas como resposta às duas figuras de Hegel. A discrição exclui o juiz, porque o retiro não grita a própria ausência nem julga os que ficam; a devolução exclui a pureza que se guarda a si mesma, a lamparina de museu que o Abrigo já condenara.

Hegel tem razão em duas coisas, e o estudo as concede em nome da Margem. A primeira: as marcas podem ser invocadas por qualquer um, e a bela alma é capaz de chamar-se retiro; verificá-las cabe ao Examinar de quem se retira [leitura do estudo]. A segunda: a Margem não serve de álibi diante do lobo. Se o perecer é obra de vontade humana, a Vigília tem nome para isso, o lobo, e diz dele que "a luz o enfrenta sempre que aparece"; confundi-lo com a noite é abdicação. Que a frase de Hegel toque a distinção do cânon é leitura do estudo; ela não a reproduz. O texto da Margem trata de quem "precise estar perto sem se agregar"; não o aplica ao lobo. E a imagem se inverte: a margem tranquila de Hegel é o recuo que ele chama de egoísmo; no cânon, a margem também é rio.

Hegel, assim, não está contra a Bússola: a coruja e a Bússola respondem a perguntas de horas diferentes. O próprio cânon tem a sua coruja, o Examinar ao fim do dia e a revisão do rio a cada estação, em que se olha para trás e se nomeia "o que mudou em mim, o que resisti em vão, o que entreguei bem" (compreensão feita ao entardecer [leitura do estudo]). Mas a Bússola é pergunta que se faz diante do caminho, antes de percorrê-lo, sem esperar que a história mostre se era racional; e a noite inteira vem depois do crepúsculo em que a coruja começa o voo. A coruja vê ao entardecer; a Vigília é para a noite: *Lux in tenebris vigilat*.

Quatro fronteiras estão traçadas: a luz, que se revela; a noite, que se vela; o nome, que se deixa a cada um; a hora, em que se decide.

4. Hegel diante das casas que já visitamos

A régua de Hegel (3.3) e a pergunta pelo conteúdo da Bússola (3.4) vão agora às seis casas que a série já visitou. A régua faz uma pergunta vizinha da pergunta da série (o que há no fundo da pessoa?): que vale o *Individuum* em si? Hegel não nega o valor da pessoa (ver 1.8), mas só o vê efetivo onde foi sabido e formado (*Bildung*), e daí vem a ordem das religiões nas *Lições sobre a Filosofia da Religião* de 1832 (ver 1.10), com os seus graus do conceito de religião, que são dele e vão todos para um fim. A série não os herda: a fronteira com a Lux passa entre o "efetivo/sabido" e o "revelado", não entre ter valor e não tê-lo (ver 3.1), e ela visita casas, não as gradua (ver 3.3). Quando este capítulo põe "dignidade" em face de "vacuidade", fala da pessoa; que o *Individuum* de Hegel, o ser humano singular, corresponda à pessoa do cânon é leitura do estudo (vocabulário: ver 1.5 e 3.3).

Hegel conheceu cinco das seis casas. Três, o budismo, o Vedanta e a China do Tao, ele as viu de longe, por relatos de viajantes, jesuítas e orientalistas; duas, o estoicismo e o cristianismo, lhe

eram familiares. O existencialismo veio depois, e dele falam os outros. Quanto às fontes: as passagens sobre a história e as religiões vêm de lições reunidas por discípulos após a morte do mestre; são de sua mão as obras publicadas (*Fenomenologia do Espírito*, *Ciência da Lógica*, *Enciclopédia das Ciências Filosóficas*, *Linhas fundamentais da filosofia do direito*) e a resenha de 1827 ao ensaio de Humboldt sobre o *Bhagavad-Gita*. Em cada casa a ordem é a mesma: o que Hegel escreveu; o que a tradição discute; o que a ficha, o resumo publicado do estudo correspondente, já dissera; e o que o cânon responde. Nessa última voz, as palavras do cânon vão entre aspas ou levam o nome do elemento; o que passa disso é leitura do estudo. As traduções para o português são de trabalho; onde as fontes só traziam o original, o português é do estudo, e as Fontes dizem quais são.

4.1 Budismo

Hegel trata o budismo, junto com o lamaísmo, como *Religion des Insichseins*, religião do ser-em-si. Nas *Lições sobre a Filosofia da Religião* (Parte II), diz que ela, "por baixa e pobre que pareça, [...] está mais alta que a que diz: Deus não pode ser conhecido", e escreve que ali "o nada e o não-ser é o último e o mais alto". Afirma que o nirvana é aniquilação, "o mais alto" para o homem. Registra, porém, que o primeiro atributo do Dalai-Lama é "esquecimento e compaixão". Nas *Lições sobre a Filosofia da História*, diz do lamaísmo que a singularidade excludente (*ausschließende Einzelheit*), parente do "indivíduo" das Águas Comuns [leitura do estudo], fica "subordinada àquela substancialidade"; e, no capítulo da China, que Fo põe "o desprezo do indivíduo" (*Verachtung des Individuums*) como perfeição [tradução do estudo]. São palavras dele, em que o *Individuum* é a pessoa [leitura do estudo], e a série não as adota.

Os leitores modernos começam pelas fontes de Hegel. Ele dependia de um enviado inglês, Turner, e fundia "Fo, Buddha, Dalai-Lama" numa só figura, embora admita "uma diferença entre budismo e lamaísmo". Roger-Pol Droit mostrou que o século XIX europeu viu no budismo um "culto do nada" que projetava o próprio niilismo (*Le culte du néant*, 1997 [V via secundária]); Deyve dos Santos sustenta que Hegel lê mal a doutrina e as práticas por usar fontes de sua época (2014 [V via secundária]). Pela própria tradição budista, *nibbāna* é extinção da sede, não do ser [paráfrase; localização a confirmar].

O Estudo I tocou o budismo na impermanência, na atenção plena, no não-apego de Mutatio e na compaixão (*mettā*) do Abrigo; separou-se em luz atemporal contra *anattā*, celebração contra renúncia e dignidade contra vacuidade (*śūnyatā*).

Para o estudo, Hegel serve para nomear a fronteira: a pergunta da régua cai onde a ficha pôs "dignidade vs. vacuidade", e a compaixão que ele viu no Dalai-Lama confirma o toque em *mettā*. O risco está no "nada": se passar de rótulo a descrição, a crítica o desfaz, e adotá-lo trairia a regra de apresentar cada casa em sua melhor forma. Usa-se Hegel para situar a fronteira, não para dizer o que o budismo é; a exigência que ele próprio faz às religiões o julga (ver 4.7).

4.2 Estoicismo

A *Fenomenologia* dá ao estoicismo a liberdade "tanto no trono quanto nas cadeias" e o seu limite (ver 1.5 e 3.4). O §199 não nomeia ninguém; ler nele imperador e escravo é leitura dos comentadores. As *Lições sobre a História da Filosofia* nomeiam Sêneca, Epicteto e Antonino e

levam a filosofia deles a "um rumo retórico e parenético, de que, tanto quanto de nossos sermões [...], não se pode fazer menção". Hegel reconhece, porém, o parentesco do estoicismo com Heráclito (ver 2.2) e a grandeza do princípio estoico, ainda que formal (ver 3.4).

Aqui a crítica contesta um juízo, não uma fonte. Pierre Hadot, como se viu em 3.4, reabilitou por implicação o "parenético" como exercício espiritual [inferência do estudo; página a confirmar]: o que Hegel tomava por sermão era prática de vida.

O Estudo II chamou o estoicismo de parente mais próximo na prática: o rio de Heráclito, o *lógos*, o exame noturno de Sêneca, ancestral do Examinar, e o portar o involuntário de Epicteto. Separou-se em *apatheia* contra celebração, amor ao destino contra mensagem e cidadela interior contra Abrigo.

Para o estudo, Hegel explica por que, na ficha, "cidadela interior, não": liberdade só no pensamento é conceito sem vida. Sobre quem venera a necessidade, terreno do amor ao destino, ele reconhece "grandeza e calma", mas chama essa liberdade "apenas a abstrata" (*Lições sobre a Filosofia da Religião*); a consolação que lhe contrapõe é, segundo Hegel, aquela em que "o negativo se converte em afirmativo" — o que a Vigília não subscreve. O preço é duplo. Hegel tira da filosofia o exercício que o Estudo II chama de ancestral do Examinar, e o seu juízo de que o critério é formal alcança a Bússola, que, nas palavras do cânon, "apenas veta". De onde vem o conteúdo positivo? A pergunta fica aberta, a questão (i); 3.4 a examina.

4.3 Cristianismo

Hegel chama o cristianismo de "religião consumada" (*vollendete Religion*), e também de "manifesta" (*offenbare*): "Um espírito que não é manifesto não é espírito" (*Lições sobre a Filosofia da Religião*, Parte III). Seu conteúdo é a Encarnação (*Fenomenologia*, §759). Pede que o princípio da religião se busque "no espírito vivo, em vós mesmos", não "no túmulo entre os mortos" (*Lições sobre a Filosofia da História*), e se declara luterano, "e quero continuar sendo" (*Lições sobre a História da Filosofia*, Introdução). Nos volumes consultados, Agostinho, o do Estudo III, quase não comparece: são seis ocorrências, todas à margem; uma delas, ao resumir Malebranche, lhe atribui "Não digais que vós mesmos sois a vossa própria luz" [localização a confirmar].

Kierkegaard, por Johannes Climacus, escreve que "a especulação não deve chamar-se cristã", frase que nomeia o puro pensar de Hegel, *Hegels rene Tænken* (*Pós-escrito conclusivo não científico às Migalhas filosóficas*, 1846); por Anti-Climacus, que Deus e homem não "corram juntos num só [...] no Sistema" (*Sygdommen til Døden*, ou *A doença para a morte*, 1849), sem nomear Hegel. Hegel é discutido por Barth, criticado por Balthasar e lido com simpatia por Küng e por Jüngel [paráfrase; localização a confirmar]. E é leitura de Wahl e de Hyppolite, não de Hegel, que a consciência infeliz seja a cristandade medieval: o §217 da *Fenomenologia* fala de um túmulo, sem nomear as Cruzadas; quem as nomeia é a *Filosofia da História*.

O Estudo III o chamou a convergência mais profunda e a fronteira mais importante: a dignidade anterior ao mérito (a imagem de Deus), a luz de Jo 1,9, Agostinho, a misericórdia, o Abrigo. Separou-se em estrutura contra revelação — "não nomeamos a origem da Luz" —, ausência de culto e silêncio sobre o depois do rio.

Para o estudo, Hegel traz um acerto, ao pôr o princípio no espírito vivo e não no túmulo, e quatro dificuldades. Primeira: *offenbar* é falso amigo (ver 3.1). Em Hegel é o espírito que não pode deixar

de se manifestar, sem núcleo oculto, Deus "não mais um além, um desconhecido"; o "revela-se" do Pilar I supõe uma luz que já está. Segunda: duas teses suas são filosóficas, e o cânon não decide com elas a origem da Luz. A de que o espírito que percebe o divino "é o próprio espírito divino" (*Lições sobre a História da Filosofia*, Introdução), e a de que o saber que Deus tem de si é "sua autoconsciência no homem" (*Enciclopédia*, §564, Observação, em citação de Göschel que Hegel acolhe). Terceira: a frase que Hegel, resumindo Malebranche, atribui a Agostinho trata da origem da Luz, e essa origem o cânon deixa em aberto (*Tratado da Luz Interior*, Fundamentação); a frase não é apoio nem objeção. Quarta: a crítica de Hegel à cristandade medieval é de luterano declarado, de dentro, e não serve de arma de fora.

4.4 Vedanta

O texto publicado mais extenso de Hegel sobre a Índia é a resenha de 1827 ao ensaio de Humboldt sobre o *Bhagavad-Gita*, feita sobre Colebrooke, Jones, Wilford e Anquetil-Duperron. Mal pronuncia "Vedanta". Resume que, por esse meio, "a alma particular se torne Deus", e julga que Brahma "é a unidade apenas como universalidade abstrata, como substância sem determinação". Este "puro ser", por não ter sido levado "até a determinação da subjetividade infinita", dá o "panteísmo indiano". Na resenha, não nomeia Śaṅkara nem o *tat tvam asi*. Mas, ao relatar o Sāṃḳhya nas *Lições sobre a História da Filosofia*, registra "muitas almas" e chama "um grande pensamento" a união de alma e natureza.

Wilhelm Halbfass fez o estudo de referência sobre a recepção europeia da Índia (*India and Europe*, 1988 [V via secundária]); Aakash Singh Rathore e Rimina Mohapatra põem, em *Hegel's India* (2017 [V via secundária]), o fascínio ao lado das desqualificações. A resposta advaitina diz que Brahman é *sat-cit-ānanda* — ser, consciência, bem-aventurança —, não vazio [paráfrase; localização a confirmar].

O Estudo IV chamou o Vedanta de parente mais próximo da luz do cânon: o *ātman* que não nasce nem morre (*Katha Up.* II.18–19) é o eco mais direto da luz interior, e revelar, não fabricar, é o gesto de ambos. Separou-se em participação contra identidade — no advaita, *tat tvam asi*; para o Lumen Fluens, cada luz é única — e em história real: o rio tem margens, não é véu (*māyā*).

Hegel mostra onde cai a fronteira: a "alma particular" que "se torne Deus" é a identidade onde a ficha traçou participação contra identidade; a "subjetividade infinita" dá o critério; e o Sāṃḳhya mostra uma Índia plural que o selo "panteísmo" achata. Mas atrapalha, porque repete o "abstrato" e esse selo, e porque critica um Vedanta de segunda mão, sem Śaṅkara, que não é o da ficha. Duas vizinhanças de palavra, já vistas em 3.3: a prece do brâmane ao sol e a "religião da luz" persa. Usam a palavra luz; o estudo não as toma como apoio nem como objeção, porque o cânon não decide qual luz, em outras casas, é a Luz.

4.5 Existencialismo

Sobre os existencialistas Hegel nada diz: morreu em 1831, e aqui falam os outros; o que escreveu serve de alvo. O mais próximo, em seu texto, é a bela alma da *Fenomenologia* (§658; ver 1.6 e 3.4), que foge ao contato com a realidade para guardar a pureza do coração; e, no Prefácio, "O verdadeiro é o todo" (§20; ver 1.4) [leitura do estudo].

Kierkegaard, por Johannes Climacus, concede o sistema lógico e nega o da existência: "a) pode-se dar um sistema lógico; b) mas não se pode dar nenhum sistema da existência" (*Pós-escrito*, 1846). Numa nota, nega a ponte que o próprio Hegel faz com Heráclito e tem por "ilusório" o que em Hegel se diz de processo e devir (ver 2.2). Por Anti-Climacus, retrata o pensador que ergue um palácio imenso e mora no celeiro ao lado (*Sygdommen til Døden*, 1849), sem nomear Hegel; a tradição o lê ali. Sartre aceita "a intuição genial de Hegel" de fazer o eu depender do outro, mas recusa o ponto de vista do Todo, "por princípio impossível" (*L'Être et le néant*, 1943 [V via secundária]). Heidegger censura o ser concebido como imediato indeterminado e "posto pelo sujeito que determina e concebe" ("Hegel und die Griechen", 1958 [V via secundária]).

O Estudo V tocou os existencialistas contra a vida por papéis — a má-fé de Sartre, o "a gente" de Heidegger —, na Bússola como autenticidade e em Kierkegaard, a ponte. Separou-se em invenção contra revelação — para Sartre a existência precede a essência; para o Lumen Fluens, a luz precede a existência vivida — e em absurdo contra pertencimento.

Para o estudo, os existencialistas são aliados parciais. O palácio e o celeiro dizem, por Kierkegaard, o que a integridade pede; e a objeção ao ponto de vista do Todo tem eco, em leitura do estudo, no cânon, para o qual "a luz é pessoal, nunca individual", sem que o rio seja negado. Mas Sartre rejeita o *Mitsein* (segundo Alves [V via secundária]), oposto às Águas Comuns e ao Abrigo; e o devir que este estudo vê Hegel afirmar (ver 2.2) é, para Kierkegaard, ilusório: o leitor deve saber que a controvérsia existe. A bela alma, enfim, lembra um aviso que o cânon já dera a si mesmo [leitura do estudo]: "uma filosofia que só protege a própria luz vira lamparina de museu" (ver 3.4).

4.6 Taoísmo

Hegel trata a China como "religião da medida" e "império da duração". Descarta, porém, o preconceito de que durar valha mais que passar: "as montanhas imperecíveis não são mais excelentes que a rosa que depressa se desfolha em sua vida que se esvai em perfume" (*Lições sobre a Filosofia da História*). Da religião do Tao diz que com ela não se liga "nenhuma moralidade propriamente dita, nenhuma racionalidade imanente, pela qual o homem tivesse valor, dignidade em si" (*Lições sobre a Filosofia da Religião*, Parte II); na mesma página usa *Aberglaube*, superstição, em tom que a série não adota. Na *História da Filosofia*: "o mais alto, o último, o originário [...] é o nada, o vazio, o totalmente indeterminado [...]; chama-se também Tao, a razão"; "se o filosofar não foi além de tais expressões, então está no primeiro degrau".

Também aqui Hegel dependia de segunda mão: a tradução do *Daodejing* que viu em Viena e Rémusat, para quem *Tao* diria em grego *lógos*. Kwok Kui Wong sustenta que ele está na tradição socrática da definição (*Bestimmung*), ao passo que Laozi propõe conhecer deixando o sentido das coisas aparecer por si; o juízo baixo viria da visão desenvolvimentista de Hegel (2011 [V via secundária]). Mario Wenning lembra que, nas lições tardias sobre a religião, Hegel valoriza o daoísmo como razão especulativa com elementos místicos (2017 [V via secundária]).

O Estudo VI chamou o taoísmo a água como mestra: o *wu wei* (*Tao Te Ching* 8) é parente do portar, e o inútil necessário daria ao sabbath do fluxo a bênção de Zhuangzi. Separou-se em impessoal contra pessoal — o Tao é inominável, e no rio permanece alguém (para quem crê, a Luz tem nome próprio, pela Independência confessional) — e em espontaneidade contra regra.

Hegel traz dois presentes. Que durar não valha mais que passar é um aliado inesperado para Mutatio; e o seu critério, "valor, dignidade em si", desenha a fronteira da ficha, impessoal contra pessoal, pelo avesso: mesma linha, uso oposto. Ele tira dela um grau na ordem das religiões; a ficha, um limite entre casas vizinhas. Dois obstáculos: trata o Tao como "abstração" e "nada", e a água do capítulo 8 do *Tao Te Ching* é imagem, não conceito; e o seu tom não pode ser adotado. De Zhuangzi, de quem o Estudo VI tirou o inútil necessário, Hegel nada diz nos volumes consultados.

4.7 O padrão

Olhadas juntas, as visitas repetem um gesto. Nas casas orientais Hegel chega ao mais alto, ao originário, declara-o indeterminado e vê no indeterminado o nada ou a abstração. No budismo, "o nada e o não-ser é o último e o mais alto"; em Brahma, "substância sem determinação"; no Tao, "o nada, o vazio, o totalmente indeterminado". Reconhece-se o eco do começo da *Ciência da Lógica*, onde o ser puro, sem determinação alguma, é o mesmo que o nada (ver 1.2 e 2.2) [leitura do estudo]. Mas o gesto traz um retorno. O "Deus não pode ser conhecido" dos modernos é, diz ele, "apenas uma expressão mais branda" de "Deus é o nada"; quando os europeus dizem "Deus é o ser supremo", a determinação é "igualmente abstrata e pobre"; e a mesma acusação cai sobre gregos e modernos. Hegel devolve ao agnosticismo europeu a acusação que lança ao Oriente. Se esse gesto alcança uma luz sem nome, é a questão (h), aberta em 3.3.

O estudo segue Hegel na pergunta, não nos rótulos. A pergunta de Hegel — que vale o *Individuum*, a pessoa, em si? — é vizinha da pergunta da série. Os rótulos — "nada", "aniquilação", "panteísmo", "abstrato", e o tom de *Verachtung* e *Aberglaube* — pertencem a quem os pôs e ficam entre aspas, com dono. O grau não se herda: Hegel gradua porque a sua resposta é um caminho; a série visita casas porque a sua resposta é uma luz. Há uma exigência dele que a série toma a sério: ver nas religiões algo que "não seja apenas sem sentido, irracional".

A volta pelas seis casas está feita. Falta olhar para a frente, aos autores que virão.

5. Prévias: autores que virão

Nota. Os sete esboços deste capítulo não são estudos. São marcas de lugar: cada autor poderá ser visitado, se a série chegar a ele, em sua melhor forma, e só então se marcarão as fronteiras. Aqui se assinala apenas por onde Hegel abre a porta e o que o Lumen Fluens deverá pôr à prova quando ela se abrir. Os trechos citados trazem localização, e o que não foi inteiramente conferido leva marcador de verificação; hipótese leva o nome de hipótese; e as questões abertas do estudo, (a)–(l), seguem declaradas, sem maquiagem. A doutrina não se move por aqui: só o fundador a move.

5.1 Kierkegaard

Hegel diz que "o verdadeiro é o todo" (*Fenomenologia do Espírito*, Prefácio, §20; ver 1.4) [tradução do estudo]. **A tradição lê**, pela voz de Kierkegaard (sob o pseudônimo de Johannes Climacus), o limite do sistema: "a) pode-se dar um sistema lógico; b) mas não se pode dar nenhum sistema da existência" (*Pós-escrito conclusivo não científico*, 1846; frase já vista em 4.5). A tese dele: o

existente singular não cabe no sistema. A fé é paradoxo, não mediação, "precisamente este paradoxo: que o Singular é mais alto que o Universal" (*Temor e tremor*, 1843; *den Enkelte er høiere end det Almene*). E querer o bem por recompensa é duplicidade, pois "querer uma só coisa é, portanto, querer o bem sem consideração pela recompensa" (*Opbyggelige Taler i forskjellig Aand*, 1847). Na página de *Temor e tremor*, ele lembra que Hegel chama o Singular de forma moral do mal [paráfrase; localização a confirmar].

O cânon responde. Toca a Lux e o Examinar em "querer uma só coisa", ponte que o Estudo V já nomeou; o Tratado da Luz Interior diz: "Esforça-se a partir da luz, não para merecê-la." Separa-se em dois pontos. Primeiro, se o Singular está acima do Universal, a Bússola, que veta o caminho onde a luz não está, teria que vetar o monte Moriá, tal como *Temor e tremor* o lê, com Abraão e a faca erguida? A pergunta é sobre essa leitura, não sobre o relato; o cânon não fala de "suspensão do ético", e a questão aberta (j) fica para o estudo futuro. Segundo, a "marca da eternidade — em todo ser humano" que ele vê no próximo (*As obras do amor*, 1847) é matéria confessional: material, não doutrina (ver 3.3). Para quem crê, a Luz tem nome próprio; para quem não crê, é a consciência mais funda; a filosofia não decide. Elementos a testar: Lux, Bússola, Examinar.

5.2 Marx

Hegel diz que "os indivíduos são sacrificados e abandonados" e que a Ideia paga o tributo da existência "com as paixões dos indivíduos" (*Lições sobre a Filosofia da História*, Introdução; ver 3.2). **A tradição lê**, por Marx, o movimento sem a mística: a dialética "está nele de cabeça para baixo. É preciso virá-la, para descobrir o núcleo racional no invólucro místico" (*O capital*, I, posfácio de 1873). A tese dele: a essência humana "não é um abstrato inerente ao indivíduo singular. Em sua efetividade, é o conjunto das relações sociais" (*Teses sobre Feuerbach*, 1845, tese 6) [página a confirmar]. Os homens fazem a história sob condições herdadas, e "a tradição de todas as gerações mortas pesa como um pesadelo sobre o cérebro dos vivos" (*O 18 de brumário*, 1852). A crítica termina num imperativo: derrubar as relações em que o homem é "um ser rebaixado, subjugado, abandonado, desprezível" (*Crítica da filosofia do direito de Hegel: Introdução*, 1844).

O cânon responde. Toca o Flumen no mesmo fato, ninguém começa do zero, com sinal oposto: para Marx a herança pesa; para o cânon, agradece-se. Toca o Abrigo no "abandonado", pois *Sis alteri domus* é a resposta a quem foi deixado só, e toca o lobo na recusa do que rebaixa. Aproxima-se de Marx contra o ser humano tomado como isolado, a quem as Águas Comuns chamam "indivíduo": "o indivíduo define-se pelo que o separa". O *Individuum* de Marx é o ser humano singular; o "indivíduo" do cânon é outro uso da palavra (ver 1.5). Separa-se onde a tese 6 nega uma essência "inerente": o Pilar I afirma um valor intrínseco, e a réplica possível do cânon, "a luz é pessoal, nunca individual", ainda não foi posta à prova. A crítica da religião que conduz àquele imperativo, o cânon, por independência confessional, nem adota nem contradiz. O estudo futuro deverá testar o Flumen, o Abrigo, o lobo e as Águas Comuns, e perguntar, na questão aberta (k): quando o mal é estrutural, o lobo tem "alguém"? Se não tiver, corre-se o risco de chamar de noite o que é lobo, e confundi-los é, diz o cânon, abdicação.

5.3 Nietzsche

Hegel diz que "o infortúnio, a dor do mundo foi a condição, a preparação do lado subjetivo para a consciência do espírito livre [...]" (*Lições sobre a Filosofia da Religião*, III, abertura; ver 3.2) [localização a confirmar]: a dor, segundo ele, tem lugar no todo. Ao lado dessa frase o estudo futuro porá outra, de Nietzsche; a ponte é do estudo, não de Hegel nem de Nietzsche: "A falta de sentido do sofrimento, e não o sofrimento, era a maldição [...] — e o ideal ascético lhe ofereceu um sentido!" (*Genealogia da moral*, III, 28) [página a confirmar]. A tese dele: "Valorar é criar: ouvi isto, criadores!" (*Assim falou Zaratustra*, I, "Von tausend und Einem Ziele") [página a confirmar]. E a fórmula da grandeza é "*amor fati*: nada querer diferente", não apenas suportar "o necessário", "mas amá-lo" (*Ecce homo*, "Warum ich so klug bin", 10) [página a confirmar].

O cânon responde. Toca o Abrigo e a Lux no astro: "Grande astro! Que seria a tua felicidade, se não tivesses aqueles a quem iluminas!" (*A gaia ciência*, 342) [página a confirmar], parente da luz que "não é só para ver — é para aquecer". Separa-se em três pontos, que o estudo futuro deverá enfrentar sem pressa. Primeiro, a Lux: se valorar é criar, o valor é dado ou criado? O Pilar I afirma o valor como "intrínseco, anterior a qualquer conquista ou circunstância": a luz não se acende — revela-se. Segundo, a Vigília: a fórmula pede que se ame "o necessário"; a Vigília vela a noite, não a ama, e diante do lobo nem sequer vela: resiste. Terceiro, e mais agudo, a questão aberta (e): se a falta de "sentido" é a maldição, como evitar que "presença, não vitória" se torne, ela mesma, um novo ideal que consola? A pergunta é justa, e este estudo a deixa aberta; se e quando ela será retomada, o fundador decide. Elementos a testar: Lux, Abrigo, Vigília.

5.4 Hannah Arendt

Hegel diz que a razão tem a sua astúcia: "Chama-se astúcia da razão o fato de ela deixar as paixões atuarem por ela" (*Filosofia da História*, Introdução; ver 1.9). **A tradição lê**, por Arendt, o gesto inteiro: "Pensar, com Hegel, que a verdade reside e se revela no próprio processo temporal é característico de toda a consciência histórica moderna" (*Between Past and Future*, 1961, p. 68). A tese dela: agir é começar algo novo, e isso só se dá entre muitos. "A natalidade, e não a mortalidade, pode ser a categoria central do pensamento político, distinto do metafísico" (*The Human Condition*, 1958, p. 9). E o perdão remedeia a irreversibilidade do agir, mas pede outros: "ninguém pode perdoar a si mesmo [...]; perdoar e prometer em solidão ou isolamento ficam sem realidade" (*The Human Condition*, p. 237).

O cânon responde. Toca o Flumen na natalidade: "ninguém começa do zero" e todo nascimento como começo são polos, não contradição, e o Pilar III, Mutatio, faz a ponte. Toca a Regra da Misericórdia no recomeço que o perdão libera, "recomeça-se no dia seguinte", e as Águas Comuns na pluralidade e no mundo comum. Também aqui há falso amigo: o "revela-se" da verdade no tempo, em Arendt lendo Hegel, não é o da Lux (ver 3.1).

Separa-se em dois pontos finos. A questão aberta (b): a Regra da Misericórdia é reflexiva ("seu endereço é reflexivo", diz a Disputatio: ela fala a quem falhou consigo mesmo), mas é o rio que "a retoma". A mão que retoma seria o Abrigo [hipótese do estudo, a decidir pelo fundador]. E a questão aberta (c): a imagem do lobo sugere vontade malévola, e Arendt mostra o dano sem ela, "temível banalidade do mal, que desafia as palavras e os pensamentos" (*Eichmann in Jerusalem*, cap. XV, fim) [página a confirmar]. Mas o cânon define o lobo pela autoria, "o mal que alguém inflige", não pela intenção: Arendt toca a imagem, não a definição. O Examinar seria a reflexão

que a irreflexão dispensa [hipótese do estudo]. Elementos a testar: Flumen, Mutatio, Regra da Misericórdia, Águas Comuns.

5.5 Levinas

Hegel diz que a história universal, "como tribunal do mundo", julga os espíritos dos povos (*Linhas fundamentais da filosofia do direito*, §340; ver 3.2). **A tradição lê**, por Levinas, um engano: nesse juízo Hegel "viu, erradamente, sua racionalização" (*Totalidade e infinito*, ed. ing., p. 23) [V-en]; e o Outro não cabe na negação: "O outro não é a negação do mesmo, como Hegel gostaria de dizer" (p. 305) [V-en]. A tese dele: a ética precede a ontologia. O rosto do Outro interpela antes de qualquer saber. O sofrimento do outro é inútil e injustificável, e "a justificação da dor do próximo é, certamente, a fonte de toda imoralidade" (*Entre nós*, "O sofrimento inútil") [V-pt; página a confirmar].

O cânon responde. Toca a Vigília duas vezes. Na recusa: nenhum pensamento deve justificar a dor do outro, e Levinas fala de Auschwitz, que é lobo, mas também do sofrimento em geral, onde cabe a noite. Na palavra: Levinas descreve "o despertar, para além do conhecimento, à insônia ou à vigília (ao *Wachen*)", e esse despertar vem "a partir do outro [...] o qual, sem interrupção, questiona a prioridade do Mesmo" ("A filosofia e o despertar") [V-pt; página a confirmar]. A Vigília do cânon é permanecer na noite: a mesma palavra, dois movimentos.

Toca o Abrigo na "casa aberta ao Outro — a hospitalidade" (*Totalidade e infinito*, p. 172) [V-en], e aqui Levinas ajuda: a separação, a casa, precede o encontro, o que favorece a ordem Lux → Abrigo [leitura do estudo]. Separa-se em três pontos. Primeiro, a Bússola pergunta "a luz está lá?" em primeira pessoa, e Levinas começaria pelo chamado: é a questão aberta (f), com uma pergunta ao fundador: a Vigília nasce do chamado do Outro ou da luz de quem vela? Para Levinas, só a primeira; o cânon ainda não diz. Depois, a assimetria do Outro contra o que o estudo lê como reciprocidade nas Águas Comuns. Por fim, a raiz bíblica, que é material, não doutrina. Elementos a testar: Vigília, Abrigo, Bússola.

5.6 Paul Ricoeur

Hegel diz que a reconciliação "só se alcança pelo conhecimento do afirmativo, em que aquele negativo desaparece como subordinado e superado" (*Filosofia da História*, Introdução; ver 1.9 e 3.2). **A tradição lê**, por Ricoeur, na síntese de Faessler, o limite desse sistema: "o sofrimento, pela voz da lamentação, é o que se exclui do sistema" (*Laval théologique et philosophique* 65/3, 2009, p. 225) [V via secundária]. A tese dele: a teodiceia fracassa. "Para a ação, o mal é, antes de tudo, o que não deveria ser, mas tem que ser combatido" (*O mal*, ed. esp., p. 60) [V-es]; diante do que se padece, porém, "a pergunta muda: já não é 'Por quê?', mas 'Por que eu?'. A resposta prática deixa de ser suficiente" (p. 62) [V-es], e o que se pede é luto. O perdão, por sua vez, devolve ao agente a capacidade de agir com uma palavra libertadora: "vales mais que teus atos" (*A memória, a história, o esquecimento*, ed. esp., p. 643) [V-es].

O cânon responde. Toca a Lux e a Regra da Misericórdia em "vales mais que teus atos": o valor anterior a qualquer conquista e o recomeço, pois "falhar na regra não apaga a luz". Toca a Vigília numa divisão vizinha, que corre em outro eixo: Ricoeur separa o agir, que combate (p. 60), do padecer, que pede luto (p. 62), e o cânon separa a noite do lobo pela causa. Do lobo, resiste-se; da

noite, vela-se; mas o lobo também se padece. Toca o Flumen e o Examinar na gratidão, a pergunta de *Percurso do reconhecimento* (ed. esp., p. 13) [V-es] que 2.4 já ouviu: é a ponte mais limpa entre o reconhecimento hegeliano e o cânon, pois liga o reconhecimento ao Examinar e à humildade grata. Ricoeur, aliás, não refuta a luta por reconhecimento; as "tréguas" não a resolvem (p. 276) [V-es]. Separa-se onde entrelaça o mal cometido e o padecido, e aí está a questão aberta (l): a distinção entre noite e lobo terá que acolher esse entrelaçamento ou recusá-lo com razões. E a palavra libertadora é dita por alguém: relação, outra vez. Elementos a testar: Lux, Examinar, Vigília, Regra da Misericórdia.

5.7 Martin Buber

Hegel diz que a autoconsciência "só é como algo reconhecido" (*Fenomenologia do Espírito*, IV.A, §178; ver 1.5). Nenhuma das fontes lidas põe Buber a comentar o §178; a ponte é do estudo. Buber fala do mesmo limiar, o do outro sem o qual o eu não é, com outra chave: "O Tu vem ao meu encontro por graça: buscando, não se o encontra" (*Ich und Du*, 1923, p. 18). "No princípio é a relação" (*Im Anfang ist die Beziehung*, p. 25); "É pelo Tu que o ser humano se torna Eu" (p. 36).

O cânon responde. Toca o Abrigo: em Buber, "o ser humano habita em seu amor" (p. 22) e o Todo se faz "casa com lareira sagrada" (p. 118), o que dialoga com *Sis alteri domus*. Toca o Corpus: o Isso, sem o qual "o ser humano não pode viver" (p. 43), faz lembrar os "tijolos do templo". Toca a Lux na primeira frase, que tem a forma de "a luz não se acende — ela se revela", dita do outro: o Tu não se obtém, vem.

Separa-se onde a objeção é central: "no princípio é a relação" põe a relação antes do eu, e o cânon põe a Lux antes do Abrigo. É a questão aberta (a), que o estudo sobre Buber deverá enfrentar de frente. Uma atenuação a testar: a Lux responde *quanto vale* a pessoa; Buber, *como o eu se faz eu*; e o Flumen já diz que ninguém começa do zero. Fica sem resposta, e declarada: a luz coberta pode ser revelada pelo olhar de outro? Pergunta ao fundador: o Abrigo é o lugar onde o Tu pode vir (Buber) ou o que a Lux já oferece antes de qualquer encontro? O Eterno Tu e a graça são material confessional, não doutrina. A edição brasileira traz "terra sagrada" onde o original diz *heiligem Herd*, lareira. Elementos a testar: Lux, Abrigo, Corpus.

5.8 Síntese das prévias

A tabela reúne, para cada autor, onde o cânon o toca, onde se separa e o que o estudo futuro deverá testar.

AUTOR	OBRA-CHAVE	TOCA EM	SEPARA-SE EM	ELEMENTOS A TESTAR
Kierkegaard	*Temor e tremor*; *As obras do amor* (Vozes)	"querer uma só coisa", sem recompensa	o Singular acima do Universal (j); raiz confessional (material)	Lux; Bússola; Examinar
Marx	*Crítica da filosofia do direito de Hegel*; *O 18 de brumário* (Boitempo)	herança como condição; o "abandonado"	a essência como conjunto das relações sociais; o mal estrutural (k)	Flumen; Abrigo; lobo; Águas Comuns
Nietzsche	*A gaia ciência*; *Genealogia da moral* (Companhia das Letras)	o astro e quem ele ilumina	valor criado; *amor fati*; questão (e)	Lux; Abrigo; Vigília

AUTOR	OBRA-CHAVE	TOCA EM	SEPARA-SE EM	ELEMENTOS A TESTAR
Arendt	*A condição humana* (Forense Universitária); *Eichmann em Jerusalém* (Companhia das Letras, 1999†)	natalidade; perdão; mundo comum	"ninguém pode perdoar a si mesmo" (b); irreflexão (c)	Flumen; Mutatio; Regra da Misericórdia; Águas Comuns
Levinas	*Entre nós* (Vozes, 2ª ed., 2005†); *Totalidade e infinito* (Edições 70†, de Portugal)	fim da teodiceia; casa aberta ao Outro	o Outro antes do Mesmo (f); assimetria	Vigília; Abrigo; Bússola
Ricoeur	*Percurso do reconhecimento* (Loyola, 2006); *O mal*	gratidão; agir e padecer; "vales mais que teus atos"	mal cometido e padecido entrelaçados (l)	Lux; Examinar; Vigília; Regra da Misericórdia
Buber	*Eu e Tu* (Centauro, 10ª ed., 2006†)	casa com lareira; "habita em seu amor"	a relação antes do eu (a)	Lux; Abrigo; Corpus

† edição conferida em catálogo ou arquivo digital; as demais, a conferir. As edições indicam onde ler; as páginas citadas no capítulo são as dos originais ou das traduções listadas nas Fontes. De *Totalidade e infinito* não se conferiu edição brasileira: a da Edições 70 é portuguesa e serve só de indicador.

As prévias tocam oito das doze questões abertas do estudo: (a) se a Lux vem antes do Abrigo ou a relação vem primeiro (Buber); (b) a Regra da Misericórdia, que é reflexiva, diante do "ninguém pode perdoar a si mesmo" (Arendt); (c) a imagem do lobo diante da irreflexão (Arendt); (e) "presença, não vitória" diante da *Genealogia da moral*, III, 28 (Nietzsche); (f) a Bússola e a Vigília diante do Outro primeiro (Levinas); (j) a Bússola diante do monte Moriá (Kierkegaard); (k) o lobo diante do mal estrutural (Marx); (l) a fronteira entre noite e lobo diante do mal cometido e padecido (Ricoeur). As questões (d), (g), (h) e (i) não têm prévia neste capítulo. O capítulo seguinte reúne a síntese e as questões abertas, de (a) a (l).

6. Síntese, fórmula e questões abertas

6.1 O que o estudo encontrou

Hegel entra no Lumen Fluens pelo rio e pelo método. Devemos-lhe a maior formulação da ideia de que somos herdeiros e ancestrais, e de que a língua, as leis e os costumes em que cada um nasce não são cenário, mas o modo como o espírito existe (2.1). Devemos-lhe a dignidade filosófica do devir, que ele recebeu de Heráclito e levou ao começo da *Lógica* (2.2). Devemos-lhe o nome do que aconteceu à doutrina quando a Disputatio declarou duas lacunas e a Vigília veio responder à primeira e nomear a segunda: negação determinada, *Aufheben* — conservar e fazer cessar num só ato (2.3). E devemos-lhe a intuição de que a pessoa só se realiza aberta, numa vida comum, "junto de si em seu outro", que é a fórmula de Hegel mais próxima do Abrigo e das Águas Comuns juntos (2.4). Nada disso o cânon precisa negar; em boa parte, já o pratica sem o nome.

Mas Hegel bate em duas portas fechadas, e são as portas que sustentam a casa. A primeira é a luz. Hegel afirma o valor infinito do homem — "vale porque é homem" —, e a fronteira não passa entre ter valor e não tê-lo. Passa entre o valor que só se efetiva quando é sabido e formado, e o valor

que é dado antes de qualquer percurso e apenas se revela: efetivo e sabido, de um lado; revelado, do outro (3.1). Em Hegel o percurso é o lugar em que o valor se realiza; no cânon, o lugar em que se vê. A segunda porta é a noite. Hegel olhou o mal de frente, concedeu o luto, rejeitou o fim santo e manteve a culpa no foro em que cabe; o estudo o reconhece. Mas a sua teodiceia reconcilia o espírito pensante com o mal, censura quem se demora no luto, e lê a dor do mundo, nas palavras dele, como "condição" e "preparação". A Vigília não dá esse passo: promete presença, não vitória; vela a noite sem convertê-la, e diante do lobo não vela — resiste, e deve justiça agora, sem esperar o tribunal do mundo (3.2). Duas fronteiras menores acompanham as duas maiores: a do nome, porque Hegel gradua as religiões pelo que cada uma sabe do valor da pessoa, e o cânon, por independência confessional, deixa o nome da Luz a cada um (3.3); e a da hora, porque a coruja de Minerva compreende ao entardecer, e a Bússola veta diante do caminho, antes de percorrê-lo (3.4).

Diante das casas já visitadas, Hegel foi guia parcial: a sua pergunta — que vale a pessoa em si? — é vizinha da pergunta da série, e os seus rótulos ("nada", "abstrato", "panteísmo") ficam entre aspas, com dono (capítulo 4). E a sua leitura abriu sete portas para autores que a série ainda não visitou (capítulo 5).

6.2 A fórmula

Daí a fórmula que o estudo propõe ao fundador, e que só ele pode adotar: **o Lumen Fluens aceita a dialética como método de crescimento doutrinal e a recusa como teodiceia.** Como método, a dialética é a descoberta de que uma doutrina cresce pelas objeções que leva a sério; o negativo de que ela cresce é a falha de um texto diante de uma objeção. Como teodiceia, a dialética lê a noite a partir do fim; a Vigília a lê a partir de quem está nela. Que a falta do cânon tenha sido fecunda não torna fecundo o mal que a objeção descrevia. (Fórmula adotada pelo fundador em 17 de outubro de 2026; ver o Prólogo, "Decisões do fundador".)

E daí a segunda pergunta, que o estudo propõe como segunda face da série. Nos seis estudos anteriores, tocávamos as tradições nos gestos e separávamo-nos numa única pergunta: o que há no fundo da pessoa? Com Hegel, a pergunta se desdobra: o que há no fundo da noite? Hegel responde: uma razão com a qual o espírito pensante pode reconciliar-se. O cânon não descreve um fundo da noite; promete presença, e que "ninguém ficará sem luz dentro da noite". A resposta que o estudo propõe, e que o fundador confirma ou corrige, é esta: uma luz acesa dentro da noite, que não precisa do fim para valer. (Pergunta e resposta adotadas pelo fundador em 17 de outubro de 2026; ver o Prólogo, "Decisões do fundador".)

6.3 Questões abertas

A honestidade é o método, e o estudo deixa doze perguntas que o cânon, tal como está, não responde. Nenhuma delas é lacuna que o estudo possa fechar: são matéria do fundador, de tratados futuros ou dos estudos que o capítulo 5 anuncia.

Sobre a pessoa e o outro. (a) A Lux vem antes do Abrigo, ou a relação vem primeiro? O cânon expõe a luz primeiro e o Abrigo depois; Buber, Mounier e, de outro modo, Levinas põem o tu antes do eu. O Tratado já diz que o olhar do outro não fabrica a luz; se ele pode revelar a luz encoberta, o cânon não diz (3.1, 5.7). [Decidida pelo fundador em 17/10/2026: a Lux vem antes; o

Abrigo pode revelar uma luz encoberta.] (b) A Regra da Misericórdia é reflexiva — fala a quem falhou consigo mesmo —, mas é o rio que "a retoma"; Arendt lembra que ninguém pode perdoar a si mesmo. A mão que retoma seria o Abrigo? É hipótese do estudo (5.4). [Decidida pelo fundador em 17/10/2026: a mão que retoma é o rio, o Flumen, não o Abrigo.]

Sobre o mal. (c) A imagem do lobo sugere vontade malévola, e Arendt mostrou o dano sem ela; o cânon define o lobo pela autoria, não pela intenção, e a imagem terá que suportar a irreflexão (5.4). [Decidida pelo fundador em 17/10/2026: suporta — lobo é quem inflige, com ou sem intenção; a irreflexão não é noite.] (d) O cânon fala em luz e em templo, e Adorno nega a toda palavra "tingida de elevação" o direito de permanecer intacta depois de Auschwitz; o léxico do cânon é decisão do fundador (3.2). [Decidida pelo fundador em 17/10/2026: o léxico é mantido; a objeção fica registrada como ouvida.] (e) Se, como quer Nietzsche, a maldição é a falta de sentido do sofrimento e não o sofrimento, como evitar que "presença, não vitória" se torne, ela mesma, um ideal que consola? (5.3). (g) A Vigília diz que ao lobo se deve justiça, e não diz que justiça é essa, nem como se distingue da vingança; a Disputatio já previa que isso é matéria de um tratado dedicado (3.2, 3.4). (k) Quando o mal é estrutural — a herança que pesa, como diz Marx —, o lobo tem "alguém"? Se não tiver, corre-se o risco de chamar de noite o que é lobo (5.2). (l) Onde passa a fronteira entre noite e lobo quando o mal padecido é, em parte, cometido, como Ricoeur descreve o entrelaçamento? (3.2, 5.6).

Sobre o nome. (h) O cânon deixa a Luz sem nome, e Hegel devolve ao agnosticismo europeu a acusação que lança ao Oriente: o indeterminado seria o nada. Uma luz sem nome pode ser determinada pela vida — pela prática do Acender, do Portar e do Examinar — sem o ser pelo conceito? (3.3, 4.7).

Sobre a decisão. (f) A Bússola pergunta "a luz está lá?" em primeira pessoa; Levinas começaria pelo chamado do outro. A Vigília nasce do chamado do Outro ou da luz de quem vela? (5.5). (i) Se a Bússola é veto de fidelidade e não critério de verdade, e o conteúdo vem do Abrigo e das Águas Comuns, isso basta para lhe tirar o último juiz solitário? (3.4). (j) Se o Singular está acima do Universal, como lê *Temor e tremor*, a Bússola vetaria o monte Moriá? A pergunta é sobre essa leitura, não sobre o relato (5.1).

Das doze, quatro pediam a palavra do fundador — (a), (b), (d) e, no que toca à imagem, (c) —, e a receberam em 17 de outubro de 2026 (ver o Prólogo, "Decisões do fundador"); duas pedem um tratado — (g), que a própria Disputatio encomendou, e (l), que depende dele —; as demais esperam pelos estudos futuros em que nasceram. Nenhuma põe em risco o que o cânon já diz: a Vigília continua a distinguir a noite do lobo, e a Bússola continua a vetar. O que as perguntas pedem é mais doutrina, não outra.

6.4 A lamparina

Hegel escreveu que a coruja de Minerva só levanta voo ao cair do crepúsculo, e tinha razão sobre o ofício de compreender: compreende-se tarde. O cânon tem a sua coruja, o Examinar ao fim do dia. Mas a noite inteira vem depois do crepúsculo, e para ela a coruja não serve. Serve a lamparina: a luz de cada um, posta no rio e entregue às águas de todos, que não promete o amanhecer, não finge que não é noite e não se apaga. Hegel soube dizer, como poucos, o que o rio é. O que a lamparina faz dentro da noite, o cânon diz sozinho: *Lux in tenebris vigilat*.

APARATO

Fontes citadas, por capítulo

Capítulo 1 — Hegel em sua melhor forma

Convenções. A *Fenomenologia do Espírito* é citada pelos § de Miller (*Phenomenology of Spirit*, Oxford, 1977); a numeração por ¶ de Pinkard e Baur (Cambridge University Press, 2018) corresponde a ela [localização a confirmar]. W = *Werke in 20 Bänden* (Suhrkamp, 1969–1971), texto digital que marca as páginas por parágrafo; "ca." = página ±1 (em W12, ±2). Os Adendos (*Zusätze*) e as lições (*Vorlesungen*) são compilações póstumas, de autoridade menor: a *Filosofia da História* vem de Gans (1837) e K. Hegel (1840); a *Filosofia da Religião*, de Marheineke, no vol. I da 1ª ed. (1832) e no vol. II da 2ª ed. (1840), com paginações diferentes entre si e da edição crítica (Jaeschke, Meiner). As traduções para o português são de trabalho, feitas pelo estudo a partir do alemão, e estão por conferir contra as edições brasileiras (Meneses, Müller, Iber e outros); no corpo, a marca [tradução do estudo] aparece na primeira ocorrência.

Hegel diz

- *Fenomenologia do Espírito* (1807), Prefácio §2 (botão, flor, fruto) · W3, ca. 12 · [V]
- *Fenomenologia*, Prefácio §§17–18 (substância como sujeito; o círculo) · W3, ca. 22–23 · [V]
- *Fenomenologia*, Prefácio §19 (a seriedade do negativo) e §20 ("o verdadeiro é o todo"; o absoluto como resultado) · W3, ca. 23–24 · [V]; [paráfrase] para a ideia que decai em edificação, glosa do alemão do §19
- *Fenomenologia*, Prefácio §39 (a moeda cunhada) · W3, ca. 40 · [V]
- *Fenomenologia*, Introdução §78 (o caminho do desespero) · W3, ca. 72 · [V]
- *Fenomenologia*, Introdução §79 (a negação determinada) · W3, ca. 73–74 · [V]
- *Fenomenologia*, IV.A §§178–179 (o reconhecimento) · W3, ca. 145 · [V]
- *Fenomenologia*, IV.A §§187–188 (a luta de vida e morte; "pessoa"; o *Individuum*) · W3, ca. 148–150 · [V]; [leitura do estudo] para *Individuum* = ser humano singular
- *Fenomenologia*, IV.A §§194–196 (o medo, o trabalho, a vaidade) · W3, ca. 153–155 · [V]; [paráfrase] para a vaidade do fazer sem o medo (§196)
- *Fenomenologia*, IV.B §§198–200 (o estoicismo) · W3, ca. 157–158 · [V]; [paráfrase] para o §199 (época de medo, servidão e formação universais), a partir do alemão
- *Fenomenologia*, IV.B §§202–206 (o ceticismo; a consciência infeliz) · W3, ca. 159–163 · [V]
- *Fenomenologia*, IV.B §217 (o além) · W3, ca. 169–170 · [V]
- *Fenomenologia*, V, abertura, §231 (o imutável reconciliado) · W3, ca. 177 · [V]
- *Fenomenologia*, VI.C.c §658 (a bela alma) · W3, ca. 483–484 · [V]; [paráfrase] para *Entäußerung*, a partir do alemão
- *Fenomenologia*, VI.C.c §§666–667 (o juiz; o coração duro) · W3, ca. 489–490 · [V]
- *Fenomenologia*, VI.C.c §669 (as feridas do espírito) · W3, ca. 491–492 · [V]

- *Fenomenologia*, VI.C.c §§670–671 (a palavra da reconciliação; o Sim reconciliador) · W3, ca. 493–494 · [V]
- *Ciência da Lógica*, Livro I, cap. 1 (Ser, Nada, Devir) · W5, 82–83 · [V]
- *Ciência da Lógica*, Livro I, cap. 1, Observação sobre *Aufheben* · W5, 113–114 · [V]; os tradutores vertem a palavra por "suprassumir" ou "superar" [localização a confirmar]
- *Ciência da Lógica*, Doutrina do Conceito, Ideia absoluta (a negação da negação) · W6, 563 · [V]
- *Enciclopédia das Ciências Filosóficas*, §18 (a Ideia) · W8, ca. 63 · [V]
- *Enciclopédia*, §§79 e 82 (os três lados do lógico) · W8, ca. 167–180 · [V]
- *Enciclopédia*, §24, Adendo 2 (a liberdade: "estar junto de si em seu outro") · W8, ca. 85 · [V]; [paráfrase] para a frase *Freiheit ist nur da, wo kein Anderes für mich ist, das ich nicht selbst bin*. O substantivo *Beisichselbstsein im Anderen* é fórmula de intérpretes; Hegel escreve o infinitivo *in seinem Anderen bei sich selbst zu sein*.
- *Enciclopédia*, §24, Adendo 3 (a queda) · W8, ca. 90–93 · [V]; [paráfrase] para a subjetividade que só se sabe e só se quer em sua particularidade, com exclusão do universal (*nur sich weiß und will in seiner Besonderheit mit Ausschluß des Allgemeinen*), e para a observação de que as coisas naturais não fazem mal (*die natürlichen Dinge tun nichts Böses*)
- *Enciclopédia*, §244 (a Ideia se solta como natureza) · W8, ca. 392–393 · [V]
- *Enciclopédia*, §381 (o espírito, verdade da natureza) e §385 (o espírito) · [V; página a confirmar]
- *Enciclopédia*, §564, Observação (contra o "inconhecível") · W10, ca. 373 · [V]
- *Enciclopédia*, §573, Observação (o mesmo conteúdo na filosofia e na religião) · [V; página a confirmar]
- *Linhas fundamentais da filosofia do direito* (1821), §7, Adendo (amizade e amor) · W7, ca. 56–57 · [V]
- *Filosofia do Direito*, §35, Adendo e §36 ("pessoa") · W7, ca. 94–95 · [V]
- *Filosofia do Direito*, §209, Observação ("o homem vale porque é homem") · W7, ca. 360 · [V]; [paráfrase] para a ligação com a *Bildung*
- *Lições sobre a Filosofia da História* (ed. Gans e K. Hegel), Introdução, a razão governa o mundo · W12, ca. 20 · [V]
- *Filosofia da História*, Introdução, a "teodiceia"; o espírito pensante reconciliado · W12, ca. 28 · [V]
- *Filosofia da História*, Introdução, o progresso na consciência da liberdade; um, alguns, todos · W12, ca. 31–32 · [V]
- *Filosofia da História*, Introdução, o "matadouro" (*Schlachtbank*); a tristeza e a objeção a comprazer-se nela · W12, ca. 34–36 · [V]; "taciturna" para *trübselig* é tradução de trabalho, a conferir contra as edições brasileiras (UnB; Centauro), pois a palavra diz também "sombrio, melancólico"
- *Filosofia da História*, Introdução, a astúcia da razão · W12, ca. 49 · [V]
- *Filosofia da História*, o homem como fim em si e de valor infinito · W12, ca. 403–404 · [V]
- *Lições sobre a Filosofia da Religião* (ed. Marheineke), 1832, I, p. 80 (representação e conceito) · [V]

- *Filosofia da Religião*, 1832, I, índice (a ordem das religiões determinadas) · [V; página a confirmar]; [ordem de 1832; cursos posteriores a confirmar]: o budismo vem antes do hinduísmo, e cursos posteriores invertem
- *Filosofia da Religião*, 1840, II, pp. 264–265 (o conhecimento como fonte do mal; fonte da reconciliação) · [V]
- *Filosofia da Religião*, 1840, II, pp. 300–301 (“Deus morreu”; a inversão; “apenas a morte da morte”) · W17, 290–291 segundo Gabriel, *Aurora* 23/33, 2011 · [V]; dois excertos do mesmo passo, e o trecho omitido entre eles diverge entre as testemunhas (*Aufgeben*/*Aufheben*)
- *Filosofia da Religião*, W16, ca. 86 (“esta é a religião cristã”; o espírito percorre seu caminho na religião) · [V]; [paráfrase; localização a confirmar] para a observação sobre “percurso” (*Bahn*) e “escada”

A tradição lê

- Chalybäus (1837), origem da fórmula “tese–antítese–síntese” · [fonte secundária; localização a confirmar]
- Charles Taylor, *Hegel* (Cambridge University Press, 1975); ed. bras. *Hegel: sistema, método e estrutura* (É Realizações, 2014; tradutor a confirmar) · leitura metafísica do espírito; citado como leitura, sem página
- Terry Pinkard, *Hegel’s Phenomenology: The Sociality of Reason* (Cambridge University Press, 1994) · leitura social; citado como leitura, sem página
- Robert Pippin, *Hegel’s Idealism: The Satisfactions of Self-Consciousness* (Cambridge University Press, 1989) · leitura pós-kantiana; citado como leitura, sem página
- Alexandre Kojève, *Introdução à leitura de Hegel* (Contraponto/EdUERJ, 2002; orig. 1947) · leitura antropológica de senhor e servo, influente e contestada; citado como leitura, nunca como “Hegel diz”
- Jean Hyppolite, *Gênese e estrutura da Fenomenologia do Espírito de Hegel* (Discurso Editorial, 2003; orig. 1946) · contrapeso a Kojève, útil para a consciência infeliz e a bela alma; citado como leitura, sem página

O cânon responde

- Águas Comuns (cânon, v1.2) · “o indivíduo define-se pelo que o separa; a pessoa, pelo que a abre” · base do aviso de vocabulário em 1.5

Capítulo 2 — Onde nos tocamos

Convenções. W = Hegel, *Werke in 20 Bänden* (Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1969–1971); “ca.” = página ±1 (em W12, ±2). A *Fenomenologia do Espírito* é citada pelos § de Miller. As *Lições* e os Adendos são compilações póstumas (Gans, Marheineke, Michelet), de autoridade menor que as obras que Hegel publicou. SKS = *Søren Kierkegaards Skrifter*. As traduções para o português entre aspas são de trabalho, do estudo [tradução do estudo], e devem ser conferidas contra as traduções brasileiras de referência: *Fenomenologia do Espírito*, trad. Paulo Meneses (Petrópolis: Vozes, 1992); *Ciência da Lógica*, trad. Christian Iber e outros (Petrópolis: Vozes, 2016–2018; dados da edição a conferir); *Linhas fundamentais da filosofia do direito*, trad. Marcos Lutz Müller (São Paulo: Editora 34, 2022). Marcadores: [V], passagem conferida no texto ou em edição de

referência; [V-es], conferida em tradução espanhola, na página dessa edição; [paráfrase], o estudo resume, sem aspas, o que o texto diz; [página a confirmar], a passagem existe e falta a referência exata.

Hegel diz

- *Fenomenologia do Espírito*, Prefácio · §§17–18 (W3, ca. 22–23) · [V]
- *Fenomenologia do Espírito*, Prefácio · §19 (W3, ca. 23–24) · [V]; "decai em edificação": [paráfrase]
- *Fenomenologia do Espírito*, Introdução · §79 (W3, ca. 73–74) · [V]
- *Fenomenologia do Espírito*, IV.A · §178 (W3, ca. 145) · [V]
- *Fenomenologia do Espírito*, IV.B · §217 (W3, ca. 169–170) · [V]
- *Fenomenologia do Espírito*, V, abertura · §231 (W3, ca. 177) · [V]
- *Ciência da Lógica*, Livro I, cap. 1, Ser–Nada–Devir · W5, 82–83 · [V]
- *Ciência da Lógica*, Livro I, cap. 1, Observação sobre o *Aufheben* · W5, 113–114 · [V]
- *Enciclopédia das Ciências Filosóficas* · §18 (W8, ca. 63); §244 (W8, ca. 392–393) · [V]
- *Enciclopédia das Ciências Filosóficas* · §§79–82, com o §81, *das eigene Sichaufheben* (W8, ca. 167–180) · [V]
- *Enciclopédia das Ciências Filosóficas* · §24, Adendo 2 (W8, ca. 85) · [V]; que a liberdade só existe onde não há outro para mim que eu mesmo não seja ("Freiheit ist nur da, wo kein Anderes für mich ist, das ich nicht selbst bin"): [paráfrase]
- *Enciclopédia das Ciências Filosóficas* · §385, a tripartição do espírito (exposição do sistema em 1.1, sem citação literal) · [V]
- *Linhas fundamentais da filosofia do direito* (1821; forma curta, *Filosofia do Direito*) · §7, Adendo (W7, ca. 56–57); §36 (W7, ca. 94–95) · [V]
- *Linhas fundamentais da filosofia do direito* · §209, Observação (W7, ca. 360) · [V]; a ligação do valor do homem com a formação (*Bildung*): [paráfrase]
- *Lições sobre a Filosofia da História* · Introdução (W12, ca. 31–32) · [V]
- *Lições sobre a Filosofia da História* · o homem como fim em si e de valor infinito (W12, ca. 403–404; a passagem está em 1.8) · [V]
- *Lições sobre a Filosofia da História* · a cristandade e o túmulo vazio (W12, ca. 470–471) · [V]
- *Lições sobre a Filosofia da Religião* · Parte III (W17, ca. 187 e 192) · [V]
- *Lições sobre a História da Filosofia* · Introdução, "Wir Lutheraner…" (W18, ca. 93) · [V]
- *Lições sobre a História da Filosofia* · Introdução, o valor do ser humano singular (W18, ca. 140; a passagem está em 3.3) · [V]
- *Lições sobre a História da Filosofia* · Heráclito; o rio como dito de Platão (W18, ca. 319–320 e 323) · [V]
- *Lições sobre a História da Filosofia* · os estoicos (W19, ca. 262 e 265; ca. 285, "a grandeza desse princípio") · [V]

A tradição lê

- Charles Taylor, *Hegel* (Cambridge: Cambridge University Press, 1975) · o espírito como realidade metafísica; caracterização da leitura, sem página. Edição brasileira de consulta: *Hegel: sistema, método e estrutura* (É Realizações, 2014)
- Terry Pinkard, *Hegel's Phenomenology: The Sociality of Reason* (Cambridge: Cambridge University Press, 1994) · o espírito como sociabilidade da razão; caracterização da leitura, sem página
- Jean Wahl, *Le malheur de la conscience dans la philosophie de Hegel*, 2ª ed. (Paris: PUF, 1951) · a consciência infeliz lida como a cristandade medieval · [página a confirmar]
- Jean Hyppolite, *Gênese e estrutura da Fenomenologia do Espírito de Hegel* (São Paulo: Discurso Editorial, 2003; orig. 1946) · a mesma leitura · [página a confirmar]
- Søren Kierkegaard (Johannes Climacus), *Afsluttende uvidenskabelig Efterskrift* (1846), em português *Pós-escrito conclusivo não científico às Migalhas filosóficas* · nota, SKS 7, p. 280 (orig. p. 232) · [V]. Edição brasileira de consulta: trad. Álvaro Valls (Petrópolis: Vozes, 2013–2016) · [página a confirmar]
- Charles Taylor, "The Politics of Recognition", em Amy Gutmann (org.), *Multiculturalism* (Princeton: Princeton University Press, 1994) · pp. 25 e 50 · [V]; a p. 25 é tese do próprio Taylor, e só a p. 50 fala de Hegel
- Axel Honneth, *Kampf um Anerkennung* (1992); edição espanhola, a das páginas: *La lucha por el reconocimiento*, trad. M. Ballestero (Barcelona: Crítica, 1997) · p. 158 · [V-es]; as três formas de reconhecimento (amor, direito, valorização social): [paráfrase]. Edição brasileira de consulta, não conferida: *Luta por reconhecimento* (Editora 34, 2003)
- Paul Ricoeur, *Parcours de la reconnaissance* (2004); edição espanhola, a das páginas: *Caminos del reconocimiento*, trad. A. Neira (México: FCE, 2006) · p. 13 · [V-es]. Edição brasileira de consulta, não conferida: *Percurso do reconhecimento* (Loyola, 2006)

O cânon responde

- Cânon v1.2, citado pelo nome do elemento, sem página · Pilar I (Lux), Pilar II (Flumen), Pilar III (Mutatio) e Pilar IV (Corpus), com a virtude e a prática de cada um; Origem ("luz interior atemporal"; as duas imagens, o templo e a dança); Abrigo; Águas Comuns; Vigília; Regra de Vida (o Examinar); Regra da Misericórdia; Bússola, Independência confessional
- Tratado da Luz Interior · Heráclito e o princípio racional comum; Tomás de Aquino
- Disputatio "A luz interior é compatível com a experiência do mal?" · as objeções, as duas lacunas e a nota da edição
- Fora do cânon, mas da série: Estudo II, Estoicismo · o rio como herança comum (Marco Aurélio, *Meditações* IV.43) e "cidadela interior, não; casa de portas abertas"

Capítulo 3 — Onde nos separamos (3.1 e 3.2)

Seções 3.1 e 3.2. Convenções. W = Hegel, *Werke in 20 Bänden* (Suhrkamp, 1969–1971), texto digital que marca as páginas por parágrafo; "ca." = página ±1 (±2 em W12). A *Fenomenologia do Espírito* é citada pelos § de Miller (*Phenomenology of Spirit*, Oxford, 1977). Os Adendos (*Zusätze*) e as lições (*Vorlesungen*) são compilações póstumas, de autoridade menor: a *Filosofia da História* vem de Gans (1837) e K. Hegel (1840; 3ª ed., 1848); a *Filosofia da Religião*, de Marheineke, tem paginação

própria em cada edição (1ª ed., 1832; 2ª ed., 1840) e difere da edição crítica (Jaeschke, Meiner): as páginas de 3.2 são do vol. II da 2ª ed. (1840). A *Filosofia do Direito* é a obra de 1821 (*Grundlinien der Philosophie des Rechts*; em português, *Linhas fundamentais da filosofia do direito*, na tradução de Müller). As traduções para o português são de trabalho, feitas pelo estudo a partir do original ou da edição indicada no marcador, e estão por conferir contra as edições brasileiras; [V-en], [V-es] e [V-pt] dizem a língua da edição de onde vem a página impressa conferida. No corpo, a marca [tradução do estudo] aparece na primeira ocorrência.

Hegel diz

3.1

- *Fenomenologia do Espírito* (*Phänomenologie des Geistes*, 1807), Prefácio §20 (o absoluto como "resultado") · W3, ca. 23–24 · [V]
- *Fenomenologia*, IV.A §178 (a autoconsciência "só é como algo reconhecido") · W3, ca. 145 · [V]
- *Fenomenologia*, IV.A §187 (a "pessoa" e a verdade do ser-reconhecido; contexto, §188) · W3, ca. 148–150 · [V]; o *Individuum* como ser humano singular · [leitura do estudo]
- *Enciclopédia das Ciências Filosóficas*, §24, Adendo 2 (a liberdade só existe onde nenhum outro é para mim que eu mesmo não seja: *Freiheit ist nur da, wo kein Anderes für mich ist, das ich nicht selbst bin*) · W8, ca. 85 · [paráfrase]
- *Linhas fundamentais da filosofia do direito* (1821), §35, Adendo ("pessoa": o "mais alto" e o "algo desprezível") · W7, ca. 94–95 · [V]
- *Filosofia do Direito*, §124, texto e Observação (a série das ações; o direito da liberdade subjetiva, "enunciado no cristianismo") · [V]; o *Wende- und Mittelpunkt* entre a Antiguidade e a modernidade · [paráfrase]
- *Filosofia do Direito*, §139 (o sujeito singular tem, sem restrição, a culpa de seu mal) · [V]
- *Filosofia do Direito*, §209, Observação ("o homem vale porque é homem") · W7, ca. 360 · [V]; a ligação do valer com a *Bildung* · [paráfrase]
- *Lições sobre a Filosofia da História* (*Vorlesungen über die Philosophie der Geschichte*), Introdução (um, alguns, todos; "nós sabemos que todos os homens em si [...] são livres") · W12, ca. 31–32 · [V]
- *Lições sobre a Filosofia da História*, o homem como fim em si e de valor infinito · W12, ca. 403–404 · [V]
- *Lições sobre a Filosofia da Religião* (*Vorlesungen über die Philosophie der Religion*), III ("Um espírito que não é manifesto não é espírito"; *offenbar*) · W17, ca. 187 e 192 · [V]

3.2

- *Lições sobre a Filosofia da História*, Introdução, a "teodiceia"; o espírito pensante reconciliado com o *Böse* · W12, ca. 28 · [V]; o texto de Gans e K. Hegel (ed. de 1848, Duncker & Humblot; Reclam, 1924) dá *Bösen*, e a variante *mit dem Negativen versöhnt*, que circula, não se confirmou
- *Lições sobre a Filosofia da História*, Introdução, o parágrafo da *Schlachtbank* (a tristeza a que nenhum resultado faz contrapeso; o comprazer-se, *trübselig*, nas "sublimidades vazias e infecundas") · W12, ca. 34–36 · [V]; "taciturna" para *trübselig* é tradução de trabalho, a conferir na edição UnB ou na Centauro, pois a palavra diz também "sombrio, melancólico"

- *Lições sobre a Filosofia da História*, o perecer como obra "nicht nur ein Werk der Natur, sondern des Willens der Menschen" · W12, ca. 34–35 · [V] no alemão; no corpo, em [paráfrase]
- *Lições sobre a Filosofia da História*, a história que não é o solo da felicidade; a felicidade entregue ao reino da contingência · W12, ca. 42 · [paráfrase]
- *Lições sobre a Filosofia da História*, a figura histórico-mundial e a "flor inocente"; a censura moral · W12, ca. 48–49 · [V]
- *Lições sobre a Filosofia da História*, a astúcia da razão: os indivíduos "sacrificados e abandonados" · W12, ca. 49 · [V]
- *Lições sobre a Filosofia da História*, a ressalva *Selbstzweck* ("algo neles mesmos eterno e divino") · W12, ca. 50–51 · [V]
- *Lições sobre a Filosofia da História*, fecho do livro (a renúncia a "descrever mais de perto o interesse de seu destino em dor e alegria") · ed. 1848, pp. 546–547; W12, ca. 540 · [V]
- *Lições sobre a Filosofia da Religião* (ed. Marheineke), 1840, II, pp. 264–266 (a queda: "a fonte do mal" e "a reconciliação tem sua última fonte", p. 265; a cisão no conceito do espírito, p. 266) · [V]
- *Lições sobre a Filosofia da Religião*, 1840, II, pp. 300–301 ("Deus morreu"; "a dor mais alta"; "Mas o curso não fica aqui, sobrevém a inversão"; "apenas a morte da morte") · W17, 290–291 segundo Gabriel, *Aurora* 23/33, 2011 · [V]; dois excertos do mesmo passo, e o trecho omitido entre eles diverge entre as testemunhas (*Aufgeben*/*Aufheben*)
- *Lições sobre a Filosofia da Religião*, III, abertura · 1840, II, p. 192 ("a condição, a preparação do lado subjetivo para a consciência do espírito livre") · [V; localização a confirmar]; o ano do curso em que Hegel disse a frase está por conferir, e a mesma frase está em W17, ca. 187, com outra paginação
- *Glauben und Wissen* (*Fé e Saber*, 1802), fecho (a "Sexta-feira Santa especulativa"; a totalidade suprema que "pode e deve ressurgir"; a dor infinita "como momento") · *Kritisches Journal der Philosophie* II.1; GW 4, ca. 413–414 [a confirmar] · [V; localização a confirmar]; texto conferido na edição Meiner (via Projekt Gutenberg-DE); as páginas de W2 (ca. 432) e da ed. Tolle (Hedra, 2009, p. 173) só vêm de fonte secundária
- *Fenomenologia do Espírito*, Prefácio §20 ("o verdadeiro é o todo", que Adorno inverte) · W3, ca. 23–24 · [V]
- *Fenomenologia*, Prefácio §32 (o demorar-se junto do negativo; "a força mágica") · W3, ca. 36 · [V]; a "morte" como *Unwirklichkeit* do separado · [paráfrase]
- *Fenomenologia*, VI.C.c §669 (as feridas do espírito) · W3, ca. 491–492 · [V]; §670 (a palavra da reconciliação) · W3, ca. 493–494 · [V]
- *Enciclopédia das Ciências Filosóficas*, §375 ("sua doença originária e o germe inato da morte") · [V]; Adendo ao §376 (da casca morta sai o espírito) · [paráfrase]
- *Filosofia do Direito*, Prefácio (a reconciliação como conhecimento; "o desespero frio") · W7, ca. 25–27 · [V]
- *Filosofia do Direito*, §139 (a culpa do sujeito singular, "sem restrição") e §140, Observação ("o fim santo") · [V]
- *Filosofia do Direito*, §219 (o caso individual cabe ao tribunal) · [V]

- *Filosofia do Direito*, §§340 e 342 (o tribunal do mundo; "não é o mero juízo de seu poder") · W7, ca. 502–503 · [V]
- *Filosofia do Direito*, §345 (a justiça "imperfeita"; a história universal "cai fora") · [V]
- *Filosofia do Direito*, §347 (*rechtlos*) · [V]; §350 (*Heroenrecht*) e §351 ("bárbaros", direito desigual) · [paráfrase]

A tradição lê

3.1

- Taylor, Charles, "The Politics of Recognition", em A. Gutmann (org.), *Multiculturalism* (Princeton: Princeton University Press, 1994), pp. 25, 41, 50 · [V]; a p. 25 é tese do próprio Taylor, e só a p. 50 lê Hegel
- Honneth, Axel, *La lucha por el reconocimiento*, trad. M. Ballestero (Barcelona: Crítica, 1997; orig. *Kampf um Anerkennung*, 1992), p. 114 · [V-es]; as três formas de reconhecimento (amor, direito, estima social; a terceira, ligada a capacidades reconhecidas como valiosas, p. 158) · [paráfrase], com rótulos do estudo. Ed. bras. de consulta: *Luta por reconhecimento* (São Paulo: Ed. 34, 2003)
- Scheler, Max, *Der Formalismus in der Ethik und die materiale Wertethik* (Halle: Niemeyer, 1916), pp. 386 (n. 1) e 524 · [V]; *Person der Personen, d. i. Gottes* (p. 524) · [paráfrase]
- Mounier, Emmanuel, *Personalism*, trad. P. Mairet (London: Routledge & Kegan Paul, 1952), p. 20 · [V-en]
- Maritain, Jacques, *The Person and the Common Good*, trad. J. J. Fitzgerald (New York: Scribner's, 1947), cap. III · [V-en; página a confirmar]
- Buber, Martin, *Ich und Du* (Leipzig: Insel, 1923), pp. 18 e 25 · [V]. Ed. bras. de consulta: *Eu e Tu* (Centauro), sem paginação conferida
- Levinas, Emmanuel, *Totality and Infinity*, trad. A. Lingis (Pittsburgh: Duquesne University Press, 1969), pp. 172 e 305 · [V-en]. A ed. portuguesa (*Totalidade e infinito*, Edições 70) é pt-PT e serve só como indicador
- Ricoeur, Paul, *La memoria, la historia, el olvido*, trad. A. Neira (Madrid: Trotta, 2003), p. 643 · [V-es]
- Scheler, Mounier, Maritain, Buber e Levinas entram como material filosófico; suas raízes confessionais não são adotadas
- A hipótese do estudo (Lux = dignidade; reconhecimento = identidade e visibilidade) e a leitura de Honneth que a acompanha · proposta do estudo; não é texto de Taylor, de Honneth, de Hegel nem do cânon

3.2

- Adorno, Theodor W., *Negative Dialektik* (Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1966), pp. 352, 356, 358 · [V]; p. 29 ("a necessidade de dar voz ao sofrimento") · [V via secundária: Kirchhoff, 2018, em espanhol; português do estudo, alemão não conferido]. Ed. bras. de consulta: *Dialética negativa*, trad. M. A. Casanova (Zahar); as páginas citadas são da ed. alemã
- Adorno, *Minima Moralia* (1951), §29 e §33, trad. inglesa de D. Redmond · [V-en]; o alemão (GS 4) não foi conferido; a aporia entre vingar e poupar · [paráfrase]

- Benjamin, Walter, Tese IX (1940), em *Magia e técnica, arte e política*, trad. S. P. Rouanet (São Paulo: Brasiliense, 7ª ed., 1994), p. 226 · [V via secundária]; a tese não nomeia Hegel, e a leitura contra a *Filosofia da História* é de intérpretes
- Levinas, Emmanuel, "O sofrimento inútil", em *Entre nós: ensaios sobre a alteridade* (Petrópolis: Vozes, 2ª ed., 2005), ca. p. 138 · [V-pt; página a confirmar]
- Ricoeur, Paul, *El mal: un desafío a la filosofía y a la teología*, trad. I. Agoff (Buenos Aires: Amorrortu, 2006), pp. 60, 62 · [V-es]; o entrelaçamento do mal cometido e do padecido · [V via secundária]: Faessler, em *Laval théologique et philosophique* 65/3 (2009), p. 225, resumindo Ricoeur, "Le mal : un défi à la philosophie et à la théologie"
- Metz, Johann Baptist, "Theologie als Theodizee?", em Oelmüller (org.), *Theodizee: Gott vor Gericht?* (München: Fink, 1990), pp. 103–118 · [V via secundária: Rössner]; Neiman, Susan, *Evil in Modern Thought* (Princeton: Princeton University Press, 2002) · [localização a confirmar]; o corpo os cita apenas como quem apontou a mesma lacuna
- Balthasar, Hans Urs von, *Mysterium Paschale* (Einsiedeln: Johannes Verlag, 1970) · [paráfrase; localização a confirmar]. Material confessional: nomeia um intervalo, não importa doutrina
- Lewis, Alan E., *Between Cross and Resurrection: A Theology of Holy Saturday* (Grand Rapids: Eerdmans, 2001) · dados editoriais apenas; [conteúdo não lido]; não citado no corpo
- Weil, Simone, "L'amour de Dieu et le malheur", em *Attente de Dieu* (Paris: La Colombe, 1950; ensaio de 1942), conferido na transcrição da Wikisource · [V; página a confirmar]; traduções do estudo; não foi localizada edição brasileira integral do ensaio. Texto confessional: material, não doutrina. O fecho sobre Jó ("Alors un jour Dieu vient se montrer lui-même à elle") e o trecho sobre os "criminosos" como "tuiles détachées d'un toit par le vent" são do mesmo ensaio

O cânon responde

3.1

- Pilar I (Lux); Pilar II (Flumen); Tratado da Luz Interior (Definição; Fundamentação; "Objeção provável e resposta breve"); Abrigo; Águas Comuns · pelo nome dos elementos, sem página
- Estudos anteriores da série: ficha do Estudo II

3.2

- Vigília (a noite e o lobo; "presença, não vitória"; "um círculo de claridade"); Bússola; Independência confessional; Disputatio "A luz interior é compatível com a experiência do mal?" (*ad primum*; *respondeo*; *ad secundum* e *ad tertium*, para as duas lacunas; nota da edição); Regra da Misericórdia · pelo nome dos elementos, sem página
- Estudos anteriores da série: ficha do Estudo II

Capítulo 3 — Onde nos separamos (3.3 e 3.4)

Seções 3.3 e 3.4. As traduções para o português são de trabalho e estão por conferir contra as edições brasileiras; as marcadas [tradução do estudo] no texto são do estudo.

Hegel diz

3.3

- *Lições sobre a História da Filosofia*, Introdução · W18, ca. 140 (a régua: *keinen Wert in sich*) · [V]
- *Lições sobre a Filosofia da História*, Introdução · W12, ca. 31–32 (um, alguns, todos) · [V]
- *Lições sobre a Filosofia da Religião* (ed. Marheineke, 1832) · I, ca. 244 ss. (China) a 344 ss. (Egito); II, ca. 46, 96, 156 e 191 ss. (a ordem das religiões determinadas) · [V; página a confirmar]; a ordem de 1832 põe o budismo antes do hinduísmo, e cursos posteriores a alteram · [localização a confirmar]
- *Lições sobre a Filosofia da Religião* · W16, ca. 86 (o espírito percorre seu caminho na religião; "escada" é acréscimo dos intérpretes, não de Hegel) · [V]; "escada" · [paráfrase; localização a confirmar]
- *Enciclopédia das Ciências Filosóficas*, §573, Observação (o conteúdo da filosofia e o da religião é o mesmo; ver 1.10) · [V]
- *Lições sobre a Filosofia da Religião* (ed. Marheineke, 1832) · I, p. 80 (representação e conceito; ver 1.10) · [V]
- *Lições sobre a Filosofia da Religião* (ed. Marheineke, 1832) · I, pp. 329–330 (a "religião da luz"; Pérsia, *Religion des Guten*, que o estudo traduz por religião do Bem) · [V; página a confirmar]
- Resenha de Hegel (1827) ao ensaio de Humboldt sobre o *Bhagavad-Gita* · W11, ca. 202 (prece do brâmane ao sol; o português é tradução do estudo) · [V]
- *Lições sobre a Filosofia da Religião*, II · W16, ca. 374 e 376 ("Deus não pode ser conhecido"; "apenas uma expressão mais branda" de "Deus é o nada") · [V]

3.4

- *Linhas fundamentais da filosofia do direito* (*Grundlinien der Philosophie des Rechts*, 1821), Prefácio · W7, ca. 24 e 27–28 ("o que é racional é efetivo"; a filosofia chega "sempre tarde demais"; a coruja de Minerva) · [V]
- *Linhas fundamentais da filosofia do direito*, Prefácio · W7, ca. 25–27 ("a rosa na cruz do presente"; "o desespero frio") · [V]
- *Enciclopédia das Ciências Filosóficas*, §6, Observação (a efetividade enfática e o mal "ao acaso") · W8, ca. 46–47 · [V]; português refeito pelo estudo, a conferir
- *Lições sobre a Filosofia da História*, Introdução · W12, ca. 20 (a razão governa o mundo) · [V]
- *Fenomenologia do Espírito*, IV.B, §§198–200 (o estoicismo; "só o conceito da liberdade") · W3, ca. 157–158 · [V]
- *Fenomenologia do Espírito*, §200 ("ficou, por isso, em apuros"; "logo começam a entediar") · W3, ca. 157–158 · [V]
- *Lições sobre a História da Filosofia* · W19, ca. 260 (o "rumo retórico e parenético") · [V]
- *Lições sobre a História da Filosofia* · W19, ca. 269, 272 e 285 (o critério "muito formal"; "o princípio de contradição"; a grandeza do princípio; na ética, o sujeito como última instância, *Gewissen*) · [V]; *Gewissen* · [paráfrase]
- *Fenomenologia do Espírito*, VI.C.c, §658 (a bela alma) · W3, ca. 483–484 · [V]
- *Fenomenologia do Espírito*, §§666–667 (o juiz; o coração duro) · W3, ca. 489–490 · [V]

- *Lições sobre a Filosofia da História*, Introdução · W12, ca. 34–35 (o matadouro; o perecer como obra da natureza e da vontade dos homens; *Selbstsucht*; a "margem tranquila") · [V]; o perecer como obra da natureza e da vontade dos homens · [paráfrase]

A tradição lê

3.3

- Droit, Roger-Pol, *Le culte du néant. Les philosophes et le Bouddha* (Paris: Seuil, 1997) · [V via secundária; localização a confirmar] (capítulo sobre Hegel e edição brasileira por conferir)
- Santos, Deyve R. M. dos, "Hegel e o budismo como consciência de si mesmo: aspectos de uma crítica", *Revista Dialectus* 2 (4), 2014, pp. 63–77 · [V via secundária]
- Wong, Kwok Kui, "Hegel's criticism of Laozi and its implications", *Philosophy East and West* 61 (1), 2011, pp. 56–79 · [V via secundária]
- Fontes de Hegel (Turner, W16, ca. 383; Rémusat, W18, ca. 145; Colebrooke, W11) · [V]

3.4

- Hadot, Pierre, *Exercícios espirituais e filosofia antiga* (São Paulo: É Realizações, 2014) · [inferência do estudo; página a confirmar]
- Long, A. A.; Sedley, D. N., *The Hellenistic Philosophers* (Cambridge: Cambridge University Press, 1987, 2 vols.) · [localização a confirmar]

O cânon responde

3.3

- Independência confessional (sob a Bússola); Pilar I (Lux); Tratado da Luz Interior (Fundamentação); Regra de Vida (Acender, Portar, Examinar); Antífona (apenas mencionada, nunca explicada).
- Estudos anteriores da série: Princípio da série de Estudos Comparados; fecho das fichas dos Estudos I–VI.

3.4

- Bússola; Abrigo; Águas Comuns (a Margem; retiro e abuso); Vigília (noite e lobo); Regra de Vida (Examinar; revisão do rio); Disputatio sobre a luz interior e a experiência do mal (*ad secundum*).
- Estudos anteriores da série: ficha do Estudo II (cidadela interior, não).

Leituras do estudo (marcadas no texto)

- 3.3: o parentesco entre o "indivíduo" das Águas Comuns e a *ausschließende Einzelheit*; a religião persa da luz como o Bem ainda abstrato e natural, ainda não espírito; a inferência sobre a passagem da representação ao conceito; a questão aberta (h).
- 3.4: o que o Prefácio não diz sobre a decisão de cada um; a passagem da falta de critério à sua forma; a Bússola como veto de fidelidade, não critério de verdade; a verificação das marcas da Margem pelo Examinar; a vizinhança entre a frase de Hegel sobre o perecer e a distinção entre noite e lobo; o Examinar como compreensão ao entardecer; a questão aberta (i).

Capítulo 4 — Hegel diante das casas que já visitamos

Convenções. W = *Werke in 20 Bänden* (Suhrkamp, 1969–71); "ca." = página ±1; SKS = *Søren Kierkegaards Skrifter*; a *Fenomenologia do Espírito* vai pelos § da numeração de Miller. As *Lições* são compilações póstumas (*Filosofia da Religião*, W16–17: Marheineke, 1832; *Filosofia da História*, W12: Gans, 1837; *História da Filosofia*, W18–20: Michelet, 1833–36); as páginas de Marheineke citadas por volume (I, II) são aproximadas (±2). A resenha de Humboldt (W11) é texto publicado por Hegel. As traduções para o português são de trabalho, a conferir contra as edições brasileiras. Onde as fontes traziam só o original, o português é do estudo [tradução do estudo]: *Religion des Insichseins*, "religião do ser-em-si" (glosa; W16, ca. 373–390); "o desprezo do indivíduo" (W12, ca. 164–166); "uma diferença entre budismo e lamaísmo" (W16, ca. 383); "grandeza e calma", "apenas a abstrata" e "o negativo se converte em afirmativo" (W17, ca. 112–113); *Hegels rene Tænken*, "puro pensar" (glosa; SKS 7, 510); "não mais um além, um desconhecido" (W17, ca. 187); "é o próprio espírito divino" (W18, ca. 93); "sua autoconsciência no homem" (W10, ca. 373); "um grande pensamento" (W18, ca. 153); "não seja apenas sem sentido, irracional" (W16, ca. 377).

Hegel diz

Abertura

- *Lições sobre a Filosofia da Religião* (ed. Marheineke, 1832) · I, ca. 244 ss. (China) a 344 ss. (Egito); II, ca. 46, 96, 156 e 191 ss. (a ordem das religiões) · [V; página a confirmar]; a ordem de 1832 põe o budismo antes do hinduísmo, e cursos posteriores a alteram · [localização a confirmar]

4.1 *Budismo*

- *Lições sobre a Filosofia da Religião*, Parte II (budismo e lamaísmo, *Religion des Insichseins*) · W16, ca. 373–390; ca. 374 e 376 ("por baixa e pobre que pareça"; "o nada e o não-ser é o último e o mais alto"; "apenas uma expressão mais branda"); ca. 377 (Fo, Buddha e Dalai-Lama numa só figura); ca. 383 (Turner; "uma diferença entre budismo e lamaísmo"); ca. 384 ("esquecimento e compaixão"); ca. 385–386 (o nirvana como aniquilação) · [V]
- *Lições sobre a Filosofia da História* · W12, ca. 210 e 214 (a "singularidade excludente" do lamaísmo); ca. 164–166 (*Verachtung des Individuums*, no capítulo da China) · [V]

4.2 *Estoicismo*

- *Fenomenologia do Espírito*, IV.B, §§198–200 (o estoicismo; o §200, sobre o critério da verdade) · W3, ca. 157–158 · [V]
- *Lições sobre a História da Filosofia* (Sêneca, Epicteto e Antonino; Heráclito e o estoicismo; o critério formal) · W19, ca. 260 ("rumo retórico e parenético"); ca. 262 e 265; ca. 269, 272 e 285 (a grandeza do princípio, ainda que formal) · [V]
- *Lições sobre a Filosofia da Religião* (a liberdade de quem venera a necessidade) · W17, ca. 112–113 (*Größe, Ruhe*; *nur die abstrakte*; *das Negative in das Affirmative umschlägt*) · [V]

4.3 *Cristianismo*

- *Lições sobre a Filosofia da Religião*, Parte III · W17, ca. 187 e 192 (*vollendete Religion*; *offenbare*; "Um espírito que não é manifesto não é espírito"; Deus *nicht mehr ein Jenseits, ein Unbekanntes*) · [V]

- *Fenomenologia*, §759 (a Encarnação) e §217 (o túmulo, sem nomear as Cruzadas) · [V]
- *Lições sobre a Filosofia da História* · W12, ca. 470–471 (“no espírito vivo, em vós mesmos”; “no túmulo entre os mortos”; as Cruzadas) · [V]
- *Lições sobre a História da Filosofia*, Introdução · W18, ca. 93 (*Wir Lutheraner…*; *ist der göttliche Geist selber*) · [V]
- *Lições sobre a História da Filosofia* (Hegel, ao resumir Malebranche, atribui a frase a Agostinho; nos volumes consultados, W19–W20, há seis ocorrências de Agostinho, todas marginais) · W20, ca. 197 · [V; localização a confirmar] (o original de Agostinho não foi localizado)
- *Enciclopédia das Ciências Filosóficas*, §564, Observação (citação de Göschel: *sein Selbstbewußtsein im Menschen*) · W10, ca. 373 · [V]

4.4 *Vedanta*

- Resenha de Hegel (1827) ao ensaio de Humboldt sobre o *Bhagavad-Gita* (fontes: Colebrooke, W. Jones, Wilford, Anquetil-Duperron) · W11, ca. 131–204; ca. 147 (“a alma particular se torne Deus”); ca. 184 e 187 (Brahma como “substância sem determinação”; o “ser supremo” dos europeus); ca. 190 (“subjetividade infinita”; “panteísmo indiano”); ca. 202 (a prece do brâmane ao sol) · [V]
- *Lições sobre a História da Filosofia* · W18, ca. 153 (o Sāṃkhya: “muitas almas”) · [V]
- *Lições sobre a Filosofia da Religião* (ed. Marheineke, 1832) · I, pp. 329–330 (a *Lichtreligion* persa) · [V; página a confirmar]

4.5 *Existencialismo*

- *Fenomenologia*, §658 (a bela alma) e Prefácio, §20 (“O verdadeiro é o todo”) · W3, ca. 483–484 e ca. 23–24 · [V]

4.6 *Taoísmo*

- *Lições sobre a Filosofia da História* (“império da duração”, seção W12, ca. 134–174) · W12, ca. 274 (“as montanhas imperecíveis”); ca. 136 e 146 · [V]
- *Lições sobre a Filosofia da Religião*, Parte II (a seção da “religião da medida”, W16, ca. 318–330) · W16, ca. 328–329 (o Tao; “valor, dignidade em si”; *Aberglaube*) · [V]
- *Lições sobre a História da Filosofia* · W18, ca. 145–146 (o Tao e “o nada, o vazio, o totalmente indeterminado”; “primeiro degrau”; o *Daodejing* visto em Viena; Rémusat) · [V]

4.7 *O padrão*

- *Ciência da Lógica*, Livro I, cap. 1 (o ser puro e o nada puro) · W5, 82–83 · [V]

As demais passagens de 4.7 estão listadas sob 4.1 (W16, ca. 374, 376 e 377), 4.4 (W11, ca. 184 e 187) e 4.6 (W18, ca. 145–146).

A tradição lê

4.1 *Budismo*

- Roger-Pol Droit, *Le culte du néant. Les philosophes et le Bouddha* (Paris: Seuil, 1997) · [V via secundária] (o capítulo sobre Hegel e a edição brasileira ficam a confirmar)

- Deyve R. M. dos Santos, “Hegel e o budismo como consciência de si mesmo: aspectos de uma crítica”, *Revista Dialectus* 2 (4), 2014 · pp. 63–77 · [V via secundária]
- Tradição budista (*nibbāna* como extinção da sede, não do ser) · [paráfrase; localização a confirmar]

4.2 *Estoicismo*

- Pierre Hadot, *Exercícios espirituais e filosofia antiga* (São Paulo: É Realizações, 2014) · [inferência do estudo; página a confirmar]

4.3 *Cristianismo*

- Kierkegaard (Johannes Climacus), *Afsluttende uvidenskabelig Efterskrift* (1846; em português, *Pós-escrito conclusivo não científico às Migalhas filosóficas*) · SKS 7, 510 (orig. 432) (a especulação não deve chamar-se cristã; *Hegels rene Tænken*) · [V]; ed. bras. (consulta): trad. Álvaro Valls (Petrópolis: Vozes, 2013–2016) · [página a confirmar]
- Kierkegaard (Anti-Climacus), *Sygdommen til Døden* (1849; em português, *A doença para a morte*, título a conferir) · SKS 11, 211 (orig. 101) (Deus e homem não correm juntos num só, no Sistema) · [V]; o texto não nomeia Hegel (leitura da tradição)
- Karl Barth, *Die protestantische Theologie im 19. Jahrhundert* (Zollikon-Zürich, 1947), cap. “Hegel” · [paráfrase; localização a confirmar]
- Hans Urs von Balthasar, *Apokalypse der deutschen Seele* (1937–39) e *Theodramatik* IV · [paráfrase; localização a confirmar]
- Hans Küng, *Menschwerdung Gottes* (Freiburg: Herder, 1970; editora a confirmar) · [paráfrase; V via secundária; localização a confirmar] (por resenha)
- Eberhard Jüngel, *Gott als Geheimnis der Welt* (Tübingen: Mohr, 1977) · [paráfrase; localização a confirmar]
- Jean Wahl, *Le malheur de la conscience dans la philosophie de Hegel*, 2ª ed. (Paris: PUF, 1951); Jean Hyppolite, *Gênese e estrutura da Fenomenologia do Espírito de Hegel* (São Paulo: Discurso Editorial, 2003; orig. 1946) · [fonte secundária; página a confirmar]

4.4 *Vedanta*

- Wilhelm Halbfass, *India and Europe: An Essay in Understanding* (Albany: SUNY Press, 1988) · [V via secundária] (o capítulo sobre Hegel fica a confirmar)
- Aakash Singh Rathore e Rimina Mohapatra, *Hegel’s India: A Reinterpretation, with Texts* (Nova Délhi: Oxford University Press, 2017) · [V via secundária]
- Resposta advaitina (Brahman como *sat-cit-ānanda*; cf. *Taittirīya Upaniṣad* II.1; *Chāndogya Upaniṣad* VI.8.7) · [paráfrase; localização a confirmar]

4.5 *Existencialismo*

- Kierkegaard (Johannes Climacus), *Afsluttende uvidenskabelig Efterskrift* (1846) · SKS 7, 105 (orig. 78) (o sistema lógico e o sistema da existência); SKS 7, 280 (orig. 232), nota (Hegel e Heráclito; processo e devir “ilusório”) · [V]
- Kierkegaard (Anti-Climacus), *Sygdommen til Døden* (1849) · SKS 11, 158–159 (orig. 39–40) (o palácio e o celeiro) · [V]; o texto não nomeia Hegel (leitura da tradição)

- Jean-Paul Sartre, *L'Être et le néant* (Paris: Gallimard, 1943) · pp. 282, 297–298; *Mitsein*, p. 481 · [V via secundária], por Alves (prenome e título a confirmar), *Revista da Abordagem Gestáltica* 13 (1), 2007, pp. 97–109; as páginas divergem em Pizelli (prenome e título a confirmar), *Revista Húmus* 14 (42), 2024, p. 54; ed. bras. (consulta): *O ser e o nada*, trad. Paulo Perdigão (Petrópolis: Vozes, 1997) · [página a confirmar]
- Martin Heidegger, "Hegel und die Griechen" (1958), em *Wegmarken* (GA 9; alemão a confirmar); ed. ing.: *Pathmarks* (Cambridge: Cambridge University Press, 1998) · p. 333 · [V via secundária]

4.6 Taoísmo

- Kwok Kui Wong, "Hegel's criticism of Laozi and its implications", *Philosophy East and West* 61 (1), 2011 · pp. 56–79 · [V via secundária]
- Mario Wenning, "Rational Mysticism: Hegel on Magic and China", *Journal of Chinese Philosophy* 44 (3), 2017 · pp. 154–174 · [V via secundária]

O cânon responde

Cânon Lumen Fluens, v1.2, e os textos que o desenvolvem:

- Pilar I, Lux · "A luz não se acende — ela se revela." (o "revela-se"); virtude: Integridade ("coerência entre o que se é por dentro e o que se vive por fora") · 4.3, 4.5
- Pilar III, Mutatio · nomeada, sem citação · 4.1, 4.6
- Bússola · "ela apenas veta os que exigiriam apagar a luz para percorrê-los" · 4.2, 4.5
- Independência confessional (sob a Bússola) · "Para quem crê, a Luz tem nome próprio"; "seja qual for o nome que cada um lhe dê" · 4.4, 4.6
- Abrigo · "Uma filosofia que só protege a própria luz vira lamparina de museu." · 4.1, 4.2, 4.5
- Vigília · nomeada, sem citação · 4.2
- Águas Comuns · "a luz é pessoal, nunca individual: o indivíduo define-se pelo que o separa; a pessoa, pelo que a abre" · 4.1, 4.5
- Regra de Vida, Examinar · nomeado, sem citação · 4.2
- *Tratado da Luz Interior*, Fundamentação · Agostinho entre as fontes do Pilar I; a origem da Luz deixada em aberto · 4.3
- Fichas dos Estudos Comparados I–VI (os resumos publicados): I, Budismo; II, Estoicismo; III, Cristianismo; IV, Vedanta; V, Existencialismo; VI, Taoísmo; passagens que as fichas citam e o capítulo repete: *Katha Upaniṣad* II.18–19 (IV); *Tao Te Ching* 8 (VI) · 4.1 a 4.6

Capítulo 5 — Prévias: autores que virão

Convenções. W = *Werke in 20 Bänden* (Suhrkamp); "ca." = página ±1 (±2 em W12); SKS = *Søren Kierkegaards Skrifter*; MEW = *Marx-Engels-Werke*; KSA = *Kritische Studienausgabe*, de Nietzsche, cuja paginação não foi conferida. [V]: passagem conferida no texto ou em edição de referência. [V-en], [V-es] e [V-pt] indicam a língua da edição de onde vem a página (inglesa, espanhola, brasileira); a edição de Levinas pela Edições 70 é pt-PT e serve só como indicador. Nas citações em português de textos estrangeiros, a tradução é de trabalho do estudo e está por conferir contra as edições listadas; nenhuma página impressa brasileira foi conferida. Os títulos em

português que não vêm de edição conferida também são de trabalho; o título original vem ao lado.

Hegel diz

- *Fenomenologia do Espírito* (1807), Prefácio, §20 (“o verdadeiro é o todo”) · W3, ca. 23–24 · [V]
- *Fenomenologia*, IV.A, §178 (a autoconsciência “só é como algo reconhecido”) · W3, ca. 145 · [V]
- *Lições sobre a Filosofia da História* (ed. Gans e K. Hegel), Introdução (a reconciliação “pelo conhecimento do afirmativo”) · W12, ca. 28 · [V]
- *Filosofia da História*, Introdução (“os indivíduos são sacrificados e abandonados”; “com as paixões dos indivíduos”) · W12, ca. 49 · [V]
- *Filosofia da História*, Introdução (a astúcia da razão) · W12, ca. 49 · [V]
- *Lições sobre a Filosofia da Religião* (ed. Marheineke, 1840), Parte III, abertura (a dor do mundo como “a condição, a preparação”) · II, p. 192 · [V; localização a confirmar]; o ano do curso em que Hegel disse a frase não foi conferido
- *Linhas fundamentais da filosofia do direito* (*Grundlinien der Philosophie des Rechts*, 1821), §340 (a história universal como “tribunal do mundo”) · W7, ca. 502–503 · [V]

A tradição lê

- Kierkegaard (Johannes Climacus), *Afsluttende uvidenskabelig Efterskrift* (1846; em português, *Pós-escrito conclusivo não científico às Migalhas filosóficas*) · SKS 7, 105 (orig. 78) (“nenhum sistema da existência”) · [V]
- Kierkegaard, *Frygt og Bæven* (1843; em português, *Temor e tremor*) · SKS 4, 149 (o Singular acima do Universal) · [V]; a alusão a Hegel na mesma página (o Singular como forma moral do mal) · [paráfrase; localização a confirmar]
- Kierkegaard, *Opbyggelige Taler i forskjellig Aand* (1847) · SKS 8, 151 (“querer uma só coisa”) · [V]
- Kierkegaard, *Kjerlighedens Gjerninger* (1847; em português, *As obras do amor*) · SKS 9, 94 (a “marca da eternidade”) · [V]
- Marx, *Thesen über Feuerbach* (1845; em português, *Teses sobre Feuerbach*) · tese 6, MEW 3, 6 · [V; página a confirmar]
- Marx, *Zur Kritik der Hegelschen Rechtsphilosophie. Einleitung* (1844; em português, *Crítica da filosofia do direito de Hegel: Introdução*) · MEW 1, 385 · [V]
- Marx, *Der achtzehnte Brumaire des Louis Bonaparte* (1852; em português, *O 18 de brumário*) · MEW 8, 115 · [V]
- Marx, *Das Kapital* (em português, *O capital*), I, Nachwort (1873) · MEW 23, 27 · [V]
- Nietzsche, *Zur Genealogie der Moral* (em português, *Genealogia da moral*) · III, 28 · [V; página a confirmar] (texto: Projekt Gutenberg-DE, grafia antiga)
- Nietzsche, *Ecce homo* · “Warum ich so klug bin”, 10 · [V; página a confirmar]
- Nietzsche, *Die fröhliche Wissenschaft* (em português, *A gaia ciência*) · 342 · [V; página a confirmar]
- Nietzsche, *Also sprach Zarathustra* (em português, *Assim falou Zaratustra*) · I, “Von tausend und Einem Ziele” · [V; página a confirmar]

- Arendt, *Between Past and Future* (New York: Viking, 1961) · p. 68 · [V]
- Arendt, *The Human Condition* (Chicago: University of Chicago Press, 2ª ed., 1998; paginação de 1958) · pp. 9, 237 · [V]
- Arendt, *Eichmann in Jerusalem* (New York: Viking, ed. rev. 1964) · cap. XV, fim · [V; página a confirmar]; a passagem está localizada por seção, não por página
- Levinas, *Totality and Infinity* (em português, *Totalidade e infinito*; orig. *Totalité et infini*, 1961), trad. A. Lingis (Pittsburgh: Duquesne University Press, 1969) · pp. 23, 172, 305 · [V-en]
- Levinas, *Entre nós: ensaios sobre a alteridade* (Petrópolis: Vozes, 2ª ed., 2005) · "A filosofia e o despertar" (ca. p. 124); "O sofrimento inútil" (ca. p. 138) · [V-pt; página a confirmar]
- Ricoeur, *El mal: un desafío a la filosofía y a la teología* (em português, *O mal*; orig. "Le mal : un défi à la philosophie et à la théologie", 1986), trad. I. Agoff (Buenos Aires: Amorrortu, 2006) · pp. 60, 62 · [V-es]
- Ricoeur, *La memoria, la historia, el olvido* (em português, *A memória, a história, o esquecimento*), trad. A. Neira (Madrid: Trotta, 2003) · p. 643 · [V-es]
- Ricoeur, *Caminos del reconocimiento* (em português, *Percurso do reconhecimento*; orig. *Parcours de la reconnaissance*, 2004), trad. A. Neira (México: FCE, 2006) · pp. 13, 276 · [V-es]
- Faessler (prenome e título do artigo por confirmar), em *Laval théologique et philosophique* 65/3 (2009), resumindo Ricoeur, "Le mal : un défi à la philosophie et à la théologie" · p. 225 · [V via secundária]
- Buber, *Ich und Du* (Leipzig: Insel, 1923) · pp. 18, 22, 25, 36, 43, 118 · [V]; edição brasileira, só de consulta: *Eu e Tu* (Centauro, 10ª ed., 2006), sem paginação conferível

O cânon responde

Cânon Lumen Fluens, v1.2 (agosto de 2026), e os textos que o desenvolvem:

- Pilar I, Lux · "O valor de cada pessoa é intrínseco, anterior a qualquer conquista ou circunstância. A luz não se acende — ela se revela." · 5.1, 5.2, 5.3, 5.7
- Pilar II, Flumen · "Ninguém começa do zero."; virtude: "Humildade grata" · 5.2, 5.4, 5.6, 5.7
- Pilar III, Mutatio · nomeada, sem citação · 5.4
- Pilar IV, Corpus · os "tijolos do templo" · 5.7
- Bússola · "a luz está lá?"; "ela apenas veta os que exigiriam apagar a luz para percorrê-los" · 5.1, 5.5
- Independência confessional · "Para quem crê, a Luz tem nome próprio [...] Para quem não crê, é a consciência mais funda [...]. A filosofia não decide isso por ninguém" · 5.1, 5.2
- Abrigo · *Sis alteri domus*; "A luz interior não é só para ver — é para aquecer." · 5.2, 5.3, 5.4, 5.5, 5.7
- Vigília · "A Vigília promete presença, não vitória"; "O lobo é o mal que alguém inflige — diante dele não se vela: resiste-se"; "Confundir o lobo com a noite é abdicação" · 5.2, 5.3, 5.4, 5.5, 5.6
- Águas Comuns · "a luz é pessoal, nunca individual: o indivíduo define-se pelo que o separa; a pessoa, pelo que a abre" · 5.2, 5.4, 5.5

- Regra de Vida, Examinar · “Encerrar com gratidão a alguém do passado que tornou o dia possível.” · 5.1, 5.4, 5.6
- Regra da Misericórdia · “Falhar na regra não apaga a luz. Recomeça-se no dia seguinte, sem drama. O rio não pune a folha que parou numa margem; ele a retoma.” · 5.4, 5.6
- Tratado da Luz Interior, “O problema que responde” · “Esforça-se a partir da luz, não para merecê-la.” · 5.1
- Disputatio sobre a luz interior e a experiência do mal, *Respondeo* · “seu endereço é reflexivo” · 5.4
- Estudos anteriores: ficha do Estudo V (Existencialismo) · “Kierkegaard, a ponte: querer uma só coisa” · 5.1

Bibliografia

Uma entrada por obra. Tudo o que consta aqui vem da pesquisa de fontes do estudo ou dos blocos de fontes dos capítulos; nada foi inferido de fora, com uma exceção declarada: prenomes dos autores, cidades das casas editoras muito conhecidas e o título inglês da tradução de Miller foram acrescentados onde a pesquisa trazia só o sobrenome ou o nome da casa, e devem ser conferidos. Dados marcados como incertos mantêm a marca. "Ed. bras." e "ed. port." são edições de consulta, salvo quando se diz que a página é delas.

Uma entrada por obra, deduplicada entre os oito capítulos e ordenada: Hegel na ordem do sistema (E.3.1), os demais autores em ordem alfabética (E.3.2 a E.3.5). Tudo o que consta aqui vem de D1–D4 ou das "Fontes citadas" do rascunho; nada foi inferido de fora, com uma exceção declarada: prenomes dos autores, cidades das casas editoras muito conhecidas e o título inglês da tradução de Miller (a pesquisa citam só "Miller, Oxford, 1977") foram acrescentados pelo revisor onde a pesquisa trazem só o sobrenome ou o nome da casa, e devem ser conferidos na compilação final. Dados que a pesquisa marcam como incertos mantêm a marca. "Ed. bras." e "ed. port." são edições de consulta, salvo quando se diz que a página é delas. O formato é "autor, título, local, editora, ano"; trocar pelo padrão do estudo (ABNT ou o da série) na compilação.

Hegel

- HEGEL, G. W. F. *Werke in 20 Bänden*. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1969–1971 ("W"). Texto digital Suhrkamp, grafia modernizada, com páginas por parágrafo ("ca." = ±1). Volumes citados: W3, W5, W6, W7, W8, W10, W11, W12, W16, W17, W18, W19, W20. Os nomes dos editores da *Werkausgabe* não constam da pesquisa: completar após conferência.
- HEGEL, G. W. F. *Phänomenologie des Geistes* (1807), W3. Parágrafos de Miller: *Phenomenology of Spirit*, trad. A. V. Miller. Oxford: Oxford University Press, 1977. Numeração por ¶ (correspondência com Miller [a confirmar]): *The Phenomenology of Spirit*, trad. Terry Pinkard, com Michael Baur. Cambridge: Cambridge University Press, 2018. Ed. bras.: *Fenomenologia do Espírito*, trad. Paulo Meneses. Petrópolis: Vozes, 1992, 2 vols. (tradução de referência para a conferência).
- HEGEL, G. W. F. *Wissenschaft der Logik*, I, 2ª ed. (1832), W5; Doutrina do Conceito, W6. Ed. bras.: *Ciência da Lógica*, trad. Christian Iber e outros. Petrópolis: Vozes, 2016–2018 [dados a

confirmar].

- HEGEL, G. W. F. *Enzyklopädie der philosophischen Wissenschaften*, W8 (§§6, 18, 24, 79–82, 244) e W10 (§564, Obs.); §§375, 381, 385 e 573 sem página. Nenhum pesquisa indica a edição brasileira (ver E.3.4).
- HEGEL, G. W. F. *Grundlinien der Philosophie des Rechts* (1821), W7. Parágrafos segundo Lasson (Philosophische Bibliothek 124, 1911); *Zusätze* de Gans, de autoridade menor. Ed. bras.: *Linhas fundamentais da filosofia do direito*, trad. Marcos Lutz Müller. São Paulo: Editora 34, 2022 (referência para os §§7, 35–36, 209, 340–342).
- HEGEL, G. W. F. *Vorlesungen über die Philosophie der Geschichte*. Ed. E. Gans (1837); 2ª ed. K. Hegel (1840); 3ª ed. 1848 (*Werke* IX) = W12. Alemão conferido em duas testemunhas concordantes: Duncker & Humblot, 1848, e Reclam, 1924 (via Projekt Gutenberg-DE). Não colacionados: Hoffmeister, Lasson e a edição crítica (Meiner) [a confirmar]. Ed. bras.: UnB (trad. Maria Rodrigues e Hans Harden) e Centauro (trad. Sidou) [base a confirmar].
- HEGEL, G. W. F. *Vorlesungen über die Philosophie der Religion*. Ed. P. Marheineke, 1832 (2ª ed. 1840) = W16–W17. A paginação de Marheineke difere da edição crítica (JAESCHKE, Walter (ed.). Hamburg: Meiner, 1983–85); essa edição e a de Hodgson (University of California Press, 1984–87) não foram colacionadas. Os trechos do vol. I vêm da edição de 1832; os do vol. II citados por página (pp. 192, 264–265, 300–301), da de 1840; a faixa "II, ca. 46–191" é de 1832. Indicar a edição em cada citação. W17, 290–291 segundo GABRIEL (ver E.3.2).
- HEGEL, G. W. F. *Vorlesungen über die Geschichte der Philosophie*. Ed. K. L. Michelet, 1833–36 = W18–W20.
- HEGEL, G. W. F. Resenha de Wilhelm von Humboldt sobre o *Bhagavad-Gita* (1827), W11, ca. 131–204. Texto publicado pelo próprio Hegel.
- HEGEL, G. W. F. *Glauben und Wissen* (1802). *Kritisches Journal der Philosophie* II.1 (Jena, 1802); GW 4, ca. 413–414 [a confirmar]. Texto conferido na ed. Meiner (via Projekt Gutenberg-DE). A página de W2 e a da tradução brasileira (Tolle, Hedra, 2009, p. 173) só vêm de fonte secundária.

Outros autores: textos citados com página ou capítulo

- ADORNO, Theodor W. *Negative Dialektik*. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1966 (GS 6), pp. 352, 356, 358; p. 29 [V via secundária]. Ed. bras. (consulta): *Dialética negativa*, trad. M. A. Casanova. Zahar, 2009 [ano a conferir].
- ADORNO, Theodor W. *Minima Moralia* (1951), §§29 e 33 (GS 4), em ed. ing. de D. Redmond (não oficial) [alemão não conferido].
- ARENDT, Hannah. *Between Past and Future*. New York: Viking, 1961, p. 68. Ed. bras. (consulta): *Entre o passado e o futuro*, Perspectiva [conferir].
- ARENDT, Hannah. *Eichmann in Jerusalem*. New York: Viking, ed. rev. 1964, fim do cap. XV [páginas não localizadas: por seção]. Ed. bras. (consulta): Companhia das Letras, trad. J. R. Siqueira [páginas a confirmar].
- ARENDT, Hannah. *The Human Condition*. 2ª ed. Chicago: University of Chicago Press, 1998 (paginação de 1958), pp. 9, 237. Ed. bras. (consulta): *A condição humana*, Forense Universitária [conferir].

- BALTHASAR, Hans Urs von. *Mysterium Paschale*. Einsiedeln: Johannes Verlag, 1970 [paráfrase; localização a confirmar]. Ed. ing.: trad. A. Nichols. Edinburgh: T&T Clark, 1990; San Francisco: Ignatius Press, 2000. Ed. bras.: não localizada. Do mesmo autor, *Apokalypse der deutschen Seele* (1937–39) e *Theodramatik* IV [tese e páginas a confirmar].
- BARTH, Karl. *Die protestantische Theologie im 19. Jahrhundert*. Zollikon-Zürich, 1947, cap. "Hegel" [paráfrase; localização a confirmar].
- BENJAMIN, Walter. "Sobre o conceito da história" (Tese IX, 1940). In: *Magia e técnica, arte e política*, trad. Sérgio Paulo Rouanet. 7ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1994, p. 226 [V via secundária]. O título do ensaio não consta de pesquisa.
- BUBER, Martin. *Ich und Du*. Leipzig: Insel, 1923, pp. 18, 22, 25, 36, 43, 118. Ed. bras. (consulta): *Eu e Tu*. 10ª ed. Centauro, 2006 (sem paginação conferível).
- FAESSLER, [prenome a confirmar]. [Título a confirmar]. *Laval théologique et philosophique* 65 (3), 2009, p. 225 (resume Ricoeur, "Le mal : un défi à la philosophie et à la théologie") [V via secundária].
- HEIDEGGER, Martin. "Hegel und die Griechen" (1958). In: *Wegmarken* (GA 9) [alemão a confirmar]. Ed. ing.: *Pathmarks*. Cambridge: Cambridge University Press, 1998, p. 333 [V via secundária].
- HONNETH, Axel. *Kampf um Anerkennung* (1992). Ed. esp. (a das páginas): *La lucha por el reconocimiento*, trad. M. Ballestero. Barcelona: Crítica, 1997, pp. 114, 158 [V-es]. Ed. bras. (consulta): *Luta por reconhecimento*. Editora 34, 2003 (há também de 2009) [conferir].
- JÜNGEL, Eberhard. *Gott als Geheimnis der Welt*. Tübingen: Mohr, 1977 [paráfrase; localização a confirmar].
- KIERKEGAARD, Søren. *Søren Kierkegaards Skrifter* (SKS), tekster.kb.dk: SKS 4, 149 (*Frygt og Bæven*, 1843); SKS 7, 105, 280, 510 (*Afsluttende uvidenskabelig Efterskrift*, 1846, Johannes Climacus); SKS 8, 151 (*Opbyggelige Taler i forskjellig Aand*, 1847); SKS 9, 94 (*Kjerlighedens Gjerninger*, 1847); SKS 11, 158–159, 211 (*Sygdommen til Døden*, 1849, Anti-Climacus). Ed. bras. (consulta): *Pós-escrito conclusivo não científico às Migalhas filosóficas*, trad. Álvaro Valls. Petrópolis: Vozes, 2013–2016 [volumes e páginas a confirmar].
- KÜNG, Hans. *Menschwerdung Gottes*. Freiburg: Herder, 1970 [editora a confirmar; V via secundária: resenha].
- LEVINAS, Emmanuel. *Totality and Infinity*, trad. Alphonso Lingis. Pittsburgh: Duquesne University Press, 1969 (orig. *Totalité et infini*, 1961), pp. 23, 172, 305 [V-en]. Ed. port. (pt-PT; só indicador): *Totalidade e infinito*, trad. J. P. Ribeiro. Edições 70, pp. 10–11, 154, 285.
- LEVINAS, Emmanuel. *Entre nós: ensaios sobre a alteridade*. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 2005, "A filosofia e o despertar", ca. p. 124; "O sofrimento inútil", ca. p. 138 [V-pt; páginas inferidas].
- LEWIS, Alan E. *Between Cross and Resurrection: A Theology of Holy Saturday*. Grand Rapids: Eerdmans, 2001 [só dados editoriais; conteúdo não lido].
- MARITAIN, Jacques. *The Person and the Common Good*, trad. J. J. Fitzgerald. New York: Scribner's, 1947 (orig. *La personne et le bien commun*), cap. III [V-en; páginas só pelo índice].
- MARX, Karl. *Marx-Engels-Werke* (MEW): MEW 1, 385 (*Zur Kritik der Hegelschen Rechtsphilosophie. Einleitung*, 1844); MEW 3, 6 (*Thesen über Feuerbach*, 1845, tese 6 [página a

confirmar]); MEW 8, 115 (*Der achtzehnte Brumaire des Louis Bonaparte*, 1852); MEW 23, 27 (*Das Kapital*, I, Nachwort, 1873).

- METZ, Johann Baptist. "Theologie als Theodizee?". In: OELMÜLLER, Willi (org.). *Theodizee: Gott vor Gericht?* München: Fink, 1990, pp. 103–118 [V via secundária: Rössner].
- MOUNIER, Emmanuel. *Personalism*, trad. P. Mairet. London: Routledge & Kegan Paul, 1952 (orig. *Le personnalisme*, 1949), p. 20 [V-en].
- NEIMAN, Susan. *Evil in Modern Thought*. Princeton: Princeton University Press, 2002 [localização a confirmar].
- NIETZSCHE, Friedrich. *Zur Genealogie der Moral*, III, 28; *Ecce homo*, "Warum ich so klug bin", 10; *Die fröhliche Wissenschaft*, 342; *Also sprach Zarathustra*, I, "Von tausend und Einem Ziele". Texto de Projekt Gutenberg-DE (grafia antiga) [KSA a confirmar].
- RICOEUR, Paul. *Parcours de la reconnaissance* (2004). Ed. esp. (a das páginas): *Caminos del reconocimiento*, trad. A. Neira. México: FCE, 2006, pp. 13, 276 [V-es]. Ed. bras. (consulta): *Percurso do reconhecimento*. Loyola, 2006 [conferir].
- RICOEUR, Paul. *La memoria, la historia, el olvido*, trad. A. Neira. Madrid: Trotta, 2003, p. 643 [V-es].
- RICOEUR, Paul. *El mal: un desafío a la filosofía y a la teología*, trad. I. Agoff. Buenos Aires: Amorrortu, 2006, pp. 60, 62 [V-es]. Orig.: "Le mal : un défi à la philosophie et à la théologie". Genève: Labor et Fides, 1986 (em *Lectures 3*. Paris: Seuil, 1994, pp. 211–233). Ed. bras. (consulta): *O mal*. Papirus, 1988 [conferir].
- SARTRE, Jean-Paul. *L'Être et le néant*. Paris: Gallimard, 1943, pp. 282, 297, 298; *Mitsein*, p. 481 [V via secundária: Alves; as páginas divergem em Pizelli]. Ed. bras. (consulta): *O ser e o nada*, trad. P. Perdigão. Petrópolis: Vozes, 1997 [páginas a confirmar].
- SCHELER, Max. *Der Formalismus in der Ethik und die materiale Wertethik*. Halle: Niemeyer, 1916, pp. 386 (n. 1), 524 [V].
- TAYLOR, Charles. "The Politics of Recognition". In: GUTMANN, Amy (org.). *Multiculturalism*. Princeton: Princeton University Press, 1994, pp. 25, 41, 50 [V]. Ed. port. (pt-PT, consulta): Instituto Piaget, 1998 [conferir].
- WEIL, Simone. "L'amour de Dieu et le malheur". In: *Attente de Dieu*. Paris: La Colombe, 1950 (ensaio de 1942) [V; conferido na transcrição da Wikisource, páginas a confirmar]. Ed. bras.: *Espera de Deus* (Vozes, 2019, trad. Karin Andrea de Guise) não traz o ensaio, segundo a ficha; não há edição brasileira integral localizada.

Estudos sobre Hegel e as tradições

- ALVES, [prenome a confirmar]. [Título a confirmar]. *Revista da Abordagem Gestáltica* 13 (1), 2007, pp. 97–109 (fonte das páginas de Sartre em E.3.2).
- CHALYBÄUS (1837). [Obra a identificar: nenhum pesquisa dá o título.] Origem da fórmula "tese–antítese–síntese" [fonte secundária; localização a confirmar].
- DROIT, Roger-Pol. *Le culte du néant. Les philosophes et le Bouddha*. Paris: Seuil, 1997 [V via secundária: resumo; capítulo sobre Hegel e edição brasileira a confirmar].

- GABRIEL, [prenome a confirmar]. [Título a confirmar]. *Aurora* 23 (33), 2011 (fonte da paginação W17, 290–291 de "Deus morreu").
- HADOT, Pierre. *Exercícios espirituais e filosofia antiga*. São Paulo: É Realizações, 2014; *La Citadelle intérieure*. Paris: Fayard, 1992 (ed. bras. a confirmar) [por implicação; página a confirmar].
- HALBFASS, Wilhelm. *India and Europe: An Essay in Understanding*. Albany: SUNY Press, 1988 [V via secundária: catálogo; capítulo sobre Hegel a confirmar].
- HYPPOLITE, Jean. *Gênese e estrutura da Fenomenologia do Espírito de Hegel*. São Paulo: Discurso Editorial, 2003 (orig. 1946) [leitura da tradição; páginas a confirmar].
- KIRCHHOFF, [prenome a confirmar]. [Título a confirmar]. 2018, em espanhol (fonte da p. 29 de Adorno).
- KOJÈVE, Alexandre. *Introdução à leitura de Hegel*. Contraponto/EdUERJ, 2002 (orig. 1947). Leitura antropológica de senhor e servo, influente e contestada: citada como leitura.
- LONG, A. A.; SEDLEY, D. N. *The Hellenistic Philosophers*. Cambridge: Cambridge University Press, 1987, 2 vols. [capítulos a confirmar].
- PINKARD, Terry. *Hegel's Phenomenology: The Sociality of Reason*. Cambridge: Cambridge University Press, 1994. Leitura social.
- PIPPIN, Robert. *Hegel's Idealism: The Satisfactions of Self-Consciousness*. Cambridge: Cambridge University Press, 1989. Leitura pós-kantiana.
- PIZELLI, [prenome a confirmar]. [Título a confirmar]. *Revista Húmus* 14 (42), 2024, p. 54 (as páginas de Sartre divergem das de Alves).
- RATHORE, Aakash Singh; MOHAPATRA, Rimina. *Hegel's India: A Reinterpretation, with Texts*. Nova Délhi: Oxford University Press, 2017 [V via secundária: editora].
- RÖSSNER, [prenome a confirmar]. [Título a confirmar]. *Studia Philosophica Europeanea* 2020/1 (fonte de Metz, pp. 103–118).
- SANTOS, Deyve R. M. dos. "Hegel e o budismo como consciência de si mesmo: aspectos de uma crítica". *Revista Dialectus* 2 (4), 2014, pp. 63–77 [V via secundária: resumo].
- TAYLOR, Charles. *Hegel*. Cambridge: Cambridge University Press, 1975. Ed. bras.: *Hegel: sistema, método e estrutura*. É Realizações, 2014 (tradutor a confirmar). Leitura metafísica do Espírito.
- WAHL, Jean. *Le malheur de la conscience dans la philosophie de Hegel*. 2ª ed. Paris: PUF, 1951 [leitura da tradição; páginas a confirmar].
- WENNING, Mario. "Rational Mysticism: Hegel on Magic and China". *Journal of Chinese Philosophy* 44 (3), 2017, pp. 154–174 [V via secundária: resumo].
- WONG, Kwok Kui. "Hegel's criticism of Laozi and its implications". *Philosophy East and West* 61 (1), 2011, pp. 56–79 [V via secundária: resumo].
- Tradições invocadas pela tradição leitora, sem texto verificado: a tradição budista (*nibbāna* como extinção da sede, não do ser) e a resposta advaitina (Brahman como *sat-cit-ānanda*; cf. *Taittirīya Upaniṣad* II.1; *Chāndogya Upaniṣad* VI.8.7) [paráfrase; localização a confirmar].

Edições de consulta ainda não conferidas

- *Enciclopédia das Ciências Filosóficas*, trad. Paulo Meneses (Loyola, 1995).
- *Filosofia do Direito*, trad. Paulo Meneses, Agemir Bavaresco e outros (Loyola / Unisinos / Unicap, 2010).
- *Filosofia da História*, trad. Maria Rodrigues e Hans Harden (Editora UnB, 1995): D2 cita "UnB (Rodrigues e Harden)" sem ano.
- Terry Pinkard, *Hegel: A Biography* (Cambridge University Press, 2000): a pesquisa dão Pinkard, 1994.
- Emmanuel Levinas, *Totalidade e Infinito* (Edições 70, 2008): o ano é do v1; a pesquisa dão só "Ed. 70, tr. J. P. Ribeiro" (pt-PT).
- Paulo Meneses, *Para ler a Fenomenologia do Espírito* (Loyola, 1985): **não foi encontrada**; a obra verificada é *Hegel & a Fenomenologia do espírito* (Zahar, 2003).
- Søren Kierkegaard, "Pós-escrito às Migalhas Filosóficas": título abreviado; usar o de D3, *Pós-escrito conclusivo não científico às Migalhas filosóficas*.

Obras consultadas na pesquisa e não citadas no texto

Houlgate, *An Introduction to Hegel: Freedom, Truth and History*, 2ª ed. (Blackwell, 2005); Beiser, *Hegel* (Routledge, 2005); Pippin, *Hegel on Self-Consciousness* (Princeton University Press, 2011); Utz, *Die Notwendigkeit des Zufalls* (Paderborn, 2001; editora a confirmar) e "O método dialético de Hegel", *Veritas* 51 (2005), pp. 165–185; Meneses, *Hegel & a Fenomenologia do espírito* (Zahar, 2003); Leibniz, *Essais de théodicée* (1710), I §§21–25, via trad. inglesa de Huggard (Gutenberg #17147), ed. bras. *Ensaios de Teodiceia* (Estação Liberdade, 2013) [conferir]; Kant, *Über das Mißlingen aller philosophischen Versuche in der Theodizee* (1791, AA VIII, 253–271); Schelling, *Freiheitsschrift* (1809), SW VII, ca. 399 [página a confirmar]; Löwith, *Von Hegel zu Nietzsche* (1941) e *Meaning in History* (Chicago, 1949); Wojtyła, *Amor e responsabilidade* (Cultor de Livros, 2016), p. 16, citado por Brito e Candido, *Memorandum* 40 (UFMG, 2023) [V†, a única ocorrência]; Weil, *La Pesanteur et la Grâce* (Plon, 1948), pp. 93–94, e "Réflexions sur le bon usage des études scolaires…", em *Attente de Dieu* (Fayard, 1966); Adorno, *Negative Dialektik*, p. 314 (via Korver, *Krisis*, 1983); Levinas, "La souffrance inutile", em *Entre nous* (Grasset, 1991), pp. 115–116 (via Rössner). Nenhuma dessas obras é citada no texto.

Conferências pendentes

O rascunho tem 54 marcas com "confirmar" e 184 marcas diferentes de [V] puro (F.1). Agrupadas por tipo de conferência, para quem for fechar o aparato:

TIPO	O QUE FALTA
Traduções de Hegel para o português	Conferir as traduções dos dossiês ("minhas, a conferir") contra Meneses (PhG), Müller (PR), Iber et al. (WdL) [dados a confirmar] e UnB/Centauro (VPG) [base a confirmar]; Enciclopédia sem edição brasileira indicada; refazer "taciturna" (*trübselig*) e a frase de Enz. §6, Obs.
Marheineke (VR)	Páginas ±2 em I (ca. 244 ss.; 329–330) e II (ca. 46 ss.); ordem de 1832 × cursos posteriores; ano do curso da Parte III (1840, II, p. 192); paginação W17, 290–291 (via Gabriel); colação

TIPO	O QUE FALTA
	com Jaeschke (Meiner)
Hegel, pontos soltos	PhG: correspondência Miller × Pinkard/Baur (¶); *Glauben und Wissen*, GW 4, ca. 413–414; W20, ca. 197 (o original de Agostinho); páginas de W para §§124, 139, 140, 219, 345, 347, 350–351, 375, 573, 759 (citados só pelo §)
Páginas ou edições dos autores	Marx, tese 6 (MEW 3, 6); Nietzsche (KSA); Arendt, *Eichmann* (por seção); Levinas, *Entre nós* (páginas inferidas); Weil (transcrição da Wikisource, não o impresso); Adorno, ND p. 29 (via Kirchhoff) e MM (alemão não conferido); Benjamin, p. 226 e o título do ensaio; Sartre (Alves × Pizelli); Heidegger (alemão)
Só resumo, catálogo ou editora	Droit, Santos, Wong, Wenning, Halbfass, Rathore e Mohapatra: ler o capítulo ou a seção sobre Hegel antes de citar além da caracterização; Hadot e Long–Sedley: página e capítulos
Conteúdo não lido ou localização ausente	Lewis (só dados editoriais); Balthasar, Barth, Jüngel (tese e páginas); Neiman; Küng (editora); Chalybäus (a obra)
Dados bibliográficos incompletos	Prenomes e títulos de Alves, Faessler, Gabriel, Kirchhoff, Pizelli, Rössner; tradutor de Taylor, *Hegel* (É Realizações)
Edições brasileiras e portuguesas de consulta	Honneth (Ed. 34, 2003 e 2009), Ricoeur (*Percurso do reconhecimento*, *O mal*), Arendt (três obras), Taylor (Piaget, pt-PT), Zahar (*Dialética negativa*, ano), Vozes (*Pós-escrito*, volumes e páginas; *O ser e o nada*, páginas), Centauro (*Eu e Tu*, sem paginação)
Tradições indianas e budista	*Nibbāna* e *sat-cit-ānanda* [paráfrase; localização a confirmar]; os textos védicos citados (*Taittirīya*, *Chāndogya*) vêm do dossiê sem edição

Painel de verificação

Contagem, feita sobre o texto final, das marcas entre colchetes que acompanham citações e leituras. “Corpo” é o texto dos capítulos; “Aparato” são as fontes por capítulo. Uma citação sem marca foi conferida no original (ver o Prólogo, “Como ler este estudo”).

MARCA	TOTAL	CORPO	APARATO
[V]	158	0	158
[... a confirmar]	91	20	71
[paráfrase]	52	27	25
[V via secundária]	46	18	28
[V-es]	26	11	15
[leitura do estudo]	25	23	2
[paráfrase; localização a confirmar]	22	7	15
[V-en]	19	10	9
[tradução do estudo]	14	9	5
[V-pt]	8	4	4
[hipótese do estudo]	4	4	0

MARCA	TOTAL	CORPO	APARATO
[conteúdo não lido]	1	0	1
[inferência do estudo]	1	1	0

Citações entre aspas, por capítulo:

CAPÍTULO	CITAÇÕES
Prólogo — O estado da questão e o método	9
1. Hegel em sua melhor forma	79
2. Onde nos tocamos	39
3. Onde nos separamos	160
4. Hegel diante das casas que já visitamos	84
5. Prévias: autores que virão	82
6. Síntese, fórmula e questões abertas	13

Toda citação do corpo foi conferida, fragmento a fragmento, contra a pesquisa de fontes do estudo e contra o cânon, o Tratado da Luz Interior e a Disputatio; nenhuma foi inventada. As que não puderam ser conferidas no original levam marca. As traduções do alemão são de trabalho e estão por conferir contra as edições brasileiras de referência (Meneses, Müller, Iber e outros; UnB e Centauro para a *Filosofia da História*).